

Universidade Federal de Alagoas  
Faculdade de Letras  
Programa de Pós Graduação em Letras e Lingüística

Márcia Magali Menezes de Oliveira

**OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA:  
Uma leitura dos discursos sobre a guerra entre EUA e Iraque**

Maceió  
2008

MÁRCIA MAGALI MENEZES DE OLIVEIRA

**OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA:  
Uma leitura dos discursos sobre a guerra entre EUA e Iraque**

Dissertação apresentada ao Curso de  
Linguística do Instituto de Letras da  
Universidade Federal de Alagoas para a  
obtenção do título de Mestre em  
Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Rosetti de  
Oliveira Albuquerque

Maceió  
2008

**Catlogação na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

O48s Oliveira, Márcia Magali Menezes de.  
Os sentidos da violência : uma leitura dos discursos sobre a guerra entre EUA e Iraque / Márcia Magali Menezes de Oliveira, 2008.  
120 f. : il.

Orientadora: Márcia Rosetti de Oliveira Albuquerque.  
Dissertação(mestrado em Letras e Lingüística: Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Maceió, 2008.

Bibliografia: f. 105-110.  
Anexos: f. 111-120.

1. Análise do discurso. 2. Violência. 3. Iraque – Guerra. 4. Estados Unidos – Guerra. 5. Terrorismo. I. Título

CDU: 801

 UFAL	<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS</b> <b>FACULDADE DE LETRAS</b> <b>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA</b>	 PPGL
---	--	---

**TERMO DE APROVAÇÃO**  
**MÁRCIA MAGALI MENEZES DE OLIVEIRA**

Título do trabalho: OS SENTIDOS DA VIOLÊNCIA: UMA LEITURA DOS DISCURSOS SOBRE A GUERRA ENTRE EUA E IRAQUE

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Linguística, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Prof. Dra. Márcia Rosetti de Oliveira Albuquerque (PPGL/UFAL)

Examinadores:



Prof. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGL/UFAL)



Prof. Dra. Ana Maria Gama Florêncio (CEDU/UFAL)

Maceió, 27 de março de 2009.

## AGRADECIMENTOS

*A Deus, sempre.*

*À Profa. Dra. Márcia Rosetti de Oliveira Albuquerque, de quem tive o privilégio de ser orientanda, que me ensinou a crescer em todos os sentidos e colaborou sobremaneira para que eu economizasse vários anos de ida ao Analista;*

*À Profa. Maria do Socorro Aguiar, por ter feito parte da minha Banca de Qualificação deste estudo, pela carinhosa leitura, pela imensurável contribuição, pelo incentivo e, pelo apoio;*

*À Profa. Belmira, porta de entrada no Instituto;*

*À coordenação do PPGLL, pela compreensão e apoio em todos os momentos dessa caminhada;*

*Aos amigos queridos, por tudo.*

*À família, em especial minha mãe, Nivalda, pelo amor incondicional, por ser meu norte, por guiar meus caminhos e nunca, em hipótese alguma, me deixar na mão;*

*Ao futuro esposo, Edvo Acioli, pelas jornadas companheiras imersas em café quente e decisões importantes;*

*Ao querido Fernando Avelino (in memoriam), pelas ligações inesperadas que alimentavam minha fé;*

*À Fapeal, pelo apoio financeiro, que contribuiu significativamente para a realização desta pesquisa.*

Se conheces o inimigo e te conheces a ti mesmo, não precisas de temer o resultado de cem batalhas. Se te conheces a ti mesmo, mas não conheces o inimigo, por cada vitória sofrerás também uma derrota. Se não te conheces a ti mesmo nem conheces o inimigo, perderás todas as batalhas. (Sun Tzu, A Arte da Guerra)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o discurso de legitimação da Guerra do Iraque (2003) proferido pelo Presidente dos EUA, George W. Bush. Para isso, foram selecionados dois artigos que, antes de sua publicação, foram temas de discursos desse Presidente em rede de TV nacional e internacional - "*Address to a Joint Session of Congress and the American People*" de 20 de setembro de 2001 e "*President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours*" de 17 de março de 2003. É importante observar que o primeiro discurso foi proferido nove dias após os atentados, tendo como objetivos centrais a declaração de Guerra ao Terror e a transmissão de uma mensagem capaz de influenciar a memória coletiva a fim de conquistar o respaldo nacional e internacional para essa Guerra. O segundo discurso tem o mesmo propósito do primeiro: tentar de justificar o início da Guerra. De modo geral, este estudo teve como objetivo compreender os discursos que legitimaram a Guerra contra o Terrorismo e a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, em março de 2003. Para tanto, foi necessário compreender como o discurso fundador dos Estados Unidos instaurou efeitos de sentidos que circulam na discursividade norte-americana até hoje, sendo constantemente retomado pelo Presidente George W. Bush para justificar suas intenções de invadir o Iraque e, assim, confirmar sua hegemonia política, econômica e militar.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso, Guerra do Iraque, Terrorismo, EUA

## **ABSTRACT**

This paper aims to reflect on the speech that legitimize the Iraq War (2003), delivered by the U.S. President, George W. Bush. To do so, we selected two articles that before its publication, were subjects of its President speeches, in national and international TV network - "Address to a Joint Session of Congress and the American People" from September 20, 2001, and "President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours" in March 17, 2003. Thus, it is important to note that the first speech was delivered nine days after the attacks, with main objectives the declaration of War on Terror and the transmission of a message that can influence the collective memory in order to obtain national and international support to War. The second speech has the same intention of the first: try to justify the War on Terror. Overall, this study aims to understand the discourse that legitimized the war on terror and the war of the United States against Iraq, in March 2003. To do so, it was necessary to understand how the founder speech of the United States established effect senses that appear in American discourse until now, being constantly used up by President George W. Bush to justify their intentions to invade Iraq and thus confirm the economic and military political hegemony of the United States.

**Keywords:** Discourse of Analysis, the Iraq War, Terrorism, USA.

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** - Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano ..... **Erro! Indicador não definido.**
- Quadro 02** - Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano 89
- Quadro 03** - Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas 94
- Quadro 04** – Imagens da Casa Branca..... 99

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1 CAPÍTULO I .....	15
1.1 A ANÁLISE DO DISCURSO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA .....	15
1.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS .....	15
1.3 DISCURSO E HISTÓRIA NO CAMPO DAS TEORIAS DAS FORMAÇÕES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS .....	21
1.3.1 Ideologia e História.....	21
1.3.2 Ideologia e Linguagem .....	25
1.3.3 Discurso e História .....	27
1.3.4 Discurso e História sob o viés da teoria das formações discursivas.....	31
1.3.5 O enunciado e a função enunciativa .....	33
1.3.6 Discurso e poder.....	39
1.3.7 Discurso e língua como efeitos de sentido .....	40
1.3.8 O discurso e língua como acontecimento .....	43
1.3.9. Linguagem textual e imagética .....	45
1.3.9.1 Linguagem textual .....	45
CAPÍTULO II OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E SUA IDENTIDADE IDEOLÓGICA.....	51
2.1 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS EUA .....	51
2.1.1 A ideologia Estadunidense no Processo de Formação da Nação.....	59
2.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA .....	67
2.2.1 Algumas Características da Política Externa Estadunidense.....	69
2.2.1.1 Experimento norte-americano, isolacionismo, unilateralismo e intervencionismo.....	69
2.2.1.2 Breve Histórico da Política Intervencionista dos EUA no Pós Guerra Fria .....	72
2.3 A LUTA DOS EUA CONTRA O TERRORISMO INTERNACIONAL .....	74
2.3.1 Fundamentalismo Islâmico.....	74
CAPÍTULO III A ANÁLISE DO DISCURSO DE GEORGE BUSH SOBRE A GUERRA CONTRA O IRAQUE .....	81
3.1 A DISCURSIVIDADE DO PRESIDENTE GEORGES W. BUSH SOBRE A GUERRA DO IRAQUE .....	84
3.1.1 Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano (20 set. 2001) .....	84
3.1.2 Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas (17 Mar. 2003).....	90

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	102
FONTES.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	106
ANEXOS: .....	112

## INTRODUÇÃO

Tomando como referencial teórico a Análise de Discurso da escola francesa (AD) ligada a Michel Pêcheux, seu grupo e, no Brasil, a Eni Orlandi, a presente pesquisa se dispôs a trazer para a prática analítica a materialidade lingüística que apresenta o discurso sobre a guerra, o que permitiu a reflexão sobre a constituição do sujeito estadunidense, que configura tais enunciados. Nisso reside a importância dessa análise.

Os artigos selecionados para análise são frutos das mensagens proferidas por Bush, em Washington D.C., 19 de março de 2003, 22h16, horário local. Neste dia, o Presidente George W. Bush apareceu em rede nacional, direto do Salão Oval, para anunciar aos norte-americanos e ao mundo o início da guerra contra o Iraque. Considerando o fracasso na captura de Osama Bin Laden, esta guerra seria, efetivamente, a primeira reação militar dos Estados Unidos aos ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001.

Destarte, a repercussão da notícia foi imediata, principalmente porque Bush estava agindo sem o apoio de uma Resolução da ONU. Com efeito, o interesse em empreender uma pesquisa sobre tal evento se deu exatamente devido à maneira singular e estratégica como o acontecimento foi sendo construído após o ataque terrorista às torres gêmeas.

De acordo com registros do site da Casa Branca, tudo começou em 29 de janeiro de 2002, quando Bush, ao apresentar o estado da União, apontou o Irã, a Coreia do Norte e o Iraque como países pertencentes ao Eixo do Mal. Meses depois, em uma carta datada de 30 de julho de 2002, o Presidente norte-americano comunica ao Porta-voz da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado sua decisão de estender, por mais um ano, os termos do artigo 202(d) do *National Emergency Act* (Lei de Emergências Nacionais), no que diz respeito ao Iraque, sob o argumento de que o governo iraquiano continuava mantendo atividades contrárias à estabilidade no Oriente Médio e hostis aos interesses dos Estados Unidos.

A partir desse comunicado, deu-se início a um intenso trabalho de formulações que, pouco a pouco, transformaram Saddam Hussein na grande

ameaça à paz mundial, a personificação de todo o Mal que precisava ser combatido e extirpado a qualquer preço.

Em 12 de setembro de 2002, exatamente um ano e um dia após os ataques terroristas, é divulgado o documento denominado *A decade of deception and defiance* (Uma década de logro e rebeldia), o qual apresenta um histórico das violações de Saddam Hussein às Resoluções da ONU nos últimos dez anos. Dentre os assuntos abordados, o documento apresentava evidências de que Saddam continuava a desenvolver ou adquirir armas de destruição em massa e a cometer atos de violência contra o povo iraquiano, além de apontar o Iraque como um dos países a apoiar grupos terroristas, tais como o Al Qaeda.

Munido de tais informações, Bush vai à ONU em busca de apoio para invadir o Iraque. Contudo, apesar do discurso acalorado em defesa da paz e da segurança mundiais, os líderes da Organização mostram-se relutantes. Bush, porém, não desiste. Suas determinações seguintes incluem a criação do *Department of Homeland Security* (Departamento de Segurança da Nação) e a elaboração de uma série de procedimentos que darão suporte àquilo que foi chamado de *War on Terror* (Guerra ao Terror).

Aos 17 de março de 2003, mesmo sem o apoio da ONU, Bush dá um ultimato a Saddam Hussein e seus dois filhos, determinando que eles deixem o Iraque em 48 horas, sob pena de ação militar. Dois dias depois, enquanto Bush fala ao mundo em rede nacional, as tropas norte-americanas e aliadas invadem o Iraque. Saddam Hussein é capturado, levado a julgamento e executado.

Na atualidade, inúmeras pesquisas têm demonstrado que o resultado da guerra para o Presidente tem sido o aumento crescente de sua impopularidade, nacional e internacionalmente.

As hipóteses enfatizaram que os termos relativos à violência que aparecem nos discursos de Bush sobre a guerra são pré-construídos, e formulados em função do político, a fim de legitimar a ação militar no Iraque e criar um efeito de ilusão de uma guerra pela paz. Além disso, conjecturamos que a posição de Bush revela um ethos democrático que se filia a sentidos que remetem ao discurso fundador dos Estados Unidos da América como nação independente.

A fim de refletir sobre tais questões, o trabalho está dividido em três capítulos.

O capítulo primeiro é composto pela fundamentação teórica ligada à Escola Francesa de Análise de Discurso, que dá sustentação às análises do capítulo terceiro. Desse modo, utilizaremos os mais diversos conceitos que a Análise do Discurso pode fornecer a esse estudo, como as discussões acerca das condições de produção dos discursos e a interdisciplinaridade, com ênfase no diálogo com a área historiográfica, para melhor compreendermos a posição política e ideológica do Presidente dos EUA, George W. Bush, em seus discursos sobre Guerra do Iraque.

O capítulo segundo apresenta um percurso pela história dos Estados Unidos, desde a colonização inglesa até a construção discursiva e simbólica de uma Guerra contra o Terrorismo. Cientes de que é um longo período da história dos EUA, direcionaremos nosso foco à construção e perpetuação do discurso ideológico, relacionado principalmente a aspectos religiosos e nacionais, que tiveram sua gênese no processo de formação dessa nação e permanecem vivos e fortes até hoje. Com tal propósito, teceremos algumas considerações sobre as relações internacionais dos EUA para com o mundo e, principalmente, o mundo muçulmano, a fim de melhor compreender os discursos acerca da Guerra do Iraque.

No capítulo terceiro, foram analisados dois discursos difundidos em rede nacional nos EUA. O material utilizado neste trabalho foi adquirido no site da Casa Branca. Esses discursos têm os seguintes títulos: 1) “Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano” (*Address to a Joint Session of Congress and the American People*); 2) “Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas” (*President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours*).

O primeiro discurso é datado de 20 de setembro de 2001 (dias após os ataques), e o segundo data de 17 de março de 2003, três dias antes do início dos ataques ao Iraque.

## **1 CAPÍTULO I**

### **1.1 A ANÁLISE DO DISCURSO, HISTÓRIA E IDEOLOGIA**

Este Capítulo tem como objetivo principal fornecer informações que possam fundamentar teoricamente essa pesquisa. Desse modo, é fundamental tecermos algumas discussões que abarquem o campo da Análise do Discurso da escola francesa, de Michel Pêcheux. Nessa direção, primeiramente exploraremos os mais diversos conceitos que a Análise do Discurso pode fornecer a esse trabalho, condições de produção dos discursos; em seguida, a importância da interdisciplinaridade, principalmente utilizando-se do campo historiográfico para melhor compreendermos a posição política e ideológica do Presidente dos EUA, George W. Bush, em seus discursos sobre Guerra do Iraque, no capítulo terceiro.

No que tange à contribuição da disciplina historiográfica à Análise do Discurso, discutiremos a relação entre Discurso e História no campo das teorias das formações sociais e ideológicas. Trataremos também: a) a relação entre Ideologia e História; b) Discurso e História; c) Discurso e História sob o viés da teoria das formações discursivas; e d) a importância em compreender o enunciado e a função enunciativa em um discurso. Além disso, refletiremos sobre a ligação existente entre Discurso e poder na língua e na linguagem textual e imagética como um todo, acrescentando que a soma dessas discussões são capazes de esclarecer informações sobre os discursos ideológicos difundidos pelo Presidente dos EUA em defesa da Guerra do Iraque (que teve início em 2003 e até hoje permanece em aberto).

### **1.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS**

Podemos perceber que em nosso cotidiano há inúmeros discursos que perpassam todas as esferas da vida humana, possibilitando diversas leituras dos mesmos. Porém, de acordo com a análise do discurso, antes de julgarmos os enunciados que nos cercam, devemos situar em que condições os discursos são (re)produzidos, ou seja, quem é o sujeito e em que situação o evento ocorre.

Courtine (1981) considera que a noção de Condições de Produção (doravante CP) é o lugar dos sintomas das dificuldades de teorização e aplicação dos métodos da AD. Por essa razão, o autor faz uma descrição das possíveis origens do termo CP, culminando com sua aplicabilidade, por vezes errônea, na teoria do Discurso.

Buscando problematizar a noção de CP, para redefini-la e chegar à teoria da Seqüência Discursiva de Referência (SRD), Courtine (1981) afirma que a noção de CP estudada até então tem três raízes: uma origem no princípio da Análise de Conteúdo, da forma como é praticada na Psicologia Social; a segunda origem do termo está calcada na sociolinguística, através dos “serviços” que a psicologia social pode prestar à AD no que tange ao estudo das variáveis sociolinguísticas; e a última que Courtine (1981) vai chamar de “origem implícita”, que apenas considera as frases de um discurso contínuo. Para o autor, tais definições parecem insuficientes para definir o termo CP, “*esas formulaciones ("características individuales de un enunciado", "situaciones interpersonales")*, designan lo que la lingüística conoce como sujeto de la enunciación y situación de enunciación” (COURTINE, 1981, p.16).

No caso da sociedade capitalista (em que ocorrem os discursos interpretados neste trabalho), há a sustentação do antagonismo entre duas classes fundamentais: capitalistas e trabalhadores, “cuja relação reproduz o processo de dominação do capital sobre o trabalho” (AMARAL, 1999, p.27). Esta relação deu origem ao conceito de *determinação*, como uma força independente da vontade do homem, definindo seu futuro. Contudo, o que interessa ao analista é compreender que esta é uma relação processual e que não existem desejos individuais na sua produção, ou seja, o sujeito é construtivamente heterogêneo, melhor dizendo, o seu discurso é produzido a partir de outros discursos prévios. Dessa forma, ao enunciar, ele recorre a uma memória que tem suas características próprias, já que é tratada como *interdiscurso*, ou seja, “aquilo que fala antes, de outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2002, p.31).

Mas as escolhas feitas dentro desta memória não são aleatórias. Para produzir o discurso é necessário que os sujeitos sustentem determinadas posições de acordo com determinada *formação ideológica* (FI). Estas formações não devem ser analisadas psicológica ou abstratamente como de costume, mas como algo intrínseco à constituição discursiva, inerente às palavras.

A posição que os sujeitos irão assumir de acordo com a FI determinada, é chamada de *formação discursiva* (FD). Este conceito surgiu com Foucault e foi revisitado por Pêcheux (1990). Contudo, houve modificações no desenvolvimento da teoria da AD, resultando em uma nova perspectiva teórica:

A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise do discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através da sua absorção em uma sobre interpretação antecipadora. (PÊCHEUX, 1990, p.56)

Desta forma, Pêcheux nega a concepção estruturalista do conceito de FD assumida inicialmente, uma vez que um sujeito, a partir dela, deveria representar, através do discurso, formações discursivas definidas, delineadas. O que ocorre é que as FDs não podem ser consideradas como estruturas herméticas, com significados únicos. Elas se entrecruzam e interferem umas nas outras. Para deixar mais claro o conceito de FD, FI e o seu funcionamento dentro do discurso, Amaral (1999) afirma:

Trata-se das posições enunciativas, definidas nas formações discursivas, enquanto representantes das formações ideológicas. Em outras palavras, ao enunciar algo o sujeito estará, sempre, falando de algum lugar discursivo; representará um saber discursivo com o qual estará concordando ou discordando, apoiado em um saber oposto, mas sempre será uma posição que se efetiva em relação com um saber. (AMARAL, 1999, p.2)

Dessa forma, o sujeito se inscreve no mundo a partir das suas posições enunciativas, porque há condições específicas para o sujeito enunciativo, constituída num complexo de dizeres que formam o sustentáculo das Formações Ideológicas, que dão *sentido* à mensagem veiculada. Assim, o interdiscurso se confirma como essencial no processo de significação.

Pêcheux (1990), através do esquema “informacional de Jakobson”, considerava que o *sentido* seria produto de Formações Discursivas que são representadas de acordo com determinadas Formações Imaginárias<sup>1</sup>.

De acordo com Pêcheux (1969), “o *sentido* é historicamente determinado”. Estudos mais recentes levam em consideração a heterogeneidade que constitui o *sentido* trazendo novas reflexões sobre esse. Uma delas diz respeito à impossibilidade do enunciador de apreendê-lo em sua totalidade no processo discursivo; assim, o sujeito – perpassado por suas experiências – provoca uma desestruturação e reestruturação dos seus trajetos discursivos, consubstanciando sua memória. Nem sempre essa memória é consciente; o querer dizer do sujeito muitas vezes escapa à sua própria vontade.

Cavalcante (2006, p.06) afirma que “o sujeito traz em si todas as vozes que o antecederam, um mundo que já foi articulado, compreendido diferentemente”. Este processo remete aos dois esquecimentos discursivos mencionados por Pêcheux: o número um, que diz respeito ao modo como somos afetados pela ideologia; e o número dois, da ordem da enunciação, o qual indica que um dizer sempre pode ser outro. Ambos atuarão decisivamente no efeito de sentido e nas condições de produção dos discursos.

As condições de produção podem ser compreendidas como o contexto sócio histórico e ideológico, que caracterizam o discurso, situando-o no tempo e nas condições ideológicas que perpassam determinado momento histórico. Parte-se do pressuposto que o dito não é controlável por quem o diz, uma vez que o sentido pode sempre ser outro. Dessa forma, o enunciador fala sempre de um lugar discursivo, representando um saber, assumindo várias posições, dentro das suas formações ideológicas.

Essas formações constituem a memória discursiva que se caracteriza por tornar possível tudo que é dito. Ela não está relacionada à memorização psicológica, mas diz respeito à “existência histórica do enunciado” (Courtine, 1981), ou seja, refere-se às práticas discursivas que são reguladas pela ideologia.

---

<sup>1</sup> “[...] designam o lugar que destinatador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar do lugar do outro” (BRANDÃO, 2004, p.44).

Quando iniciamos o trabalho de análise, a investigação acerca da constituição do *corpus* do discurso é a primeira e mais importante tarefa do analista. Segundo Courtine (1981), posterior à constituição do *corpus* é definida a seqüência discursiva que será submetida à análise. De acordo com Orlandi (2002):

[...] a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos de análise de discurso, face aos objetivos de análise, e que permitam chegar à sua compreensão (p. 49).

Essas seqüências ou montagens discursivas mostrarão como o discurso funciona produzindo efeitos (de sentido). Mas para Courtine (1981), somente isso não é suficiente: uma vez constituído o *corpus*, é necessário que sejam determinadas as condições de produção e as condições de formação de tal discurso, além de formular hipóteses específicas relativas ao *corpus*, logo, é necessário descrevê-lo, apresentá-lo e organizá-lo.

Destarte, durante o processo de análise, o analista deve estar atento aos discursos que dialogam com aquele *corpus*. Ademais, a análise que é feita não capta as expressões isoladamente e, sim, a estrutura histórico-social, ou seja, o enunciado pode constituir-se apenas de uma frase, e, sendo uma frase, pode inscrever-se num processo histórico; portanto, o enunciado passa a ser um fenômeno histórico possível de ser investigado, observado e identificado. Essas observações deixam clara a heterogeneidade que constituem os discursos.

Authier-Revuz (1990) utiliza dois termos para tratar das diversas formas lingüísticas discursivas: *Heterogeneidade mostrada*, “por inscreverem o outro na seqüência do discurso – discurso direto, aspas, formas de retoque ou de glosa, discurso indireto livre, ironia – relativamente ao estatuto das noções enunciativas”; e *heterogeneidade constitutiva*, que pode ser tomada tanto como “discurso como produto de interdiscursos”, como “abordagem do sujeito e se sua relação com a linguagem permitida por Freud e sua releitura por Lacan” (p. 56).

Considerando a diversidade ideológica inerentes ao discurso, podemos afirmar, então, que o *corpus* será constituído através dos discursos heterogêneos produzidos que trazem, conseqüentemente, inúmeras possibilidades de leitura e, dessa forma, tentar recuperar o efeito das contradições ideológicas existentes nele.

Courtine (1981) concebe o *corpus* discursivo não como um conjunto fechado de dados, mas como um conjunto aberto de articulações que se constituem e são interrogadas no processo de elaboração da análise. Assim, a construção do *corpus* apenas termina ao final do procedimento. Segundo o autor, essa perspectiva aponta três conseqüências:

1) a necessidade de prever as etapas e as modalidades de um trabalho sobre o *corpus* dentro da definição geral de uma forma de *corpus*;

2) que esta previsão inclui a possibilidade, nas etapas, de regressar sobre a totalidade ou sobre determinado plano do *corpus*;

3) que os domínios de objetos, ou seja, de memória, de atualidade, de antecipação, sejam considerados como classes abertas que podem ser enriquecidas em qualquer etapa do procedimento, em função dos resultados já obtidos nas fases precedentes, assim como dos objetivos a serem atingidos.

Além disso, é importante considerar que a AD está relacionada à incompletude dos sujeitos e dos sentidos, uma vez que ambos não estão nunca “prontos”, mas sempre em movimento.

Segundo Orlandi (1995), “a existência, ou a necessidade histórica das muitas linguagens é parte dessa incompletude e desse possível. É no conjunto heteróclito das diferentes linguagens que o homem significa. As várias linguagens são assim uma necessidade histórica” (ORLANDI, 1995, p.24).

Fazendo uma retrospectiva do que foi dito, cabe ao analista do discurso, através das descrições dos diversos discursos, mostrar como a interpretação se dá nos textos, ou seja, ele deve buscar chegar o mais próximo possível de como os sentidos foram formulados (interpretação) no seu objeto de análise, sempre tendo em mente que todo enunciado ou formulação remete a redes de outras formulações, ou seja, o que ocorre é um jogo entre a atualidade – o que é dito num dado momento – e a memória – o já-dito ou já-formulado. Na objetivação da sua subjetividade, produção do seu discurso, o sujeito o faz, pois, em relação à memória discursiva: possibilidade do sentido de ser outro, permitindo a interpretação.

De modo geral, ao repensarmos as condições de construção dos discursos, é fundamental avaliarmos o peso que o contexto histórico possui nesse processo.

Logo, torna-se essencial abordarmos a relação existente entre Discurso e História, verificando como se dá essa relação no campo ideológico.

### 1.3 DISCURSO E HISTÓRIA NO CAMPO DAS TEORIAS DAS FORMAÇÕES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS

#### 1.3.1 Ideologia e História

Em primeira instância, é importante estudar a teoria das formações sociais e ideológicas desenvolvidas por Althusser (1985) e Pêcheux (1995). Esses formulam suas teorias do discurso analisando a relação entre a linguagem e a ideologia. Em relação a Althusser, verifica-se que este descobre nos trabalhos de Marx uma revolução teórica baseada em um objeto novo, o modo de produção, como uma base responsável pela articulação dos elementos que compõem o todo social.

Isso porque o Marxismo tem a base de seus estudos centrada no econômico, na infra-estrutura, nas instâncias político-jurídicas e ideológicas, na superestrutura. Nesse campo teórico, a infra-estrutura determina a superestrutura; a ideologia, que é parte do edifício das instâncias político-jurídicas e ideológicas, será concebida como reprodução do modo de produção, já que é por ele determinada. Ao mesmo tempo, a ideologia acaba perpetuando a base econômica que a sustenta devido a um movimento chamado “ação de retorno”.

Para explicar essa forma de apreensão do funcionamento da ideologia é importante mencionar o conceito de aparelhos ideológicos de Estado, proposto por Althusser (1985), que recupera a ótica Marxista. Segundo o autor, o que se chama de Estado é um aparelho repressivo de Estado (ARE), que funciona através da violência e que tem sua ação complementada por instituições como a escola e a religião, por exemplo, que funcionam ideologicamente. É por meio de suas práticas discursivas que se pode depreender o funcionamento da ideologia dominante.

Contrapondo-se à noção de ideologia proposta por Althusser, Mészáros (2004) afirma:

Na verdade, a ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe* [...]. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social (p.65).

O autor deixa clara a forma de concepção e sustentação da ideologia, bem como o seu controle silencioso do “metabolismo social”. Para ele, é necessário que sejam combatidas as formas de interiorização da lógica capitalista, evitando, assim, a sustentação dos pensamentos surgidos a partir dessa interiorização. A reprodução dos conceitos da ideologia dominante não proporciona nenhuma transformação real das condições de exploração do sistema. Entretanto, mesmo refletindo e buscando uma transformação desse quadro, o sujeito não tem nenhuma independência, ainda que possua relativa autonomia. Ou seja, mesmo que o indivíduo racionalize e demonstre o seu interesse em modificar a realidade que o rodeia, terá, no seu discurso, uma marca ideológica de produção e reprodução social.

Ainda buscando quebrar uma tradição de análise da ideologia como consciência, como uma idéia com lugar permanente na cabeça do homem, Mikhail Bakhtin e o Círculo Lingüístico de Praga inserem a ideologia no conjunto de todas as outras discussões filosóficas, que eles tratam de forma concreta e dialética, como, por exemplo, a constituição dos signos ou da subjetividade.

Para tanto, eles utilizam dois conjuntos ideológicos antagônicos: partem do conceito de ideologia fundado por Marx, o de “falsa consciência”, para chegar ao conceito que vão chamar de ideologia do cotidiano, considerada “como a que brota e é constituída nos encontros casuais e fortuitos, no lugar do nascedouro dos sistemas de referência, na proximidade social com as condições de produção e reprodução da vida” (BRAIT, 2005, p.169).

Destarte, Bakhtin estabelece uma relação dialética entre os conjuntos ideológicos, já que de um lado, aparece a ideologia posta, oficial, estável; do outro, a ideologia como acontecimento, a cotidiana, relativamente instável.

Nesse sentido, é possível perceber como a lingüística vai atuar no projeto que teve início em Althusser: a linguagem será a materialidade ideológica por excelência.

É o lugar privilegiado onde a ideologia toma forma. Nesse sentido, a ideologia passa a ser vista como um sistema que representa a sociedade num mundo construído com base nas referências que acontecem nas interações e trocas simbólicas por grupos sociais organizados (BRAIT, 2005, p.176).

No que tange à ideologia e à vinculação desta ao sujeito, podemos afirmar que as teorias que situam e definem esse último no campo da AD ainda estão em construção. Podemos citar, contudo, o sujeito Bakhtiniano, que é consciente, mas que não é de todo autônomo. Em outras palavras, somente é capaz de fazer escolhas dentro do universo do já existente, conforme “a intervenção da subjetividade na objetividade pode ser mais ou menos consciente, ou seja, o processo de constituição do sujeito se dá de forma heterogênea, mediante diferentes tipos de mediações e diferentes níveis de consciência” (CAVALCANTE, 2006, p.2). Esse ser social utiliza a consciência e por isso imagina que possui o controle do que diz. Suas escolhas, no entanto, estão limitadas pela objetividade, e é este movimento que transforma a realidade e a história.

Assim, não seria lícito afirmar que os sujeitos somente são interpelados por uma ideologia que os atravessa e os transforma deliberadamente. Marx afirma que ocorrem processos ideológicos e inconscientes, dentro da história, que atuam sobre os sujeitos, que por sua vez também são históricos. Assim, o que ocorre é uma troca, pois os sujeitos são interpelados pelos processos, mas também atuam sobre eles se transformando e transformando a realidade.

Todavia, não podemos negar que os estudos de Althusser – afirmando que cada sujeito é interpelado pela ideologia a ocupar um lugar determinado, a fazer parte de uma ou de outra classe social, – também é de grande valia, pois precisamos considerar primeiramente que grande parte dos indivíduos não resiste e não luta para mudar a condição em que vive, deixando-se dominar pela ideologia das classes hegemônicas.

Desse modo, Althusser constrói uma teoria inovadora e revolucionária no campo da lingüística, à medida que passa a utilizar as idéias ligadas ao modo de produção no campo da história e, especificamente no capitalista, possibilita a compreensão de como o sujeito está inserido na estrutura social através da exploração do trabalho realizado por este (mais-valia) (LECHTE, 2002).

Com base em tal teoria da estrutura social marxista, Althusser acredita que a economia é a base de promoção da articulação dos níveis relativamente autônomos da sociedade. Nessas condições, o sujeito está inserido nessa relação social que é imposta pelo sistema. Desse modo, a base econômica faz emergir a divisão de classes na sociedade e, em conseqüência, as relações de dominação entre elas.

Na sociedade contemporânea, marcada profundamente pela divisão e pela luta de classes, cada sujeito é interpelado pela ideologia a ocupar um lugar determinado, a fazer parte de uma ou de outra classe social, tendo a impressão de que é uma opção decorrente de sua livre escolha. Assim, a noção de ideologia aparece em Althusser como o modo de os homens viverem as relações com suas condições materiais de existência.

Segundo Althusser, a ideologia possui uma existência material, que se realiza por meio das instituições sociais, os chamados “aparelhos ideológicos” de Estado (o aparelho religioso, escolar, jurídico, familiar, entre outros), cuja função é a de assegurar os interesses da classe dominante, pois “[...] se consideramos que por princípio a ‘classe dominante’ detém o poder do Estado [...] e que dispõe portanto do Aparelho (repressivo) do Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante seja ativa nos Aparelhos Ideológicos do Estado” (ALTHUSSER, 1985, p.71).

Desse modo, o conceito de ideologia pensado por Althusser tem a finalidade de mostrar que é por meio desse mecanismo que a burguesia pode reproduzir sua dominação em relação ao proletariado. Por meio da teorização dos aparelhos ideológicos, Althusser pôde pensar no modo como a ideologia fornece meios para que os indivíduos e suas sucessivas gerações se adaptem ao modo de produção vigente. Isso porque a ideologia não somente fornece a estrutura em que as pessoas vivem suas relações com a realidade, mas também torna os indivíduos em sujeitos do sistema.

Em suma, Althusser considera os aparelhos ideológicos de Estado como a base material da ideologia dominante, uma vez que eles desempenham um papel essencial no processo de reprodução das condições de produção. Como a classe dominante se empenha para manter esse sistema de reprodução com a finalidade de garantir seu poder e de continuar a explorar o trabalho da classe dominada, os aparelhos ideológicos intervêm como mecanismo por meio do qual a ideologia da classe dominante se realiza. A princípio, tal análise leva a pensar na impossibilidade

de haver alguma espécie de ruptura na história, pois em que circunstância haveria luta de classes, se as idéias e os atos materiais dos sujeitos estão sempre inseridos em práticas reguladas pelo aparelho ideológico que lhes assegura a identificação com a formação ideológica dominante?

Em relação a isso, Pêcheux adverte que os aparelhos ideológicos de Estado (como a imprensa) não devem ser vistos como puros instrumentos da classe dominante, pois o estabelecimento deles é o palco de uma dura e ininterrupta luta de classes. Por isso, as condições de produção não se mantêm apenas pela reprodução, mas também pela transformação. Assim, o binômio reprodução-transformação designa o modo como a história se realiza por intermédio das classes sociais em luta, pois expressa “o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes” (PÊCHEUX, 1995, p.144). Nesse contexto, a linguagem torna-se um suporte de transmissão de ideologias.

### **1.3.2 Ideologia e Linguagem**

Em razão do amplo aspecto que a ideologia compreende, não é possível explicá-la em uma única significação. Assim, alguns conceitos são importantes na atualidade. Desse modo, para Thompson, ideologia é “[...] uma característica criativa e constitutiva da vida social que é sustentada e reproduzida, contestada e transformada, através de ações e interações, as quais incluem a troca contínua de formas simbólicas” (THOMPSON, 1995, p.19).

Considerando as definições acima, podemos concluir que os indivíduos que vivem em sociedade edificam seus pensamentos e interpretam as realidades exterior e interior de acordo com seus padrões ideológicos.

Nesse processo, a linguagem é fruto também dessa edificação, sendo o meio utilizado para a comunicação entre os indivíduos. Dessa forma, é saliente que a linguagem consiste numa manifestação na qual indivíduos de um mesmo grupo estão constantemente posicionando-se e comunicando-se entre si, acompanhando os padrões ideológicos existentes.

Em mais detalhes, a linguagem consiste na capacidade específica da raça humana para se comunicar através de um sistema de signos vocais. Já a língua é caracterizada como uma ferramenta de comunicação, um sistema de signos vocais específicos aos membros de uma mesma comunidade, e a fala consiste numa função não instintiva, pois é adquirida por meio da cultura (DUBOIS, 2000).

Kristeva (1969) entende que a língua e a linguagem compreendem um conjunto complexo de meios de comunicação, e não mais somente a escrita e leitura, mas língua, fala, discurso e signos.

Podem ver, sobretudo, até que ponto é que esse sistema de signos convencionais a que chamamos língua, fala ou discurso, e que constitui a mais específica particularidade da espécie humana, é complexo nas suas origens e na sua função; podem dar-se conta da dificuldade que há em tomarmos da linguagem a distância necessária para a considerarmos, realmente, como um objeto separado de nós próprios, condição indispensável para o seu estudo; podem avaliar a importância do problema de saber se existe um pensamento independente da linguagem ou se a linguagem é ela própria pensamento. Pois hoje em dia, nada, ou quase nada, se faz sem fala, e é necessário saber, apesar de tudo, se essa coisa que fala quando eu falo e que me implica totalmente em cada som que anuncio, em cada palavra que escrevo, em cada signo que faço, se essa coisa é realmente eu, ou um outro que existe em mim, ou ainda um não sei quê de exterior a mim mesmo que se exprime através da minha boca em virtude de qualquer processo ainda inexplicado (1969, p.10).

Assim, aquilo que chamamos de linguagem possui uma história que se desenvolveu e se desenvolve no tempo dos homens, na vida destes, sofrendo mutações em diferentes épocas, tomando diversos formatos em diferentes povos, tida como um sistema de regras precisas de funcionamento com estrutura determinada e transformações estruturais que obedecem a leis, sendo inseparável do campo ideológico.

Bakhtin (1992) expõe que o pensamento é carente do fator ideológico modelador do significado, que nada mais é do que uma mera reação fisiológica, uma característica peculiar “do indivíduo pouco socializado”. Além disso, “toda palavra é ideológica e toda utilização da língua está ligada à evolução ideológica (p.124)”. Percebe-se então que o indivíduo, ao adquirir uma língua paralelamente, adquire as ideologias e, por conseguinte, a cultura que estrutura tal língua, tornando-a passível de uma interpretação “plena”.

É possível afirmar, então, que ao lermos um discurso presente em uma determinada cultura, precisamos identificar as ideologias que sustentam e permeiam tal discurso/mensagem, sendo necessário verificar quais símbolos e signos estão sendo utilizados.

Para Bakhtin (1992), “compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já existentes”. Em outras palavras, para cada palavra nova existirá sempre uma busca de relação de significação com outras que já foram internalizadas – essas, por sua vez, já imbuídas de seus aspectos ideológicos e culturais imanentes.

Sendo assim, os leitores, dotados de sua identidade, possuem suas próprias ideologias e influências culturais resultantes, cada qual, do meio em que vivem. Elas, ideologias e cultura, são fundamentais para a “identidade de pensamento”, modos de ver e de atribuir significação ao mundo por meio de signos. Assim sendo, ao se defrontarem com palavras ou expressões novas, os indivíduos automaticamente “filtram” as novas informações, procurando, em seus dicionários mentais, uma conexão para atribuir os possíveis significados para as mesmas.

Em suma, as informações armazenadas comportam toda carga ideológica e cultural do contexto social de cada indivíduo. Naturalmente, a tendência é que a cultura e as ideologias de cada indivíduo prevaleçam sobre a cultura e as ideologias que compõem sua linguagem. Linguagem que é indissociável do contexto histórico do discurso.

### **1.3.3 Discurso e História**

A linguagem está atrelada ao contexto histórico no qual a fonte (Discurso acerca da Guerra do Iraque) foi produzida, que comporta uma carga ideológica inquestionável. Assim, o Discurso contido nesta fonte está intimamente ligado a memória histórica e a vida social, pois:

O discurso não é um aerólio miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe [...] só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-

reestruturação dessas redes e trajetos: todo é o índice potencial de uma agitação nas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1997, p.56).

Verifica-se, então, que o discurso é fruto da memória ligada ao caminho percorrido pelas sociedades. Por meio da análise do discurso, podemos desconstruir para reconstruir, e vice-versa, essa memória das relações e trajetos do social.

Foucault (1997) define “os discursos como práticas, que formam sistematicamente os objetos de que falam” (p.56). Essas práticas são definidas por ele como fruto de acontecimentos históricos, possíveis de serem representados no âmbito científico (formações obscurivas) ou no âmbito teórico pré-científico (formações não discursivas).

Considerando que discurso e linguagem são interativos, podem ser compreendidos a partir de suas respectivas naturezas culturais e sócio-históricas expressas por palavras. Assim, para Bakhtin (1997, p.29), “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Ou seja, para ele, a palavra é fruto das relações sociais e objetiva atingir um interlocutor real, sendo variável de acordo com seu grupo social no qual o sujeito está imerso, e das relações sociais que ele estabelece com esse grupo.

Quanto à formação discursiva, Foucault define como:

[...] àquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estudo da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...], diremos [então], que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes (1997, p.160-161)

Em relação ao conceito de História, Pêcheux esclarece o conceito de história formulado por Althusser, segundo o qual ela seria como um imenso sistema “natural-humano” em movimento cujo motor é a luta de classes. Um complexo em que se

desenvolve a produção/transformação das relações de classes. A ideologia é inerente a essa relação, pois é “no interior desse processo ‘natural-humano’ que ‘a Ideologia é eterna’ (*omni-histórica*)” (PÊCHEUX, 1995, p.152).

Ele afirma também que “[...] a história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes, como o ‘bom lado’ da história se oporia ao ‘mau lado’; esta história está escrita, com sua especificidade, na história da luta de classes” (PÊCHEUX, 1995,p.190).

Para falarmos em “formação ideológica”, precisamos ter em mente que esta consiste em um conceito operatório para se pensar como se dá o confronto de forças em um dado momento histórico, uma vez que caracteriza um determinado aspecto da luta nos aparelhos, que pode intervir como uma força confrontada com outras na conjuntura ideológica de uma formação social (PÊCHEUX e FUCHS, 1990).

Assim, uma formação ideológica, contudo, não comporta necessariamente posições conflitantes. É imaginável que ocorram também relações contratuais ou de dominação. Como não existe ideologia separada da linguagem, uma formação ideológica adquire existência quando materializada por uma formação discursiva – uma noção foucaultiana da qual se vale Pêcheux para fazer referência ao conjunto de regras anônimas e históricas, que determina o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição em uma dada conjuntura.

Pudemos observar em Althusser (1985) que a classe dominante cria mecanismos para perpetuar e reproduzir as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Do ponto de vista do materialismo histórico, o discurso pode ser um desses mecanismos de materialização da ideologia decorrente do modo de organização da sociedade, ou seja, o discurso pode manifestar a história dos modos de produção, a história de uma luta, travada no seio de uma sociedade dividida entre dominantes e dominados, a história da reprodução/transformação dessa relação, e principalmente exercer manipulações no âmbito do cultural.

Nessa direção, para Pêcheux (1995), o sistema lingüístico constitui-se no conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas dotadas de uma relativa autonomia. As leis internas ao sistema da língua têm a função de base comum para a realização de processos discursivos diferenciados. Nessa relação entre base e

processo (designada para solucionar o problema de uma mesma palavra, expressão ou proposição, recebendo sentidos diferentes conforme se refiram a tal ou qual formação discursiva), pode ser evocada para se ter uma compreensão do modo como o discurso manifesta alianças ou confrontos históricos entre classes distintas.

Nessa relação entre discurso e história, por sua vez, a abordagem do pré-construído aponta para a identificação do sujeito falante com o Sujeito Universal, pois o efeito do pré-construído é o de ser a modalidade discursiva pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito. Na teoria do discurso elaborada por Pêcheux, esse efeito figura como um dos pontos fundamentais da articulação de uma teoria materialista dos processos discursivos com a lingüística, ou seja, é, uma articulação entre história, discurso e língua.

Com esses conhecimentos, podemos voltar à indagação inicial de como a relação entre discurso e história pode ser pensada no campo do materialismo histórico.

Percebendo que uma formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito, e tendo em vista, como já exposto, que o discursivo é uma das possibilidades de materialização de uma formação ideológica, o discurso, então, pode manifestar a história das classes em conflito no interior mesmo dos aparelhos ideológicos e a respectiva cultura dessas.

Assim, se o que faz a história movimentar-se são os embates, as lutas de classes, se não há como separar o discursivo do ideológico, a relação entre história e discurso pode ser pensada no modo como, na materialidade discursiva, se efetua a reprodução ou a transformação das relações de produção.

Essa relação, assim vista, propicia analisar, por exemplo, o modo como um determinado discurso reproduz a formação ideológica na qual encontra a evidência de seu sentido. Diante disso, podemos concluir, sob o olhar de Courtine (1999), que na relação entre o processo discursivo e processo histórico ressalta mais o aspecto ideológico que o histórico.

Vale lembrar que o caminho histórico do desenvolvimento da teoria do discurso construída por Pêcheux marca um movimento que se desloca de um althusserianismo rigoroso para uma aproximação com as idéias de Foucault. Esse

deslocamento torna-se mais nítido no início da década de 1980, principalmente em um dos trabalhos mais significativos de Pêcheux, intitulado “*Discurso: estrutura ou acontecimento?*”

A noção de acontecimento, reconfigurada por Foucault, em “A arqueologia do saber” (1972), torna-se o fundamento teórico-metodológico com o qual é possível pensar os acontecimentos do domínio público (acontecimentos políticos, econômicos e culturais).

#### **1.3.4 Discurso e História sob o viés da teoria das formações discursivas**

Em meio à efervescência do paradigma estrutural que dominou nos anos de 1960 as ciências humanas na França, Michel Foucault emergiu e se firmou como um pensador que fez incursões em campos distintos do conhecimento, pois se acercou de temas diversos, como as condições de constituição dos discursos, as redes e os dispositivos das relações de poder e os procedimentos reguladores de expressão da sexualidade.

Com seus estudos, Foucault abriu um leque complexo de questões, abarcando a constituição dos saberes, a loucura, o processo de subjetivação, a prisão e a clínica. De tudo isso resulta a dificuldade de caracterizar esse filósofo como um intelectual representante de uma determinada “episteme” única, como atestam seus críticos, dentre os quais Rojas (2000), que chama a atenção para a multiplicidade de adjetivações que, de acordo com distintos olhares, definem Foucault como um dos principais representantes do estruturalismo francês, ou um pensador de direita e antimarxista, ou ainda o filósofo da geração francesa de 1968.

Segundo Foucault (1998), o poder está em todo lugar, espalhado no interior das instituições cunhadas pelos homens. Em razão disso, ele não fala em ideologia determinando aquilo que o sujeito pode e deve falar, mas em sistemas de interdição, em procedimentos que instituem um jogo de fronteiras, de limites e de supressões que tentam controlar a produção dos discursos na sociedade. Por meio desses mecanismos coercitivos, as instituições conjuram o acaso do discurso, impondo regras para quem deseja entrar na sua ordem. *A ordem do discurso* pode ser lida, por esse viés, como uma arqueologia dos procedimentos de controle, de seleção, de

organização e de redistribuição dos discursos, bem como uma arqueologia dos procedimentos que instituem e significam o sujeito que fala.

Mas quem tem o direito de entrar na ordem do acontecimento discursivo para Foucault? Segundo ele, não é qualquer sujeito que pode sustentar um discurso; é necessário, antes, que lhe seja reconhecido pelas instituições, que tenha um estatuto tal para articular discursos.

Outro aspecto que caracteriza o sujeito do acontecimento discursivo são os sujeitos que não estão na origem de seus discursos, nem se exprimem como unidade na cadeia discursiva. Assim, o autor renuncia sua idéia de antropocentrismo, ao considerar que o discurso não é criação de um sujeito que pensa e sabe o que quer, e, sim, é o discurso que determina o que o sujeito deve falar, sendo ele que estipula as modalidades enunciativas. Destarte, o sujeito não preexiste ao discurso, mas é uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de qual modo.

Nessa direção, os estudos de Foucault colocam o sujeito como funcionário do discurso, como sendo falado por ele. Sua genealogia é uma “gramática do homicídio” (ROUANET, 1971), uma vez que ela se ergue contra o sujeito concebido como unidade demasiadamente determinada. O sujeito, entretanto, não desaparece nas análises de Foucault, mas é preciso entender por homicídio, por exemplo, o desaparecimento de uma subjetividade fundadora, em prol de um sujeito que é pluralidade de posições e uma descontinuidade de funções.

No discurso da arqueologia, há um recorte da região da linguagem a fim de interrogar o estatuto de quem enuncia. Debatendo, quem tem o direito de entrar na ordem do acontecimento discursivo, e quem fala e no interior de que instituições? Foucault responde por meio da análise das modalidades enunciativas, que demarcam um campo de regularidades para as várias posições de subjetividades, fazendo surgir o sujeito do discurso como uma dispersão.

Conforme adentra na ordem do discurso, o sujeito faz uma espécie de opção, como: a seleção de elementos discursivos, de conceitos, de palavras, de estrutura lingüística, valores, etc. Trata-se daquela força que Foucault denomina de prática discursiva – conjunto de regras anônimas e históricas que determinará as condições

do exercício da função enunciativa. Com isso, as condições de surgimento de um enunciado e de sua função enunciativa estão fundamentadas na história.

### **1.3.5 O enunciado e a função enunciativa**

O enunciado possui uma noção elementar no discurso. No entendimento de Foucault, enunciado contrapõe à proposição, à frase e aos atos de fala. Ou seja, a presença de uma estrutura proposicional definida não é condição necessária e suficiente para que haja enunciado. Como o enunciado está no nível do discurso, ele não pode ser submetido às provas verdadeiro/falso que incidem sobre a proposição.

Assim, do ponto de vista do enunciado do discurso, não há formulações iguais, mesmo em se tratando de uma mesma estrutura proposicional. Logo, é preciso considerar a presença de caracteres enunciativos muito distintos.

Foucault (1972) avança ainda citando exemplos de enunciados desprovidos de elementos gramaticais, como uma árvore genealógica, um livro contábil, etc. Além de textos não-verbais, como fotografias, gravuras, ilustrações, charges, que compõem a produção discursiva da mídia impressa, objeto de estudo neste trabalho.

A separação entre enunciado e frase e a não-exigência de uma estrutura lingüística determinada abrem o campo de alcance da função enunciativa para outras materialidades que não somente a da linguagem verbal escrita.

Sob o ponto de vista do discurso, geralmente o que o autor tem em mente não é o ato material que consiste em falar ou escrever, e nem a intenção do indivíduo que fala, muito menos a consequência eventual do que disse.

A análise da função enunciativa coloca outra questão: o que foi produzido pelo fato de ter sido enunciado e por que foi este enunciado e não outro que apareceu, o que levou a tal escolha? Ou seja, por que em meio a um discurso nasce um determinado enunciado e não outro?

Mediante tais questões é importante considerar que o discurso precisa ser analisado sob três prismas: singularidade, condições de existência, e correlações com outros discursos. Nesse sentido, o enunciado discursivo é um acontecimento

que foge ao comando da língua (como sistema) e do sentido (como interpretação acabada), sendo essa força como acontecimento singular.

Foucault (1997) também faz uma quarta oposição, dessa vez entre língua e enunciado, a fim de mostrar que ambos não estão no mesmo nível de existência, pois, para ele, a língua existe somente como um sistema de construção para enunciados possíveis. Também só existe porque é possível que seja descrita a partir de um conjunto de enunciados reais.

Em suma, o enunciado não é uma unidade passível de ser definida com base em elementos que são do mesmo gênero da frase, da proposição ou do ato de fala. Contudo, o que faz dessas unidades um enunciado é aquilo que Foucault nomeia como “função enunciativa”, que perpassa um domínio de estruturas e de unidades possíveis, fazendo-as ultrapassar, com conteúdos concretos, o tempo e o espaço. Segundo Gregolin, a função enunciativa indica “o fato de ele (o enunciado) ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (2002, p.2),

Desse modo, o enunciado consiste num conjunto de signos em função enunciativa. Assim, sua característica essencial é a de ser um elemento do nível enunciativo. Em razão disso, ele não mantém o mesmo tipo de relação existente, como entre o substantivo e o que ele designa ou o que significa.

Segundo Foucault (1997), um substantivo pode ser caracterizado com base na possibilidade de ser recorrente, uma definição não aplicável ao enunciado, pois a relação que ele mantém com aquilo que é enunciado não pode ser identificada a um conjunto de regras de utilização, pois o enunciado existe além de qualquer possibilidade de reaparecimento.

Assim, “se [...] uma formulação idêntica reaparece – as mesmas palavras são utilizadas, basicamente os mesmos substantivos, é, em suma, a mesma frase, mas não é forçosamente o mesmo enunciado” (FOUCAULT, 1972, p.112).

Para Gregolin (2002), entre o enunciado e aquilo que ele enuncia existe uma relação que vai muito além dos aspectos gramaticais, lógicos e semânticos, havendo uma relação na qual estão envolvidos os sujeitos, numa relação que passa pela história, abarcando a materialidade do enunciado.

Nesse contexto, o sujeito, o domínio associado e a existência material compõem os três elementos que respondem pelo exercício da função enunciativa, cuja especificidade é a de cruzar as estruturas e as lingüísticas ou não, fazendo-as aparecerem com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

A relação que o enunciado sustenta com o sujeito o distingue de uma série qualquer de caracteres lingüísticos, pois o sujeito do enunciado não se reduz aos elementos gramaticais que marcam no discurso a presença de um enunciador em primeira ou terceira pessoa. O sujeito do enunciado não é interior ao sintagma lingüístico. Mesmo havendo a marca gramatical de pessoa, há um sujeito que assume os signos enunciados. Além disso, os enunciados que possuem uma forma gramatical fixa não mantêm um único e mesmo tipo de relação com o sujeito do enunciado. Assim, para que se possa postular a existência de uma função enunciativa, é preciso que o enunciado tenha um autor ou uma instância produtora que se possa localizar (FOUCAULT, 1997).

Contudo, essas entidades não são sempre idênticas ao sujeito do enunciado. Como exemplifica Foucault, em um romance, apesar de o autor ser o mesmo, os enunciados que o compõem não implicam a mesma relação entre o sujeito e o que está sendo enunciado, pois o sujeito do enunciado é uma função vazia, que pode ser ocupada por indivíduos diferentes. Como salienta o autor, “[...] um único e mesmo indivíduo pode ocupar alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos” (FOUCAULT, 1997, p.117).

Nesse sentido, descrever, a função enunciativa a partir do sujeito é descrever e definir a posição que o indivíduo pode e deve ocupar para exercer a função de sujeito do enunciado. Posição que, conforme exemplifica Foucault (1997), pode ser idêntica à do autor da formulação, no caso de uma frase que, prefaciando uma obra, explica o porquê, o para que e as circunstâncias que justificam o estudo empreendido, ou pode ser uma posição de neutralidade, se aparecer numa proposição do tipo “duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si”.

Nessas condições, a posição de sujeito pode ser ocupada por qualquer indivíduo, uma vez que é uma posição que se caracteriza por ser indiferente ao tempo, ao espaço e às circunstâncias, podendo ser realizada em qualquer código lingüístico. Em contraposição, uma formulação como “já demonstramos que” remete

para uma posição de sujeito fixada no interior de um domínio constituído por um conjunto finito de enunciados. Ou seja, o indivíduo, ao sustentar essa formulação, inscreve-se no interior de uma série enunciativa localizada em uma série de acontecimentos enunciativos produzidos antes da formulação.

Logo, a posição de sujeito do enunciado é determinada pela existência prévia de um número de operações efetivas, que não podem ser atribuídas a um único e mesmo indivíduo. Em razão disso, Foucault determina o sujeito do enunciado não como um indivíduo que teria efetuado tais operações, mas pelo conjunto de requisitos e de possibilidades que indicam a posição de sujeito.

O segundo elemento indispensável ao exercício da função enunciativa diz respeito ao fato de o enunciado pertencer a um domínio associado, o qual faz que ele não seja apenas um simples ajuntamento de signos.

Em razão do fato de o enunciado estar inserido em um campo enunciativo, não é possível exigir a existência de enunciados livres, neutros ou independentes, pois o enunciado compartilha de uma série enunciativa, desempenhando, nesse conjunto, de um papel determinado, apoiando-se ou distinguindo-se desse conjunto. Como diz Foucault, “não há enunciado que não suponha outros” (1972, p.124).

O que Foucault determina de domínio ou de campo associado constitui uma trama complexa, que se forma pela série de outras formulações no interior das quais o enunciado está inscrito. Essa trama constitui-se também pelo conjunto das formulações a que o enunciado faz referência, seja para repeti-las, adaptá-las, modificá-las, ou opor-se a elas ou delas mesmo falar.

Essa idéia aponta para o fato de não existir enunciado que, de um modo ou de outro, não reatualize outros enunciados, pois o campo associado é constituído, da mesma forma, pelo conjunto das formulações que podem vir depois do enunciado, funcionando como consequência, seqüência natural ou réplica dele. Por fim, é formado pelo conjunto das formulações que dividem com o enunciado o mesmo estatuto. Em relação a esse conjunto, o enunciado poderá ser apagado, valorizado, conservado e oferecido como objeto para a possibilidade de existência material de futuros discursos.

O derradeiro aspecto que torna uma seqüência de signo um enunciado diz respeito à materialidade discursiva. O enunciado é definido por Foucault em termos

de uma espessura material, que abrange uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Tais elementos constituem o regime de materialidade possível do enunciado, o qual é da ordem da instituição. São os cânones da literatura ou da ciência, por exemplo, que, em última instância, determinam a identidade material dos discursos. O regime da materialidade define para o enunciado as possibilidades de sua reinscrição e transição, bem como seus limiares e seus limites.

Logo, a materialidade do enunciado remete para as condições de possibilidade (um mesmo espaço de distribuição, a mesma repartição de singularidades, a mesma ordem de lugares e de locais e a mesma relação com o meio instituído) que o tornam repetível. Nesse sentido, o regime da materialidade ao qual os enunciados obedecem é da ordem da instituição mais que da localização espaço-temporal, pois é a relação entre prática discursiva e instituição que responde pela materialidade do enunciado, o que requer que se considere o discurso não como um conjunto de signos, mas como uma prática que abarca regras determinadas historicamente.

Dessa forma, por se referir a um espaço, a um tempo determinado e a uma área social geográfica, econômica ou lingüística, as regras enunciativas são mais historicizadas. Sob o ponto de vista de Dosse (2001), a materialidade permite ao método arqueológico sair de uma concepção fechada de discurso, porque situa a prática discursiva no interior das práticas não-discursivas.

Foucault aponta também a existência de um “campo de estabilização”, que possibilita, mesmo com as diferenças de enunciação, a repetição do enunciado em sua identidade. Esse mesmo campo pode também determinar um limiar a partir do qual se torna impossível estabelecer uma equivalência nessa repetição, o que implica considerar o surgimento de um novo discurso. Soma-se a esse conjunto um “campo de utilização”, que permite “a constância do enunciado, a manutenção de sua identidade através dos acontecimentos singulares das enunciações, seus desdobramentos através das identidades das formas” (FOUCAULT, 1972, p.131).

Essa materialidade repetível que caracteriza o terceiro elemento da função enunciativa faz do enunciado um objeto do qual os homens se servem para manipular, utilizar, transformar, trocar, combinar, decompor, recompor ou destruir. Para Gregolin (2002), a função enunciativa afere aos enunciados o poder de agenciar a memória e de construir a história, projetando-se do passado ao futuro.

Contudo, é necessário que toda a reflexão sobre o enunciado deva incidir sobre a descrição do exercício da função enunciativa de que os enunciados são portadores. Essa função não confere às unidades diversas (frases, fragmentos de frases, proposições, séries, quadros de signos) um sujeito, mas um conjunto de posições subjetivas possíveis. Ela não lhes dá um limite, pois as coloca em um campo associado, que possibilita a coexistência. A função enunciativa não determina a identidade dessas unidades, e, sim, o regime de sua espessura material, que possibilita a repetição ou a transformação do enunciado.

Segundo Foucault, o enunciado deve ser descrito ou simplesmente reescrito em relação apenas às suas condições externas de possibilidades, e considerando a sua raridade e singularidade. Essa condição de ser raro advém, segundo Blanchot, do fato de “só pode ser positivo, sem cogito para que remeta, sem autor único que identifique, livre de todo o contexto que ajudaria a situá-lo num conjunto (de que extraísse o seu ou os seus diversos sentidos)” (BLANCHOT, s/d, p.34).

A descrição realizada por Foucault não é confundível com a análise sistêmica da língua cujo trabalho objetiva inventariar o léxico ou o campo semântico para chegar à significação. Assim, a proposta da análise arqueológica é justamente outra, como a de:

Mostrar que ‘os discursos’, tais como podemos compreendê-los, tais como podemos tê-los sob a forma de textos, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras [...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o enredar de um léxico e de uma experiência [...] (FOUCAULT, 1972, p.64).

A descrição arqueológica distingue-se também da análise da relação entre enunciado e pensamento, que intenta encontrar nos discursos a atividade consciente do sujeito falante, aquilo que supostamente ele desejou falar, ou o jogo inconsciente que veio à luz a partir do que disse.

A arqueologia propõe uma questão muito diferente da análise lingüística ou da história do pensamento, que é a de interrogar as condições que propiciaram o aparecimento de um determinado enunciado e não de outro em seu lugar. Nessa direção, a descrição arqueológica não tem como finalidade encontrar, “[...] sob o que

está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar” (FOUCAULT, 1972, p.39-40).

A noção de acontecimento permite considerar o enunciado como aquilo que efetivamente foi formulado, seja por um gesto de escritura, seja pela articulação de uma palavra. Mas não só isso, essa noção coloca o enunciado no campo de uma memória, na materialidade dos manuscritos, dos livros ou de qualquer espécie de registro. Mesmo sendo único como acontecimento, o enunciado está aberto a toda sorte de repetição, de transformação ou de reativação. Por último, o enunciado-acontecimento relaciona-se com domínios vizinhos, ou seja, com outros enunciados que o precedem ou o seguem.

Em razão disso, o estatuto daquilo a que Foucault dá o nome de acontecimento discursivo pode ser definido como sendo as relações dos enunciados entre si, as relações entre grupos de enunciados e as relações entre enunciado ou grupos de enunciados e de acontecimentos de outra ordem, todos ligados às relações de poder.

### **1.3.6 Discurso e poder**

Por menor que seja o discurso, a todo o momento estamos absorvendo eles e ao mesmo tempo lutando pelo direito de produzir sentidos. Nessa direção, o discurso é marcado pela dualidade de comunicar e não-comunicar, ao ser, ao mesmo tempo, um objeto simbólico e político. Simbólico por não ser um adesivo que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexistente à significação; e político no sentido de que é uma luta pelo poder, à medida que é “afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa” (MACHADO, 1998).

É então dotado de um poder que para Courtine (apud GREGOLIN, 2002):

[...] controla os homens sob um olhar visível e ao mesmo tempo invisível, contínuo e meticuloso, que espia e detalha cada um deles. O dispositivo que permite essa vigilância surda e minuciosa converteu, desse modo, a sociedade inteira em uma superfície de leitura: o corpo social tornou-se um texto e o corpo de cada sujeito, um sinal em que uma leitura atenta espreita os desvios mais sutis: a escapulida de uma palavra, a sombra de uma dúvida, a passagem de um problema, a bruma de uma emoção (2002, p.2).

Uma semântica do poder que ordena, positiva a correção, aperfeiçoa desloca e apaga o sujeito. Contudo, o discurso, não é somente ação, ele também é caracterizado por distintos sentidos que cada falante ou escritor atribui a um texto, palavra, ou enunciado, constituindo um conjunto confuso de valores, que convergem sobre os aspectos culturais, lingüísticos e subjetivos.

Assim, os efeitos de sentido consistem nas coerções pelas quais passa a construção imaginária, subdividida em formação ideológica e discursiva, além do trabalho pouco consciente do sujeito sobre o sentido da língua.

### **1.3.7 Discurso e língua como efeitos de sentido**

Quando falamos em “Discurso como efeitos de sentido”, é importante termos em mente que há um jogo de imagens entre os interlocutores do discurso, conforme este é dividido como efeito de sentidos entre sujeitos, levando Pêcheux a concluir que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (1988, p.86).

Desse modo, tende a se estabelecer uma relação, em qualquer grupo social, entre o lugar real que o indivíduo ocupa em sociedade e as representações imaginárias que este indivíduo tem desse lugar que ocupa.

Quando este indivíduo se ajunta a determinadas formações discursivas e ideológicas, as condições de produção e de realização do discurso pelo sujeito materializam-se, ou seja, tornam-se mais compreensíveis para esse mesmo sujeito, isso porque, nas palavras de Orlandi (1999, p.62), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-

histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

Só é possível a construção desses efeitos de sentido em virtude da existência de um sujeito que trabalha com a língua e sobre a língua. Nessa relação entre língua e discurso, Possenti (1988) expõe que a língua e o discurso são realidades essenciais, conforme o locutor desempenha uma ação com a língua e sobre a língua, caracterizando o locutor como sujeito no discurso. Para Possenti (1988), a língua é tarefa de uma coletividade, mas não deixa de ser também parte de uma ação individual de um locutor.

Nessa direção:

Os falantes sabem avaliar o valor dos recursos expressivos alternativos que uma língua lhes coloca à disposição. É em sua escolha que eles se individualizam em um discurso irrepitível e único, interpretável segundo parâmetros que levam em conta regras semânticas, sim, mas também os valores atribuídos às formas mesmas, em sua materialidade (POSSENTI, 1988, p.94).

Lembrando que essa inter-relação entre língua e discurso é considerada por Pêcheux como respectivamente:

[...] a língua se apresenta como a base comum de processos discursivos diferentes. O sistema lingüístico (estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas) é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Lingüística. É, pois, sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos (1988, p.91).

Por meio de tal afirmação, é possível conceber duas perspectivas: uma que considera que o discurso emerge simultaneamente com as leis internas da língua e, por conseguinte, essas leis contêm, além das estruturas citadas acima, os efeitos de sentido competente a cada uma delas, transformando esses efeitos de sentido em elemento de uma semântica da língua e/ou do discurso. Logo, poderíamos afirmar que língua e discurso podem ser caracterizados como uma mesma moeda de faces diferentes. E a enunciação é a responsável por ressaltar uma ou outras dessas faces.

Estudando as relações existentes entre a língua e o discurso, Authier-Revuz (1990) expõe que o caminho do sistema para a fala consiste no abandono de:

[...] um domínio homogêneo, fechado, em que a descrição é da ordem do *repetível*, do UM, para um campo duplamente marcado pelo NÃO-UM, pela *heterogeneidade teórica* que o atravessa, a língua articulando-se ao sujeito e “ao mundo”, e pelo caráter *não-repetível* da compreensão que dele se pode ter, inevitavelmente afetada pela subjetividade e pela incompletude” (p.166).

Dessa forma, o discurso é influenciado por três campos: a sistematicidade lingüística; a compreensão do nível enunciativo-textual e as interpretações do nível discursivo, em suas diferentes instâncias, podendo, nesse percurso, o sentido passar do espaço central para as margens do texto.

De acordo com esse pensamento, Orlandi (1996) vê a língua sob uma ótica discursiva, curvada sob duas instâncias:

A *organização*, se constituindo como regra, sistema empírico, função; e aquela da *ordem*, na qual ela é discurso, equívoco, falha, interpretação, funcionamento, significante material e histórico. Desse modo, a língua passa a ser sinônimo de materialidade histórica, por meio da intervenção da história nos significados de sua estrutura (morfológica, sintática, semântica). Assim, a língua forma-se materialmente através do inconsciente, da ideologia e da história, numa prática expressiva e no efeito da relação do sujeito com a língua e a história. A língua também é uma *estrutura* (sistema) que funciona na ordem do discurso por meio de um trabalho simbólico de *estruturção*. Para Orlandi “a ordem significante é capaz de equívoco, de deslize, de falha, sem perder seu caráter de unidade, de totalidade” (1996, p.48).

Sob um aspecto geral, o discurso e a língua não podem ser concebidos somente como efeitos de sentido, mas também como acontecimento.

### 1.3.8 O discurso e língua como acontecimento

É importante considerar o discurso como uma ação que desempenhamos ao escutar/falar/ler/escrever e que produz e reproduz determinados efeitos de sentido em uma ação sobre a língua. Dessa forma, essa prática discursiva e seus efeitos de sentidos emergem como um acontecimento discursivo, sendo definido por Foucault (1995, p.30) como “construído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um (...) uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral”. Com isso, esses acontecimentos discursivos consistem em quase todas as realizações lingüísticas finitas, apesar da memória do indivíduo não compreender totalmente.

Contudo, não importa somente analisar o que o discurso faz com os indivíduos, como estes utilizam a língua na composição de efeitos de sentido, mas igualmente como esses discursos ocorrem, em que lugar, em quais condições e com quais outros discursos eles se inter-relacionam. Nesse sentido, é perceptível que em determinados momentos nos perguntamos o porquê de dizermos isso e não outra coisa. Assim, verifica-se que esse momento é o do surgimento do discurso como acontecimento.

Discursos que não ocorrem livremente de coerções, pois, em praticamente toda sociedade, o discurso sofre coerções (exclusão, interdição, separação ou rejeição), além de uma vontade de verdade, procedimento de controle e de delimitação do discurso, o princípio de autoria, princípio da disciplina, soma-se a isso o fato de que o todo e qualquer discurso deve corresponder a certas condições de funcionamento, compostas de um conjunto de regras, que pode dizer: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 1996, p.37). Para Foucault, um dos meios de podermos questionar todo esse conjunto de coerções ao discurso será “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (1996, p.51).

No âmbito da Lingüística, e mais particularmente na Análise de Discurso (AD), essa característica de acontecimento dos discursos é examinada em termos de enunciação. Para Guilhaumou e Maldidier (1989, p.64-65), a enunciação se insere

nos estudos do discurso sob a categoria da contradição e do acontecimento, levando-os a afirmar que a definição do deslocamento dos sujeitos, de sua passagem de um lugar enunciativo para outro, identifica-se à descrição de uma série de acontecimentos discursivos.

Pêcheux (1990a) percebe a presença do “Outro” no discurso como capaz de provocar uma crise em dois níveis: no encerramento do que seja discurso e nas fronteiras da constituição discursiva, motivo pelo qual o *corpus* desloca-se para a multiplicidade, assinalando o objeto da AD como um trabalho de interrogação/negação/desconstrução para a edificação de objetos discursivos ou acontecimentos, que são pontos de vista e lugares enunciativos na perspectiva intra-discursiva. Nessa concepção, o discurso não é conformado por um espaço circunscrito, e, sim, como um acontecimento no qual a fala do “eu” se dispersa em contato com outros sentidos e outras falas.

Ainda sob o olhar de Pêcheux (1990b), o acontecimento é conceituado como uma união do contexto de atualidade e do espaço de memória reorganizado. Para ele, o estatuto da discursividade em acontecimento perpassa proposições estáveis e formulações duvidosas, levando o lingüista a passar de uma descrição de espaços discursivos, compostos por um conjunto de proposições também estáveis, para um espaço de necessidade equívoca, em que todos os sentidos são possíveis.

Com isso, tendemos a sair do campo descritivo para adentrar ao campo da interpretação, o que carece de algumas exigências, como: um saber que não se transmite, que não se aprende e também que não se ensina, mas que permanece produzindo efeitos; o estabelecimento de relações entre o que é falado e o que não o é, ou é falado de outra forma, a fim de se compreender o não-falado no interior do falado; a análise das práticas cotidianas do sentido; a abordagem do real da língua por meio do papel do equívoco, da elipse, da falta, vistos como aspectos estruturais implicados pela ordem do simbólico.

Em suma, a língua consiste na redescoberta discursivamente de duas maneiras, ou normatizada em regras pré-estabelecidas, ou um lugar indeterminado de interpretações, não domesticado por regras. Nesse último caso, em que a língua possui a finalidade de sustentação para os acontecimentos discursivos, toda seqüência lingüística é invadida por um discurso – outro que desestrutura e

reestrutura os sentidos. Nessa perspectiva, a linguagem textual e imagética é fundamental para que possamos desmitificar os acontecimentos discursivos.

### 1.3.9. Linguagem textual e imagética

#### 1.3.9.1 Linguagem textual

De acordo com a linha funcionalista introduzida na Inglaterra por J. Firth, M.A.K. Halliday (1970), por meio de seu artigo “Language structure and language function”, traz a idéia da existência de três *macrofunções*, como: a *ideacional*, a *interpessoal* e a *textual*. A primeira é o que se pode chamar de função *cognitiva* ou *referencial* da linguagem; a segunda está interligada à posição que o locutor adota diante do ouvinte, durante o processo da enunciação, dizendo respeito às distinções de “modo” ou “modalidade”, como às diferenças entre asserções, perguntas, etc.; a terceira consiste naquela que consente a estruturação de textos de forma relacionada ao contexto, pois toda língua tem elementos capazes de justificar e elucidar esse ajustamento.

Nessa direção, existem duas estruturas na língua que interferem na constituição do texto como a *temática* – na qual desempenham papel principal o *tópico* (ou *tema*) e o *comentário* – e a *informacional* (onde se distingue o *dado* do *novo*), sendo ambas de natureza discursiva.

Sobre a função textual, essa foi alvo de pesquisas e estudos aprofundados por Halliday e Hasan (1976), que definem o *texto* como uma “realização verbal entendida como uma organização de sentido, que tem valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado”. Assim, “o texto é unidade de língua em uso, unidade semântica [...] não de forma e, sim, de significado”.

Desse modo, o texto não é uma simples somatória de períodos ou orações, mas sim, concretizado por seu intermédio. A textualidade, responsável por fazer com que o texto vire realmente um texto, é dependente de determinados fatores responsáveis pela *coesão textual*, conceito semântico que está ligado às relações de

sentido que se constituem entre os enunciados que constroem o texto, fazendo com que a interpretação de um elemento qualquer seja condicionado a de outro(s).

Tudo isso possibilita o estabelecimento das relações coesivas, além de outras relações semânticas que se dá em três níveis da organização do sistema lingüístico, como o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e fonológico-ortográfico (expressões).

Os significados são codificados como formas, e estas são realizadas como expressões. Com isso, a coesão é conseguida parcialmente por meio da gramática e parcialmente por meio do léxico. Os principais fatores de coesão textual são: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção (conexão) e a coesão lexical.

Mas um texto não é composto somente de palavra. Principalmente na atualidade, para facilitar o processo de compreensão superficial da mensagem, as imagens têm se tornado cada vez mais a base e/ou apoio de muitos discursos.

#### 1.3.9.2 Linguagem imagética

A imagem como instrumento dos meios de comunicação de massa se massificou a partir do século XX, com uma estrondosa massificação da imagem e dos ícones que se impuseram culturalmente em todo o globo, principalmente em razão da revolução tecnológica.

Nesse sentido, podemos afirmar que a linguagem da imagem, a cada momento, se torna mais importante em nossa cultura, embora nem todas as pesquisas sobre a imagem reflitam isso. Ou seja, enquanto, de um lado, dispomos de um corpo extenso e razoavelmente bem fundamentado de técnicas lingüísticas para o desenvolvimento do estudo dos textos escritos, por outro lado, há uma longa e venerável tradição no estudo das ilustrações isoladamente (como na história da arte).

Assim, somente na atualidade é que começam a emergir pesquisas sobre textos de comunicação em massa, produzidos industrialmente, que conjugam elementos verbais e visuais, com base na inter-relação texto/imagem, considerando a grande importância desta última.

Mas quais as especificidades que podemos encontrar em uma imagem?

A imagem é um meio de comunicação social que é transmitida em forma de textos culturais, contendo a representação de um mundo real, incluindo a própria imagem do espectador. Assim, os textos se revelam ao leitor como sua própria imagem. Em outras palavras, os textos visuais são, antes de tudo, um jogo de diversos componentes formais e temáticos que obedecem a regras e estratégias precisas durante sua elaboração (VILCHES, 1992, p.07).

Verifica-se, então, que a criação de uma imagem tem por base um envolvimento em um contexto sócio-cultural que consiste em dar forma a alguma idéia, como necessidade dos processos criativos que são inerentes ao homem, com a finalidade de estruturar uma linguagem formal. Dessa forma, o criador de uma imagem quase sempre objetiva comunicar o que pensa ao receptor (público), e para isso ele se apropria de signos presentes em sua cultura e na cultura do receptor, para facilitar a decodificação da imagem por este último.

Assim, as imagens passam a estabelecer um diálogo, uma linguagem entre criador e o receptor, pois “na medida em que se atribui a missão de comunicar, o artista precisa se servir de alusões ao que os outros podem conhecer ou reconhecer” (HUYGHE, 1986, p.24). Para tanto, a imagem precisa de recursos para adquirir forma, como a gráfica ou plástica, já que sua função fundamental é a de estabelecer comunicação entre os homens.

Ao considerar que a imagem é uma representação que toma forma em traços e cores, podemos verificar que ela corporifica um modo de ver. “Todavia, a percepção do espectador e a apreciação de uma forma imagística vão depender da interpretação do próprio modo de ver de cada pessoa, seja do criador da imagem, seja daquele que aprecia a sua representação” (BERGER, 1987, p.54).

Dessa forma, o princípio que irá definir a interpretação de uma imagem está centrado na cultura do indivíduo, nos símbolos que ele conhece e reconhece. Por exemplo, uma imagem da propaganda da coca-cola só faz sentido para uma cultura que conhece e reconhece tal imagem.

Nessa direção, “ao visualizar uma imagem, a pessoa faz uso de informações recolhidas da própria experiência e da de outros” (FRANCASTEL, 1987, p.63). Com isso, o mecanismo de compreensão da imagem poderá ser constituído das relações fragmentárias, das pluralidades situadas na memória individual e coletiva tanto do

artista, como do espectador, para que a percepção da imagem repouse não apenas no processo de reconhecimento, mas de compreensão e interpretação ligada à cultura de cada indivíduo.

Michel Vovelle salienta o grau de importância em se analisar a imagem, à medida que expõe um “Poder impiedoso da imagem, que nos remete, sem complacência, o reflexo não tanto da realidade, mas da maneira como ela foi representada: adornada, embelezada ou escamoteada [...]” (VOVELLE, 1997, p. 134).

Aprofundando mais o conceito de representação, Roger Chartier (1991) também contribui no esclarecimento de tal conceito quando expõe que as percepções do social, que podem ser extraídas tanto da literatura quanto das imagens, não são de forma alguma discursos neutros, mas antes produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outros. Embora as representações que se têm do mundo social aspirem à universalidade e à racionalidade, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Ou seja, as imagens sempre carregam determinado grau de ideologia ligada a jogos de interesses.

Nesta perspectiva, a representação social se faz de acordo com interesses dos grupos e transforma-se em uma máquina de fabricar respeito e submissão, um instrumento que produz uma exigência interiorizada. Cabe, assim, perceber o processo pelo qual uma imagem passa a fazer sentido para os que deles se apoderam ou os recebem.

Logo, ensinar ao aluno a ler a linguagem imagética é elementar para que ele se torne um cidadão crítico e seja capaz de resistir à essa forma de submissão – a ideologia consumista que nos envolve e que tem na imagem o seu suporte principal.

Além disso, é essencial compreender que os sentidos ligados à interpretação da imagem podem ser diversamente apreendidos, manipulados e compreendidos, uma vez que, conforme argumenta Chartier (1991), as representações se fazem em luta, e nesse processo de luta, a questão central reside na manutenção da ordem social e na hierarquização da estrutura social.

Em outras palavras, as imagens servem muitas vezes para dar respaldo à manutenção da superioridade da classe dominante sobre a classe dominada. Nesse sentido, se faz importante a análise das imagens tanto para compreender a

representação que determinada sociedade possui em relação aos seus costumes e à sua cultura, como para abrir os olhos e resistir ao processo de dominação, conforme podemos apreender o que está por trás daquilo que a imagem demonstra, ou seja, descobrir qual é sua mensagem subliminar.

De modo geral, é imprescindível olhar as imagens dentro do quadro de uma pluralidade de culturas, entre a elite e o povo, que vem a caracterizar esse mundo moderno, sabendo que é grande a contribuição das imagens para o estudo das mentalidades coletivas de um povo. Porque “antes de tudo, a imagem se impõe como testemunho” (VOVELLE, 1997, p.170).

Outra definição interessante de “imagem” vem de Vilém Flusser (2002). Para ele, as imagens correspondem a superfícies que buscam representar alguma coisa, como algo que se localiza externamente no espaço e no tempo. Logo, para ele, as imagens são resultantes do empenho na abstração, ou seja, a sua origem tem sua raiz na capacidade de abstração chamada de imaginação.

Para esse autor, as imagens possuem uma característica mágica. Tal característica é elementar no processo de compreensão de suas mensagens. Em suas palavras:

Imagens são mediações entre homem e mundo. O homem "existe", isto é, o mundo não lhe é acessível imediatamente. Imagens têm o propósito de representar o mundo. Mas, ao fazê-lo, interpõem-se entre mundo e homem. Seu propósito é serem mapas ao mundo, mas passam a ser biombos. O homem, ao invés de se servir das imagens em função do mundo, passa a viver em função de imagens. Não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas. Tal inversão da função das imagens é idolatria. Para o idólatra – o homem que vive magicamente, – a realidade reflete imagens. Podemos observar, hoje, de que forma se processa a magicização da vida: as imagens técnicas, atualmente onipresentes, ilustram a inversão da função imagética e remagicizam a vida (FLUSSER, 2002, p.09).

Essa remagicização da vida significa que o homem se aliena em relação aos seus próprios instrumentos, à medida que não se lembra qual a razão pela qual as imagens foram produzidas (para orientá-lo no mundo), não conseguindo decifrá-las e absorvendo sem digerir as mensagens que essas passam, conforme sua imaginação se transforma em alucinação.

De acordo com Martine Joly (1996), Louis Marin consagrou uma reflexão sobre a imagem e seus poderes, sendo que é a partir desses poderes que o estudioso da imagem pode definir a imagem: "Interrogando suas virtudes, suas forças latentes e manifestas" mais do que seu ser. "O ser da imagem, em suma, seria sua força." E essa força pode ser lida, pode ser analisada nos textos "denominados, há séculos, de literatura". "A imagem atravessa os textos e muda-os; atravessados por ela, os textos transformam-na" (JOLY, 1996, p.131).

Destarte, a imagem nas fontes escolhidas para a análise fala tanto quanto o texto. Às vezes, podemos vê-las em harmonia com aquilo que o discurso textual diz, ou contradizendo este.

De modo geral, mediante tudo o que foi exposto nesse capítulo, abarcando discussões sobre o Discurso e História, sob o viés da teoria das formações discursivas, tornou-se interessante detalhar as questões que envolvem o "Enunciado e a Função Enunciativa", "Discurso e Poder", "Discurso e Língua como Efeitos de Sentido", "Discurso e Língua como acontecimento" e, por fim, abordando sinteticamente a "Linguagem Textual e Imagética" – tudo isso a fim de construirmos a base para nossa análise no capítulo terceiro.

Podemos concluir de tal estudo que os fatores Discurso, Linguagem, Ideologia, Cultura e História precisam ser considerados como elementares nesse trabalho à medida que estão presentes em cada fonte escolhida, e que carecem de serem identificados nestas.

## **CAPÍTULO II OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E SUA IDENTIDADE IDEOLÓGICA**

Este capítulo apresenta uma reflexão acerca dos discursos a serem analisados neste trabalho, que são provenientes de sujeitos inscritos em uma realidade capitalista, considerando que as materialidades escolhidas fazem parte de um *corpus* representativo do discurso dominante.

O ponto de debate dessa dissertação recai sobre os efeitos de sentido do próprio discurso estadunidense, realizando uma reflexão sobre os efeitos de retórica da guerra, bem como o lugar da enunciação e produção de sentidos na mídia para conquistar e manter a hegemonia americana. Isso porque, de acordo com Foucault (1987), a origem do discurso está na “dispersão possível” e não na “regularidade enunciativa”. Assim, os sentidos garantem a condição de significar os interesses do dominador.

No intuito de compreendermos as condições em que o discurso em pauta foi produzido, é necessário que façamos uma viagem pela história dos Estados Unidos, a fim de reconstituir o percurso discursivo que deu origem à guerra no Iraque e sua consequência, já que “os sentidos são historicamente determinados” (PÊCHEUX, 1969). Além disso, é fundamental os esclarecimentos acerca da formação da identidade ideológica dos EUA – identidade que moldam todas as instâncias da vida interna e externa desse país.

### **2.1 BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS EUA**

Cibele Mara Dugaich (2001) refaz o percurso da história dos EUA partir da colonização da América, confirmando a importância deste resgate para o entendimento dos mecanismos discursivos do sujeito americano:

Compreender o discurso fundador americano impõe que se considere como a memória e o imaginário ingleses funcionaram na constituição do discurso que inaugura o processo da colonização americana, uma vez que os sentidos instaurados por esse discurso de algum modo estão presentes

na construção do sujeito americano e na formação da nação ao longo de toda sua confirmação como enunciadora do discurso imperialista. (DUGAICH, 2001, p.22)

Dugaich (2001) afirma que o discurso americano foi fundado a partir de um processo de ruptura, de um desejo de reinvenção, construção do novo pensamento Inglês, na busca do poder político centrado na figura do Rei e não na do Papa. A partir de então, os interesses individuais passaram a ser valorizados, fundando uma nova ordem discursiva, extremamente importante para a compreensão do discurso fundador dos Estados Unidos.

Primeiramente, em se tratando da Inglaterra, por muito tempo o poder político esteve centrado na figura real, como em outros países da Europa. Tal contexto forma as condições de produção<sup>2</sup> constitutivas do discurso da Reforma Anglicana<sup>3</sup>, que inaugura a nova ordem discursiva na Inglaterra.

De acordo com Karnal (1990), sob o pretexto de não aceitar que o Papa lhe negara seu pedido de divórcio, Henrique VIII instituiu-se chefe da Igreja Anglicana, conseguiu se apossar dos bens que a Igreja Católica possuía na Inglaterra e desobrigou a coroa britânica de obedecer ao Papa em relação a qualquer outra determinação política fora da própria Inglaterra.

Segundo o autor, esse rompimento provou que “o uso da liberdade prevalecera à tradição”, legitimando o *ato de rebeldia* de Henrique VIII. Ao romper

---

<sup>2</sup> De acordo com Orlandi (2002), as condições de produção podem ser consideradas em sentido restrito, quando se fala do contexto imediato, e em sentido amplo, quando incluem o contexto sócio-histórico e ideológico.

<sup>3</sup> “Henrique VIII (1509-1547), rei da Inglaterra, tinha sido um fiel aliado do Papa, recebendo o título de Defensor da Fé. Entretanto, uma série de questões políticas e econômicas o levou a romper com a Igreja Católica e a fundar uma Igreja Nacional na Inglaterra, isto é, a Igreja Anglicana. Entre os principais fatores que provocaram a Reforma Anglicana, destacam-se os seguintes: Fortalecimento da monarquia: a Igreja Católica exercia grande influência política na Inglaterra, era dona de grande parte das terras e monopolizava o comércio de relíquias sagradas. Para fortalecer o poder da monarquia inglesa, Henrique VIII teria que reduzir a influência do Papa dentro da Inglaterra. Posse das terras da Igreja: a nobreza capitalista inglesa queria apossar-se das terras e dos bens da Igreja. Para isso era preciso apoiar o Rei, a fim de enfraquecer os poderes da Igreja Católica. Recusa ao pedido de divórcio do Rei Henrique VIII: em 1529, pediu ao Papa que anulasse seu matrimônio com Catarina de Aragão, mas seu pedido foi recusado. Apesar disso, Henrique VIII conseguiu que o alto clero inglês e o parlamento reconhecessem a validade de suas intenções. Em 1534, o parlamento inglês votou o Ato de Supremacia, pelo qual considerava Henrique VIII o chefe supremo da Igreja da Inglaterra. Criava-se a nova Igreja Anglicana, mas nada foi modificado em termos de doutrina e culto em relação à Católica. Os ingleses, por juramento, deviam submeter-se ao Rei da Inglaterra e não ao Papa; caso contrário, seriam excomungados e perseguidos pela justiça real”. Informações didáticas disponíveis em: <[http://www.grupoescolar.com/materia/a\\_reforma\\_anglicana.html](http://www.grupoescolar.com/materia/a_reforma_anglicana.html)>. Acesso em: 19 Out.2008.

com o poder do Papa, Henrique VIII inaugurou “uma nova visão de mundo – a da supremacia da vontade individual sobre a tradição” (p.20).

Dugaich (2001) afirma que, a partir da formação discursiva instaurada, o cidadão inglês sentiu-se livre para defender seus direitos e interesses individuais do poder real em relação à pátria. A autora considera que esta nova ordem discursiva sustentou o discurso expansionista colonizador, que constituiu o discurso fundador americano. Para sustentar sua tese, ela toma o enunciado “os fins justificam os meios”, de Maquiavel, como marco da modernidade política inglesa.

O nacionalismo inglês acentuou-se após a reforma religiosa e trouxe luz à modernidade política na Inglaterra. No entanto, ao mesmo tempo, iniciou-se um processo de perseguição religiosa, ou seja, os ingleses deveriam jurar fidelidade à religião anglicana e deviam submeter-se ao Rei da Inglaterra, caso contrário, eram excomungados e perseguidos pela justiça real. Assim, não concordando com isso e para fugir dessa perseguição, uma grande quantidade de puritanos (calvinistas) emigrou para a América do Norte.

Schilling (2004) afirma que a colonização inglesa na América do Norte só tomou impulso no século XVII com a chegada dos puritanos, que sentiam alívio porque ali não seriam mais perseguidos e poderiam seguir sua religião em paz. Por outro lado, os reis britânicos se livravam das dissidências ideológico-religiosas.

Além do interesse de viver em liberdade, muitos iam para o Novo Mundo atraídos pela imagem de riqueza e abundância na América. Isso se deu em razão das atividades de pirataria e dos corsários que se apropriavam dos navios espanhóis. A falta de um contato direto e permanente com o Novo Mundo avivava na imaginação inglesa a curiosidade e a fantasia da América (KARNAL, 1990, p.24).

Essa idéia de riquezas e abundância era materializada pelos tesouros tomados pelos piratas e corsários. Todo o processo de colonização dos Estados Unidos vai caminhar no sentido de estabelecer uma formação discursiva que dá uma idéia de auto-suficiência:

A despeito dos resultados da investida que se deu sob as ordens da rainha Elizabeth I, pensamos que o discurso que oficializou o início do processo de colonização da América instaurou os sentidos que, posteriormente, significaram-na como *terra conquistada*. Os sentidos instaurados por esse discurso permitiram que se instalasse a nova ordem discursiva que

possibilitou ao discurso fundador americano significar o sujeito americano como agente da sua própria história e, conseqüentemente, herói da terra definida como *conquistada* pelo discurso do colonizador inglês (DUGAICH 2001, p.26).

Enquanto isso, os colonizadores enfatizavam a responsabilidade pessoal das ações do homem e, ao mesmo tempo, eram implacáveis com aqueles que chamavam de caídos (bêbados e viciados, em geral). O sentido da conquista produziu como efeito, nos ingleses que se dirigiram para o Novo Mundo, o desejo de eles se entenderem senhores da terra, na medida em que eram vistos como excedentes dentro da própria pátria.

Dessa forma, o discurso fundador americano se forma com a idéia de que eles estavam em uma terra conquistada e que têm o inimigo como o que pode lhe tomar o bem maior – a nação – que é o símbolo concreto de poder para o sujeito americano. Dessa forma, o poder estaria diretamente ligado à terra.

Há ainda a crença de que eles são o povo escolhido por Deus. De acordo com Schilling (2004), eles são convictos, até o presente, que sua missão é redimir a humanidade da fraqueza e dos pecados, o que justifica o intervencionismo militar dos EUA “em escala planetária” (p.16) – idéias que serão mais detalhadas posteriormente.

No início do século XVII, sob o poder da dinastia dos Stuart, a Inglaterra retomou seu impulso colonizador e entregou a duas companhias particulares, organizadas por comerciantes, a incumbência de colonizar a América. Em 26 de junho de 1607, os primeiros colonizadores, enviados por um grupo de ricos investidores que formaram a *Companhia da Virgínia*, estabeleceram a colônia de Jamestown, na Virgínia, a primeira na América. Os investidores pagavam as despesas de viagem dos colonos em troca de trabalho, na expectativa de obter lucro rápido com o ouro que acreditavam existir em abundância na América, influenciados pela idéia da América mistificada pela imagem dos carregamentos dos navios espanhóis (KARNAL, 1990).

Karnal (1990) aponta que a busca do ouro não conduziu aos resultados esperados, porque os colonos enfrentaram inúmeras dificuldades, dentre elas fome, doenças e ataques indígenas. Mesmo assim, outros colonos continuaram deixando

a Inglaterra, principalmente devido ao êxodo rural, movidos pela esperança de haver espaço para eles na Virgínia.

Os primeiros relatos que constituem o discurso inicial americano inscreveram os colonizadores na história da formação da nação americana como *settlers* (aqueles que se fixam na terra). Na perspectiva discursiva e tomando o que diz Orlandi (1992), podemos dizer que o *silêncio constitutivo* de *settlers* significou que se tratava de uma colonização de povoamento e afastou os sentidos de enriquecimento dos seus financiadores, o que remeteria à exploração. “Os sentidos instaurados pela denominação *settlers* aproximaram os sentidos de *dedicação*, *perseverança* e *coragem*, que formaram as condições adversas que sustentam o processo de heroicização do sujeito americano” (DUGAICH, 2001, p.28).

Mesmo que a crença religiosa tenha sido um dos motivos pelo qual os colonos (que se fixaram na terra) rompessem com os Ingleses, Karnal (1990, p.28) aponta que “nenhum projeto efetivo de catequese aconteceu na América”, muito embora a cédula da concessão da Companhia de Londres falasse do propósito de catequização dos índios da América e esse fosse o desejo do rei James I. O autor esclarece que as companhias pensavam a colonização como empresas; por sua vez, a catequização era um projeto da colonização ibérica e não das empresas que se ocuparam com a colonização americana.

De acordo com o que pode ser comprovado pela declaração da Companhia de Londres em 1624, o objetivo da colonização era “a remoção da sobrecarga de pessoas necessitadas, vistas como material ou combustível para perigosas insurreições”. Essa medida, ainda segundo a declaração da Companhia, possibilitou “maior fartura para sustentar os que ficaram no país” (KARNAL, 1990, p.27). Mas a “remoção da sobrecarga” não aliviava apenas a coroa; para os puritanos, também era consoladora “[...] a certeza de que seriam deixados em paz para seguirem sua fé como bem entendessem [...]” (SCHILLING, 2004, p.14).

Diante desse quadro, compreende-se que a América representou para os colonos um espaço de vida e de sentido que ultrapassou a possibilidade do rápido enriquecimento que se havia definido na memória discursiva e na memória histórica, bem como no imaginário inglês sobre a terra de além-mar. É possível pensar a América, portanto, como um lugar de possibilidades relacionado à própria sobrevivência daqueles que nela se fixaram.

A perseguição religiosa nos séculos XVI e XVII também contribuiu para que a América se tornasse o destino dos grupos que não aceitavam servir à Igreja Anglicana, como mencionado anteriormente.

Um desses grupos era formado pelos peregrinos (*pilgrins*), que foram para a América movidos não apenas pelo objetivo de conquistar o exercício do direito de liberdade de profissão de fé, mas, principalmente, pelo objetivo de construir uma nova pátria. Segundo Schilling (2004), eles são o mito fundador da pátria.

No dia 21 de dezembro de 1620, os peregrinos estabeleceram a colônia de Plymouth, que recebeu este nome por causa de uma rocha que teria sido arrastada com cordas pelos cidadãos durante os eventos pré-revolucionários, e fundaram a parte WASP – *White Anglo-Saxon Protestant* (protestantes, anglo-saxões brancos) – dos Estados Unidos. Os relatos sobre o assentamento da colônia são pautados pelas dificuldades que os peregrinos encontraram na América, como a fome, as doenças, o inverno rigoroso, os temporais e as tempestades de neve, que reduziram significativamente o número de pessoas do grupo que veio para a América, segundo apontam os relatos (SCHILLING, 2004). Em meio a essas adversidades, os puritanos imigrantes acreditavam ter a missão de construir uma *Nova Israel*. Desse modo, buscavam na Bíblia provas dessa missão, como se formassem um grupo escolhido por Deus com a missão de formar uma sociedade de eleitos.

Assim, entende-se que o discurso que funda os Estados Unidos tem, na base, o discurso dos peregrinos que o consideram como modelo. Foi assim que surgiu o sonho americano. De acordo com as justificativas teológicas das quais os peregrinos se serviram para explicar porque se entendiam no direito de posse da terra, é possível se pensar que o discurso fundador americano provocou uma ruptura com a modernidade política da Inglaterra, segundo a qual as ações não dependiam de justificativas teológicas e morais.

No entanto, o “silêncio constitutivo do discurso”, segundo proposta teórica de Orlandi (1992), a nosso ver, atua na mesma direção que o discurso da modernidade política inglesa, na medida em que os argumentos fundamentados no discurso religioso não deixaram ouvir o discurso absolutista constitutivo da memória política inglesa. Contudo a fé passa a ser utilizada como meio para alcançar seus objetivos, o que recai novamente na frase de Maquiavel: “os fins justificam os meios”. Ou seja,

a memória discursiva americana se pautou nos efeitos de sentido do discurso do colonizador.

A ocupação das terras indígenas também fundamentava-se em argumentos teológicos. Segundo Karnal (1990), por entenderem-se escolhidos por Deus, os peregrinos puritanos alegavam que, assim como Josué recebera forças para expulsar os habitantes da terra prometida, eles também tinham o dever de expulsar aqueles que habitavam a sua Canaã. Ele acrescenta que o comércio que se estabeleceu entre as colônias a partir de 1760, denominado de *inter-American trade*, instilou nos colonos o sentimento de que todos pertenciam à mesma nação americana.

No entanto, temos de salientar que o discurso americano da fundação da nação criou e mantém o mito do colonizador movido pela fé religiosa, o que caracteriza os fundadores da nação como pessoas dignas e respeitáveis e, principalmente, seguidoras de princípios religiosos rígidos.

Segundo Karnal (1990), a preocupação de permitir que todos fossem capazes de ler a Bíblia levou os peregrinos a estabelecerem, em 1647, uma lei que obrigava a existência de um professor para ensinar as crianças de todo povoado com mais de cinquenta famílias. Movidos pelos ideais religiosos, eles se dedicaram também à formação de instituições de ensino superior que, no século XVIII, foram influenciadas pelo pensamento iluminista.

Quando se refere ao processo de Independência dos EUA, Karnal (1990) acentua que esta não se confirmou graças à ação das treze colônias, movidas por um sentimento de nacionalismo, mas por um sentimento *antibritânico*. Uma grande sucessão de guerras européias levou a Inglaterra a acordos que, na maioria das vezes, além de serem firmados sem uma consulta prévia à colônia, prejudicavam diretamente os interesses daqueles que viviam na América. Isso provava que a Inglaterra não tinha qualquer preocupação com o bem-estar dos habitantes das colônias da América. O único benefício que as guerras deram à colônia americana foi o *sentimento de unidade* que os colonos experimentaram contra o inimigo. Após a *Guerra dos Sete Anos* (1756/1763), a Inglaterra se tornou uma potência mundial e passou a desenvolver uma política crescente de domínio político e econômico nas colônias (DEGLER, 1970 apud DUGAICH, 2001).

A partir da segunda metade do século XVIII, as leis que a Inglaterra impunha à colônia, sem sequer consultar os colonos e restringindo o poder econômico e político da América, agravaram ainda mais essa situação. Tais leis podem ser entendidas como a causa imediata e progressiva da união dos colonos em torno da idéia de independência (BLAKE, 1972 apud DUGAICH, 2001). Muitas foram as tentativas de reunir as treze colônias para combater a ação da Inglaterra, mas a falta de uma unidade maior parecia adiar uma reação mais efetiva contra o domínio inglês. Em 02 de julho de 1776, os representantes das 13 colônias decidiram-se pela separação oficial e encarregaram uma comissão de redigir a Declaração de Independência, que foi apresentada e votada em 04 de julho por Thomas Jefferson.

Como podemos ver, o discurso da Declaração de Independência, constituído pelo discurso iluminista de Locke, parece negar o princípio norteador do discurso da modernidade política da Inglaterra, segundo a qual a teologia e a moral não deveriam servir como justificativas à ação política, na medida em que o discurso da Declaração de Independência fundamenta-se nos direitos inalienáveis que afirmam que o Criador confere ao Homem “a vida, a liberdade e a felicidade” (DUGAICH, 2001, p.28)

Na Declaração de Independência (1776), o documento que os americanos definem como sendo o “documento que marca o nascimento da nação”, observamos o retorno do discurso que funda os Estados Unidos e que constrói a memória local do sujeito americano, estabelecendo a direção argumentativa desse discurso. Desse modo, o sujeito americano se posiciona na defesa do direito “à vida, à liberdade e à busca da felicidade”, ainda que seja além dos limites da fronteira dos Estados Unidos (DUGAICH, 2001, p.28).

No entanto, segundo essa autora, repensando o fato de que a questão teológica serve como argumento à ação que visa conquistar a independência, poderemos compreender que o argumento teológico que funda a nação americana reafirma o princípio do discurso americano, qual seja o da prevalência da “soberania da vontade individual sobre a tradição”. Afinal, foram os interesses individuais dos colonos que levaram à independência que, por sua vez, pode ser entendida como um ato de rebeldia semelhante ao de Henrique VIII quando este rompeu com a Igreja de Roma. Se mantida a tradição, a metrópole continuaria a deter o poder,

como enunciadora do discurso dominante, cabendo à colônia o lugar de dominado e, estando, portanto, sujeita ao discurso da metrópole.

Assim sendo, é possível observar que a Declaração de Independência inaugura uma nova ordem discursiva que se sustenta sob o discurso da igualdade. O desejo de igualdade gera uma sociedade cada vez mais homogênea, na qual mentalidades não se modelam mais pelos costumes e tradições: surge uma pulsão desmedida a pagar todas as distinções entre o homem, seja a do talento, riqueza ou capacidades individuais (DUGAICH, 2001).

Por fim, para Dugaich (2001), o nascimento da nação pelas mãos dos colonos formou o quadro das condições de produção que se materializam no enunciado *American Dream* – que, aliás, pode ser entendido como um *slogan* do discurso do marketing político que trabalha a imagem dos Estados Unidos. Os sentidos instaurados por esse enunciado ressignificam a história da conquista da América, da construção da nova pátria, bem como o espírito que moveu os colonos a concretizarem essa conquista. Consideramos ainda que esse enunciado materializa não apenas o percurso da formação do sujeito americano no momento da conquista da terra e ao longo de todo processo de formação dos Estados Unidos como nação, como também define o sujeito americano como agente da sua própria história.

### **2.1.1 A ideologia Estadunidense no Processo de Formação da Nação**

Durante o processo de formação e desenvolvimento da nação estadunidense, é saliente a tradição ideológica que tem por base o *ethos* calvinista (protestantismo). A idéia foi a de que, ao conseguirem imigrar e formar a Nova Inglaterra na América, tal capacidade foi uma espécie de dádiva divina, por terem sido “escolhidos por Deus” para criar um novo mundo. Mas também em sua ideologia calvinista<sup>4</sup> havia

---

<sup>4</sup> “O calvinismo foi uma doutrina criada por João Calvino, um dos principais reformadores protestantes. Na escola de Calvino, em Genebra, receberam instruções os fundadores da Igreja Presbiteriana. Calvino tentou transformar Genebra num Estado de fé calvinista. Queria criar uma teocracia – forma de governo em que a autoridade, emanada dos deuses ou de Deus, é exercida por seus representantes na Terra. Assim, estabeleceu leis que foram dirigidas por suas doutrinas religiosas, abriu escolas, estimulou o comércio exterior, proibiu jogos de azar, alcoolismo, danças e outros. As doutrinas do calvinismo são, entre muitas: a predestinação divina, no qual Deus escolhe quem será salvo eternamente, salvação mediante a fé, subordinação do Estado à Igreja e outras”. Disponível em: < <http://www.unificado.com.br/calendario/05/calvino.htm> >. Acesso em 23 Out. 2008.

contradições, pois ao mesmo tempo em que todas as pessoas eram imediatas a Deus, paralelamente algumas tinham mais acessos do que outras.

Em seu processo de formação, quando os europeus para cá vinham, era grande o preconceito em relação à América. Para eles, o empreendimento nesse continente era imprevisível, pois possuíam uma concepção etnocêntrica. Os próprios Pais Fundadores estavam suscetíveis à imprevisibilidade presente nessa nova terra, logo, imprevisíveis também eram seus empreendimentos (SCHLESINGER, 1992).

Na França, Raynal (apud SCHLESINGER, 1992), concebia que “a caça às riquezas americanas brutalizava o intruso europeu. O clima e o solo da América deterioravam as espécies européias” (p.95). Os europeus se diziam inocentes.

Essa inocência é criticada por Schlesinger (1992), à medida que aponta várias atrocidades que esses cometeram na América em nome da civilização e da consolidação de sua nação, como: morte de índios, guerra civil, guerra contra o México, etc – atitudes que se justificaram em nome dos que nasceram para governar, em detrimento dos que “precisam” ser governados.

Nessa Nova Inglaterra, os europeus que ali chegavam e enfrentavam as dificuldades também acreditavam que possuíam uma missão que Deus havia lhes imposto, para formar nesse território uma espécie de “paraíso”, um “novo céu” e uma “nova terra”. Eram os escolhidos por Deus para não serem corrompidos no Velho Mundo. Essa idéia mística de que Deus tinha reservado, a esses europeus, um local à parte para que uma nova nação “escolhida por Deus” se formasse, influenciou fortemente e legitimou o nacionalismo norte-americano. Assim, a religiosidade, principalmente a que partiu do calvinismo, deu sustentação ao nascimento do nacionalismo norte-americano. Essa nação seria a “eleita por Deus”, à qual estava reservado um futuro glorioso (SCHLESINGER, 1992).

Essa ideologia também serviu para justificar as atrocidades cometidas pelos integrantes dessa nação no processo de sua consolidação nacional e territorial. Sob esses objetivos ficaram os mais fracos, como índios, negros e mexicanos.

Schlesinger (1992) também aponta as ambigüidades presentes nessa ideologia, pois o povo estadunidense não deixa de ser um povo sem uma história centrada nesse território, como na Europa, pois eram imigrantes na América. Na

tentativa de “tapar esse buraco”, eles passam a substituir a *experiência histórica* pela sua *missão* nesse novo território. Uma missão que lhes estava reservada.

Todavia, havia intelectuais nessa nação que não acreditavam no destino messiânico do EUA, salientando que a possibilidade de sucesso estaria, na realidade, nas mãos dos imigrantes, dos Pais Fundadores, em suas atitudes, em seus trabalhos.

De modo geral, é perceptível que a política dos EUA é permeada por contradições (fluxo e refluxo) ligadas a sua história, que demonstram as tensões entre as concepções divergentes do conceito de nação (América como significado do compromisso com uma experiência nacional X consagração de um destino nacional – experiência *versus* destino).

O conservadorismo e reforma, capitalismo e democracia, interesse privado e dedicação pública, somados, formam a tradição política norte-americana. As divergências entre as duas correntes de pensamento (conservador e liberal) estão comprometidas com algo maior: as liberdades individuais, o Estado constitucional, a lei. Ambas têm a função de conservar o organismo político, ambas dão o tom à democracia.

Junqueira (2001), ao estudar a história dos EUA, aborda aspectos mais gerais sobre a formação da sociedade norte-americana, mas não deixa de nos passar a noção das contradições existentes dentro dessa sociedade, que possui uma ideologia que se auto-afirma ser escolhida por Deus para levar a civilização e seu modelo de sociedade para o mundo.

Nesse sentido, a autora discute a ideologia que esteve presente na cultura dos EUA desde o início da colonização da “Nova Inglaterra”. Ganhou força, com os Pais Fundadores, o mito ligado diretamente a um futuro glorioso, que estaria reservado a essa nação. Com isso, a sociedade norte-americana possuía um destino inquestionável rumo ao sucesso político e econômico.

Essa cultura estadunidense começou a ser moldada a partir da colonização da Nova Inglaterra na América do Norte, através de seitas protestantes, que não aceitavam qualquer religião diferente, cometendo assassinatos em massa dos povos indígenas, escravizando africanos, segregando comunidades étnicas (chineses, judeus, etc). Esses últimos são o resultado de sucessivas vagas de migração ao

longo do século XIX, que era a base da mão de obra barata e servia para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo Junqueira (2001), desde sua fundação, os estadunidenses acreditavam ser responsáveis por levar ao mundo sua cultura, seu modelo de sociedade, com finalidade de fazer um “bem” às culturas “não civilizadas”. Nessa direção, eles deixaram de respeitar culturas diferentes das suas, desrespeitando, inclusive, nos dias atuais, como no caso do Iraque. Assim, ao longo de sua história utilizaram-se, para tanto, da exclusão e da segregação, adotando medidas de repressão e violência.

Contudo, de acordo com essa autora, a formação do país não ocorreu de forma pacífica. Em outras palavras, havia grandes diferenças existentes entre as treze colônias que formavam os Estados Unidos e, logo, uma grande dificuldade na união dessas num projeto comum, sendo este um caminho espinhoso, principalmente depois daquelas se transformarem em Estados. Os interesses eram distintos entre elas, principalmente entre as colônias do norte e do sul. Era então um país recém-independente, que passou entre 1776 a 1789 pelo período da Confederação, sem um governo forte.

Quando ficou pronta uma Constituição para o país, abriu-se outro debate: federalistas (os que queriam um governo forte: as elites do sul e do norte) X antifederalistas (os que queriam mais poder local: os pequenos agricultores). Logo, é visível na história desse país uma política carregada de ideologias “positivas”, mas que, na verdade, era cheia de contradições internas.

Outro fator marcante na constituição ideológica dessa sociedade foi a “Conquista do Oeste”, de 1778 a 1848. Nesse acontecimento histórico é possível verificar a presença, cada vez mais forte, de uma ideologia fundamentada no ideal de um povo eleito e destinado ao progresso e ao desenvolvimento. Tal ideologia serviu para a efetivação de sua expansão interna de forma extremamente agressiva, passando por cima dos primeiros habitantes dessa terra – “os índios” – em direção ao oeste, entrando em conflito com a França, então detentora de territórios na região. Tal “corrida para o oeste” era justificada pela idéia desse povo estar predestinado ao sucesso, logo, tudo deveria ser feito para que o destino se cumprisse. Nesse período, tal pensamento legitimou o genocídio de tribos indígenas, além da depredação de grande parte de suas riquezas naturais (JUNQUEIRA, 2001).

Após realizar suas expansões internas, os Estados Unidos passaram a almejar territórios mexicanos ao norte, justificando-se através do Destino<sup>5</sup> Manifesto (concepção nacionalista que se apoiava na idéia do Direito Natural, conhecido pelo americano a partir da divina providência, que lhe justificava a posse de toda a parte continental da América do Norte).

Outro acontecimento marcante na formação da sociedade estadunidense consistiu na sua Guerra Civil. Essa guerra demonstrou que as tentativas pacíficas de união de interesses entre as treze colônias nem sempre obtiveram resultados. O norte, com seus interesses industriais e comerciais, e o sul, com seus interesses agrícolas e escravistas, não conseguiam entrar em um consenso, explodindo em um conflito que durou de 1861 até 1865, com um saldo de 625 mil mortos e um norte vencedor. O mais interessante foi o fato de que o potencial bélico utilizado nessa guerra civil configurou-a como uma das primeiras “guerras modernas”, abrindo caminho para o emprego do desenvolvimento tecnológico no setor bélico, vindo a moldar guerras posteriores (EISENBERG, 1982).

Com o fim da Guerra Civil, mais uma vez a sociedade norte-americana passa a buscar sua identidade nacional. Nessa busca, a discussão sobre o negro liberto entra em pauta – um assunto que despertou longas discussões em torno dos direitos políticos dos negros. O grupo radical do Partido Republicano defendia os direitos políticos dos negros do Sul, batendo de frente com os Conservadores e Moderados que eram contra.

Com a 15ª. Emenda, a constituição, em 1870, deu a todos os cidadãos norte-americanos o direito do voto, mas foi ignorada pelos sulistas que não viam os negros como cidadãos. Com isso, percebemos, mais uma vez, a resistência ao diferente, àquele que não tem a pele branca, sendo, por isso, considerado inferior. Esse fato tomou forma nos “Cavaleiros da Camélia Branca”, a “Associação 76” e a *Ku Klux Klan*, todas incitadas a combater os direitos dos negros, assemelhados a brutais animais sem capacidade racional (JACOBS, 1988).

---

<sup>5</sup> “A expressão Destino Manifesto foi primeiramente utilizada por John L. O’Sullivan, num artigo escrito em 1839, mas só publicado em 1845. Neste, era defendido que os EUA estavam destinados a realização dos melhores feitos e a manifestar para a humanidade a excelência dos princípios divinos. Eles seriam a nação do progresso, da liberdade individual e da emancipação universal, e não haveria dúvidas que no futuro seria a maior de todas” (OLÍMPIO, 2003). Informações disponíveis em: <<http://www.meuartigo.br/brasilcola.com/historia-geral/estados-unidosdestino-manifesto.htm> >. Acesso em 31 Out. 2008.

Conquistados territórios interna e externamente e unido através da Guerra Civil, tornava-se necessário, então, concretizar a idéia de um país nascido para o progresso. Para tanto, foram imprescindíveis a extensão, pelo país, da ferrovia e a industrialização, ou seja, iniciava-se um processo de construção moderna no país.

Em relação à ferrovia, esta foi construída à custa do sangue e suor de ex-soldados, imigrantes, chineses e norte-americanos pobres, que sofreram com as mutilações e com os baixos salários, o que muitas vezes gerou rebeliões. Também o desenvolvimento industrial foi fator indispensável para a nação, destinada ao desenvolvimento tecnológico e ao progresso, favorecendo, em grande medida, à elite capitalista, principalmente com a formação dos grandes monopólios que esmagavam os pequenos industriais (KARNAL, 2001).

Uma vez consolidada sua modernização, era necessária a busca de mercados e de áreas estratégicas pelo mundo. Para isso, os EUA se lançaram na corrida imperialista nos últimos anos do século XIX.

Para com a América Latina, prevaleceu a Doutrina Monroe<sup>6</sup>, que não admitia interferência de outros países na América. Exemplos claros da interferência norte-americana na América são visíveis na Guerra Hispano-Americana, na intervenção na América Central e no Caribe, no Canal do Panamá e na política do *Big Stick*<sup>7</sup>.

No final do século XIX, os traços que marcaram a sociedade norte-americana foram a industrialização, o desenvolvimento tecnológico e o progresso. Nessa fase, se tornou mais forte a idéia de que a nação estava incumbida da tarefa de levar a outros países e a outras culturas o ideal de sua sociedade. Para realizar tal empreitada, passaria por cima de outras culturas, segregando e excluindo pessoas diferentes fisicamente e culturalmente (MOURA, 1990).

---

<sup>6</sup> “[...] baseada no lema “América para os americanos”, formulada em 1823 pelo então Presidente dos Estados Unidos, James Monroe. Daí que foi consagrada posteriormente com o nome de Doutrina Monroe. Em primeiro lugar, seria inadmissível a intervenção de qualquer país europeu nos negócios internos ou externos dos países americanos. Em segundo lugar, como consequência da diretriz anterior, o continente americano não poderia ser novamente objeto de uma política de re-colonização por parte das potências européias. A julgar pelos princípios declarados, a doutrina assumia assim um caráter eminentemente defensivo frente à Europa, com os Estados Unidos se apresentando como legítimos defensores do direito à autodeterminação das recém-emancipadas nações hispano-americanas, ameaçadas pelas tentativas de re-colonização européia” (CARVALHO, 2002). Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/diario/2002/0927/eugenio\\_0927.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2002/0927/eugenio_0927.asp)>. Acesso em: 16 Out. 2008.

<sup>7</sup> *Big stick*: expressão em inglês para designar a “política estadunidense do **grande porrete**”, com a qual os estadunidenses “contemplam” seus “aliados” considerados “incapazes” de tomar as decisões “certas”. (CAMBESES JR). Informações disponíveis em: <[http://www.pampalivre.info/a\\_politica\\_do\\_big\\_stick.htm](http://www.pampalivre.info/a_politica_do_big_stick.htm)>. Acesso em 16 Out. 2008.

Essa mesma idéia estava ligada ao papel de levar a “civilização” aos bárbaros (indígenas). Quando os “selvagens” resistiam, eram dizimados em grande número. No controle desse “mundo selvagem” incluía-se o controle da natureza, também destruída, sendo prova disso a posterior construção de parques nacionais para a preservação da natureza outrora devastada.

Além disso, foi forte a segregação do negro, se estendendo ao âmbito geográfico e cultural. Os lugares em que brancos circulavam não poderiam servir de passagem para negros, principalmente na região Sul (JACOBS, 1988).

Semelhantemente, houve a segregação dos imigrantes. Num primeiro momento, a sociedade norte-americana deu respaldo à imigração em razão da adoção de uma mão-de-obra mais barata, servindo de base para o desenvolvimento do país; ao mesmo tempo, contudo, eram vistos como seres inferiores e estranhos à cultura norte-americana, sendo segregados geograficamente, à medida que se instalavam cada vez mais nos subúrbios, e culturalmente, por não serem nativos dos EUA e praticarem religiões diferentes da protestante.

Nas grandes cidades, começava a instalar-se a modernidade: cada vez mais tomava forma uma arquitetura moderna através de reformas e construções monumentais e milionárias, com a adoção de novas tecnologias, permeadas, porém, em sua periferia por uma população miserável.

Sob um aspecto geral, estudando um pouco a ideologia presente desde a construção da nação estadunidense, é notável que essa ideologia até hoje é utilizada para justificar o envolvimento dos Estados Unidos em conflitos no mundo; muitas vezes, em conflitos que não lhes dizem respeito. Levar a liberdade e a democracia tornou-se uma máscara, capaz, freqüentemente, de esconder os verdadeiros interesses norte-americanos.

Além disso, desde os Pais Fundadores, a liberdade, a democracia e a igualdade são professadas. Observando o referencial bibliográfico analisado, é perceptível que esses aspectos estão ligados às elites brancas e não aos índios, imigrantes e negros. Dessa forma, há sentido nesses ideais para essa sociedade no século XIX, pois esses excluídos foram fundamentais na construção e consolidação dessa nação, notadamente os negros e os imigrantes.

Ressalte-se, também, que a forma particular que o protestantismo criou na Nova Inglaterra continua a sustentar essa ideologia até os dias atuais, calcados no modelo dos EUA de democracia liberal, de economia de livre mercado e livre

comércio, sustentando importantes interesses geopolíticos e econômicos, impostos na base da exploração econômica, influência ideológica e subordinação política que os EUA promovem em relação ao resto do mundo. Tudo isso fundamentado na idéia de “levar a democracia e a liberdade ao mundo”. Assim sendo, com base em seu modelo de sociedade, os Estados Unidos passaram a interferir no mundo, angariando vantagens políticas e, principalmente, econômicas até os dias hodiernos.

Segundo Schlesinger (1992), a moral do Estado é diferente da dos indivíduos. A política do Estado deve estar centrada na cautela e não em simples decisões morais. O uso dos valores morais na política externa pode trazer problemas à medida que tende a exportar um conjunto de preceitos. Os moralizadores preferem políticas simbólicas, havendo a possibilidade de conversão de interesses em conflitos, entre o bem e o mal, o que prejudica a diplomacia. Para o autor, é primordial que no âmbito internacional, a fim de equilibrar o relacionamento entre os países, a base mais segura deve centrar-se na tentativa de determinar o interesse nacional, e não pela moral de querer determinar o certo e o errado.

Nessa direção, o interesse nacional precisa ser equilibrado. É através da idéia de interesse nacional que os princípios morais penetram eficazmente na formulação da política externa. Com isso, a função moral é a de suprir perspectivas que se direcionem a concepções de interesse nacional. Assim, a moral reside no conteúdo que um país dá à sua concepção de interesse nacional. Esse conteúdo abrange tradições nacionais, liderança política e opinião pública. Em suma, a moral em política externa consiste primeiramente em não pregar os próprios valores a outros povos, o que é contraditório com sua ideologia, não sendo aplicado na prática.

No que tange aos direitos humanos, Schlesinger (1992) aponta que sua defesa muitas vezes é utilizada para justificar várias intervenções em países subdesenvolvidos. Isso porque os EUA, que se vêem como detentor do modelo dos direitos humanos, utilizou-se e utiliza muitas vezes desse princípio para interferir em outros países, acreditando-se apto para julgar as diferentes culturas em diferentes países que não estiverem de acordo com seu modelo.

Contudo, dentro do próprio país há opiniões pró e contras a tal atitude. Há aqueles que observam as falhas a serem corrigidas dentro do país, e outros que acreditam que os crimes contra a humanidade são de responsabilidade de todos. Essa última idéia sofreu o impacto com a interferência dos EUA no Vietnã, com o

escândalo de Watergate, dentre outros, fazendo com que o país perdesse, em determinado momento, a credibilidade (97-106).

De modo geral, temos que atentar para o fato de que a política externa dos EUA ao longo de sua história varia de acordo com as necessidades internas, ou seja, há períodos de isolacionismo e unipartidarismo, bem como outros de partidarismo e intervencionismo em várias partes do mundo.

## **2.2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA**

Segundo Arthur M. Schlesinger (1992), a formação da política dos EUA, no que diz respeito à República, teria sido inspirada nos moldes da República Romana, sob um olhar de grandiosidade e perspectivas gloriosas.

No que tange aos aspectos políticos dessa nação, Schlesinger (1992) enfatiza que essa é marcada por ciclos políticos tanto em questões da política interna, quanto da externa.

A política interna se caracteriza por períodos de oscilações entre conservadorismo e inovação, entre avanço e retrocesso, entre democracia e contenção, entre conservadorismo e liberalismo. Nesse contexto, há várias teorias que foram elaboradas para explicar essas oscilações no contexto político norte-americano.

Há teóricos que vêem nessas oscilações (ciclos) a causa principal no conflito entre as tradições republicana e liberal, e o *cabo de guerra* entre os setores e interesses públicos e privados, entre o experimento e o destino.

Outra causa está centrada no fato de que as pessoas não se sentem realizadas por muito tempo, tanto na esfera pública, como na privada, pois, conforme vão se esgotando as fases políticas, emergem desejos de mudanças. Em cada fase da política, tanto no público como no privado, são gestadas suas próprias contradições.

De acordo com cada geração, também há mudanças, pois cada uma, quando chega ao poder, tende a repudiar a obra da geração que ela substituiu, e restabelecer os ideais de seus próprios anos de formação, trinta anos antes.

No que diz respeito à política externa, essa também é marcada pelo ritmo cíclico, com períodos de extroversão e introversão. A extroversão consiste em períodos em que há a facilidade no uso de pressões diretas, diplomáticas, militares ou econômicas. A Introversão consiste em períodos de concentração nas preocupações da comunidade nacional.

Nessa direção, nem sempre os ciclos externo e interno coincidem, mas há uma relação entre o ciclo interno e a política exterior, porque, segundo Schlesinger (1992), cada fase do ciclo interno define o interesse nacional no âmbito de seus próprios valores, usando a política externa para a projeção desses valores no âmbito exterior.

Assim, eras de dedicação pública interna tendem a incorporar à política externa idéias de democracia, direitos humanos, etc, além da preferência por regimes democráticos. Mas quando prevalece o interesse privado, a política externa tende a se voltar em investimento privado, proteção de multinacionais, etc.

A direção da política externa reflete a essência das alternâncias no ciclo interno, enquanto que a intensidade com que essa essência é imposta ao mundo depende de fases no ciclo externo. Ou seja, o ciclo externo é dependente do interno e muitas vezes o externo vem a justificar o interno.

Em mais detalhes, na política externa dos EUA, as concepções de política externa têm seu centro na discussão sobre experimento e destino. Como experimento, os EUA estão sujeitos a todos os problemas e soluções, a exemplo das outras nações. Como destino, os EUA seriam a nação escolhida para redimir o mundo, levando seus ideais. O destino, como já foi dito, deriva da teleologia, teologia, do ideológico. Ambos são contraditórios e ambos estão imbricados na nação estadunidense (WEINBERG, 1968).

Para Schlesinger (1992), a condução da política externa estadunidense na maioria das vezes ocorre no âmbito ideológico, o que é muito perigoso, principalmente ao pensarmos sobre acontecimentos como a Guerra Fria. Para o autor, tanto os EUA quanto a URSS conduziram-se politicamente nessa direção. Ambos os adversários se viam sob o aspecto ideológico, e não do ponto de vista empírico, o que poderia ter levado a erros fatais.

Essa ideologia estadunidense foi usada para interferir em várias partes do mundo, como na América Central, quando acreditavam combater o marxismo. Essa mesma ideologia justificou, nas últimas décadas do século XX, a corrida armamentista durante a Guerra Fria, notadamente o Programa Guerra nas Estrelas<sup>8</sup>, que colocou em pauta a guerra e os testes nucleares. O inimigo era visto muito maior do que realmente era. Para Schlesinger (1992), as atitudes políticas externas deveriam ser libertas da ideologia, pois esta se chocava com o real.

## 2.2.1 Algumas Características da Política Externa Estadunidense

### 2.2.1.1 Experimento norte-americano, isolacionismo, unilateralismo e intervencionismo

De acordo com Cristina Soreanu Pecequilo (2003), o campo político estadunidense é marcado, historicamente, por duas perspectivas: a do *experimento norte-americano* e a do *isolacionismo e unilateralismo*.

Quanto ao *experimento norte-americano*, está ligado à independência estadunidense e à concretização do regime republicano, que somados definiram a identidade dos Estados Unidos e o modo como este se apresenta no contexto mundial, convencidos de que a consolidação de tal república poderia servir de um bom exemplo ao mundo.

No que diz respeito ao *isolacionismo e unilateralismo*, ambos correspondem à forma de comportamento estadunidense utilizado para tratar as relações exteriores, objetivando garantir os anseios do *experimento norte-americano* e aprofundá-lo, com a garantia de que não fossem contaminados por ideologia e poderes externos, garantindo sua independência.

---

<sup>8</sup> “O Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, anunciou em 83 um projeto denominado "Iniciativa de Defesa Estratégica". A idéia era criar um fantástico escudo espacial contra mísseis lançados de qualquer ponto do planeta ou mesmo por extraterrestres. Reagan alegava que o projeto, conhecido como "Guerra nas Estrelas", tornaria inúteis os mísseis nucleares, pondo um fim definitivo à corrida armamentista" (GODOY) Disponível em : <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/guerra3/corridaarmamentista3.htm> >. Acesso em 18 Out. 2008.

Para essa pesquisadora, o *experimento norte-americano* e seus respectivos comportamentos de *isolacionismo* e *unilateralismo* abarcam do período embrionário dessa nação (a sua consolidação e crescimento interno) até o ponto em que foi necessário entrar no sistema internacional, principalmente motivado por uma diplomacia mais voltada ao comércio para expandir a comercialização de seus produtos internos.

Assim, para Pecequillo (2003), os séculos XVIII e XIX, mais especificamente o período compreendido entre 1776 e 1898, foram marcados pela consolidação e a busca pelo crescimento interno, estando em destaque eventos históricos fundamentais na vida desse país.

De 1776 a 1796, a ênfase foi dada à construção da nação com a Revolução Americana, a Declaração de Independência e a Constituição de 1789. Nesse período, a política externa da república era concebida de acordo com os interesses mais urgentes da nação, mas sob um aspecto geral, estava mais direcionada a questões de defesa externa para garantir a unidade nacional (o inimigo era a Grã-Bretanha).

De 1800 a 1898, a fase de independência e consolidação da nação (união das confederações) já havia sido superada, entrando em pauta questões ligadas à necessidade de desenvolvimento interno – momentos em que as relações externas foram marcadas principalmente pela guerra por sua independência definitiva contra a Grã-Bretanha (1812-1814) e a promulgação da Doutrina Monroe (1823). Internamente, a criação do Destino Manifesto e o início da Guerra de Secessão (1861-1865) marcavam a intenção de expansão das fronteiras internas; de 1865 a 1898, houve o que se pode chamar de “fechamento das suas fronteiras internas”, levando o país à modernização de sua economia, gerando elevados níveis de crescimento econômico e alta produção, similar aos das maiores potências européias. Logo, em finais do século XIX e início do XX, começa a emergir uma reversão do *isolacionismo* e *unilateralismo* movidos pela necessidade de busca por novos mercados para a expansão de seus produtos externos (PECEQUILLO, 2003).

Para Kissinger (1994), até a guinada do século XX, a política externa dos Estados Unidos foi essencialmente muito simples, à medida que tinha como foco principal colocar em prática o Destino Manifesto do país e continuar liberto de engajamento externo. Mas não de forma radical, pois a própria tradição estadunidense é dual, conforme adota elementos, em determinados momentos, politicamente

isolacionistas e antimilitaristas, e em outros, intervencionistas e militaristas (WESSON, 1978). Prova disso foram as várias intervenções realizadas ao longo de sua história, principalmente nas Américas. Logo, essa dualidade esteve ligada à sua expansão regional.

No século XX, em razão de seu desenvolvimento industrial, agrícola e comercial, os EUA se tornaram uma nova potência mundial. Conseqüentemente, deram peso à ampliação de sua política externa na busca por consubstanciar seu Império, tendendo a uma política externa intervencionista.

Assim, os fatos históricos mais destacáveis de 1895 a 1945 foi sua entrada na Guerra Hispano-Americana (1898), a adoção de Política de Portas Abertas, o estreitamento dos laços com as Américas numa busca por alianças regionais (a exemplo da difusão da idéia de Pan-Americanismo), a política do Presidente Roosevelt, a participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Wilsonianismo (1918-1921), a Grande Depressão (1929) que abalou o mundo, e o surgimento de uma época de incerteza e recuo, culminando na Segunda Grande Guerra (1939-1945) (PECEQUILO, 2001).

De acordo com Hobsbawm (2003), ao término da Segunda Guerra, emergiram duas superpotências que já possuíam regimes sociopolíticos antagônicos: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA). Paralelamente, surgiram os interesses de ambas no reordenamento do mundo.

Logo, gradativamente foi se gestando uma luta pela hegemonia política, econômica e militar mundial, numa busca por áreas de influência geopolítica internacional que veio a configurar o cenário do pós-Segunda Guerra em outro conflito, peculiar até então, centrado em uma guerra não declarada entre os Estados Unidos e a União Soviética: a Guerra Fria (MUNHOZ, 2004).

Ainda de acordo com essa autora, esse conflito torna-se importante para entendermos o crescimento da atuação dos EUA no mundo. Isso porque os EUA investiam, de forma crescente, em diversas maneiras de conquistar áreas de seu interesse, na busca por combater o comunismo (ideologia contrária ao capitalismo). Com isso, a relação entre a União Soviética e os Estados Unidos se tornava cada vez mais conflituosa, principalmente com a implantação da Doutrina Truman (1947), que concebia a política soviética como expansionista, “devendo” ser contida.

Essa Doutrina apresentou os conflitos em constante evolução entre os Estados Unidos e a União Soviética, como uma luta entre duas formas de vida opostas, e “ameaçara estender as áreas de disputa a um domínio metafísico no qual não era possível nenhuma solução, falta de uma inalcançável vitória de um dos dois contendores” (HOROWITZ, 1969, p.10).

De acordo com David Horowitz (1969), a Doutrina Truman, ao invés de servir como limitadora do conflito, restringindo-o aos temas mais concretos dos tratados de paz com a Alemanha e a Áustria e da retirada dos exércitos aliados da linha de armistício, acabou por elevar seus termos a um ponto tal que não sobrava espaço para negociar ou conceder.

Outros esforços para conter o comunismo nos campos econômico e militar (1945-1950) tomaram forma no lançamento do Plano Marshall e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Além disso, várias instituições mundiais de cunho capitalista com base no modelo estadunidense foram criadas nesse período, como: o Banco Mundial (1944); o Fundo Monetário Internacional – FMI (1945); a Organização das Nações Unidas – ONU (1945); a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1945); a Organização de Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (1945); a *United Nations Children's Fund* – UNICEF (1946); o *General Agreement on Tariffs and Trade* – GATT (1947); a Organização Mundial da Saúde – OMS (1948); a Organização Européia de Cooperação Econômica – OEEC (1948); a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (1948); a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (ou *World Conservation Union*) – IUCN (1948); o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (1950); dentre outras organizações não governamentais (ONG's) (FRANCHETTI, 2008). A URSS, de igual forma, criava vários instrumentos de combate aos EUA.

Com o fim da Guerra Fria, tendo como marco a queda do Muro de Berlim (1989), uma Nova Ordem Mundial começava a tomar forma.

### **2.2.1.2 Breve Histórico da Política Intervencionista dos EUA no Pós-Guerra Fria**

Noam Chomsky (1996) faz uma abordagem panorâmica do século XX, enfocando a emergência de uma Nova Ordem mundial com o fim da Guerra Fria.

Em mais detalhes, a partir de 1917, com a Revolução Russa, o perigo constante para os EUA era o comunismo, que cresceu substancialmente com a Guerra Fria. Contudo, na realidade isso também servia como justificativa para encobrir os interesses políticos e econômicos dos países invasores, interessados, de fato, nas reservas de petróleo. Vale salientar que a URSS também se utilizou desse pretexto tanto para justificar suas intervenções em outros países, quanto para o controle interno da população. Havia uma Bipolaridade, ou seja, ambos os países utilizavam a estrutura da Guerra Fria para reprimir sua própria população.

Com o fim da Guerra Fria e a URSS desagregada, o perigo comunista deixa de existir e, por conseguinte, a bipolaridade EUA-URSS. Os EUA, então, conquistaram autonomia para realizar intervenções em qualquer parte do mundo, já que não tinham rivais à altura. Nesse sentido, Chomsky (1996) centra sua análise nos EUA e em seus aliados, apontando sua intervenção ao longo do século XX em todo o planeta, principalmente no Oriente Médio (Guerra do Golfo; intervenção nos conflitos árabes-israelitas) e na Colômbia (“combater” o narcotráfico).

O fim da Guerra Fria fez surgir, também, apelos, através da Comissão Sul, por uma Nova Ordem Mundial (já iniciada após a Segunda Guerra Mundial). Assim, ao reavaliar o estado miserável dos domínios ocidentais, tal Comissão clamou pela Nova Ordem Mundial, que respondesse à “demanda de justiça, equidade e democracia na sociedade global”.

Na realidade, constatou-se a substituição do inimigo comunista dos EUA por vários outros, como a instabilidade do Terceiro Mundo, narcotraficantes hispânicos e a depravação generalizada. O maior desses inimigos, contudo, vieram a ser o Terrorismo Internacional e o Fundamentalismo Islâmico – tudo servindo de justificativa para intervenções da superpotência no mundo. Criam-se inimigos novos e mudam-se somente as justificativas. Daí Chomsky dizer que a Nova Ordem não é, necessariamente, nova, pelos objetivos dos países beligerantes – mormente dos EUA – serem os mesmos. Apenas criaram-se novas problemáticas para justificar a intervenção dessa superpotência no mundo. Logo, a Nova Ordem somente reproduz a Velha Ordem (CHOMSKY, 1996).

Dentre os novos inimigos, estudaremos em mais detalhes o Terrorismo Internacional, sua ligação com o Fundamentalismo Islâmico e a Doutrina Bush, pois

esses são os pontos-chave para entendermos os discursos do Presidente dos EUA, George W. Bush, acerca da justificativa de ataque ao Iraque.

## 2.3 A LUTA DOS EUA CONTRA O TERRORISMO INTERNACIONAL

### 2.3.1 Fundamentalismo Islâmico

Normalmente, o nome de fundamentalismo serve para caracterizar os movimentos de caráter religioso, político-econômico e étnico.

Dentre os vários fundamentalismos, abordaremos principalmente os fundamentos corânicos do Islã. Esses não prevêem a separação entre política e religião. Segundo Magnoli (2004):

Toda a comunidade de fiéis constituiria uma só “nação”: a *uma*. O califa, líder da comunidade islâmica, é um chefe religioso político. A unidade entre as esferas da religião e da política manifesta-se no plano jurídico: segundo a tradição, o corpo de leis das sociedades muçulmanas deve se assentar na *sharia*, que condensa os princípios do Corão e da Suna sob a forma de legislação civil (p.186).

Ainda de acordo com o autor, o fundamentalismo islâmico contemporâneo surgiu no vácuo criado pelo fracasso do pan-arabismo<sup>9</sup>. A pobreza econômica, somada à humilhação política, funcionou como impulsionador. Nesse fundamentalismo, o mundo Ocidental é visto como o inimigo, que é representado pelos EUA e, regionalmente, por Israel. Seu objetivo principal consiste na “restauração da *uma* – ou seja, a recuperação das glórias perdidas de um passado mítico” (MAGNOLI, 2004, p.186).

---

<sup>9</sup> “O Pan-arabismo é resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem a existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional”. Informações disponíveis em: <<http://www.esg.br/publicacoes/artigos/a030.html>>. Acesso em 20 Out. 2008.

Desse modo, esse autor deixa claro que, em todo o mundo muçulmano, tais idéias repercutiram e serviram como programa para novas correntes políticas, que contestavam a subserviência dos governos ao Ocidente, rejeitavam a modernidade e exigiam a subordinação da política à religião.

Os fundamentalismos começaram a se tornar uma ameaça visível quando o Wahabismo<sup>10</sup> se politizou, consubstanciando um islamismo radical na Arábia Saudita. A politização do Wahabismo fez com que o clima de intranquilidade começasse a pairar em um processo que se desenvolveu em duas etapas. Ou seja:

Na primeira etapa [...], sob os auspícios da seita puritana, foram recrutados e armados os “guerreiro da fé”, que combateram a União Soviética em solo Afegão. O dinheiro saudita também financiou os muçulmanos bósnios que resistiram aos sérvios, os guerrilheiros da Chechênia que desafiaram a Rússia e os separatistas albaneses de Kosovo. Nos tempos da guerrilha anti-soviética no Afeganistão, Osama Bin Laden teve o apoio da CIA e dos mais altos círculos da dinastia saudita. Uma década depois, o Taleban chegou a ser visto como sócio potencial das empresas petrolíferas americanas que projetavam construir dutos em território afegão. Na segunda etapa, os “guerreiros da fé” voltaram-se contra a monarquia saudita. A ruptura derivou do apoio da Arábia Saudita aos Estados Unidos na Guerra do Golfo e da instalação de bases americanas permanentes em território saudita (MAGNOLI, 2004, p.188).

Segundo os estudos de Magnoli (2004), o impacto dessas decisões repercutiu em todo o mundo islâmico e, especialmente, nos países árabes, numa conjuntura marcada pela frustração dos esforços de paz na Palestina. Nessa direção, Osama Bin Laden acusou a monarquia saudita de sujeitar-se à política mundial dos “infiéis”, declarou a *jihad* contra os Estados Unidos e instalou-se no Afeganistão. Ao mesmo tempo, acumularam-se as manifestações subterrâneas entre os Wahabitas, de oposição à Casa de Suad (dinastia que reinava na Arábia Saudita). Essa monarquia, pressionada, foi obrigada a reprimir os líderes mais radicais do islamismo político e, paralelamente, a aceitar passivamente o financiamento da *Al-Qaeda* a partir de ramos da própria família real.

Essa aversão de Osama Bin Laden e seus “guerreiros da fé” aos EUA atingiu seu auge em 11 de setembro de 2001, com os atentados realizados por terroristas sauditas ligados à *Al-Qaeda*.

---

<sup>10</sup> Wahabismo – ideologia político-religiosa.

Se antes de tal atentado os EUA já tinham definido como metas o combate ao terrorismo, após esse trágico acontecimento, as medidas tomadas pelo seu Presidente Georges W. Bush foram ainda mais catastróficas.

Em detalhes:

Depois dos atentados, a administração Bush exigiu de Riad o desmantelamento da rede que conecta os Wahabitas a Bin Laden, o que implicaria a dissolução do alicerce político do Estado Saudita. A incapacidade da Casa de Saud de realizar essa missão e a crise política do Estado Saudita impulsionaram Washington a desencadear a operação de derrubada do regime de Saddam Hussein. Essa operação teve, portanto, a finalidade de evitar a desestabilização da hegemonia americana na região do Golfo Pérsico (MAGNOLI, 2004, p.189).

Esse autor deixa claro que as conseqüências das ações dos EUA no Golfo Pérsico foram dramáticas. Ou seja, Washington assumiu riscos significativos ao realizar a operação no Iraque. Por um lado, ele abriu uma fenda profunda na unidade do Ocidente e da OTAN. Por outro, complicou ainda mais o panorama geopolítico já bastante complexo do Oriente Médio, findando por arriscar uma implosão territorial no Iraque. A estabilidade turca foi fortemente comprometida, pois, com a eliminação de Saddam Hussein, o nacionalismo curdo foi reativado no Iraque e na Turquia.

A turbulência na Arábia Saudita foi interpretada pela administração Bush como uma ameaça direta à estrutura vital de sua economia. Assim sendo, o interesse nacional dos EUA pedia a remoção do regime político iraquiano. Isso culminou na Guerra entre EUA e Iraque (à revelia da ONU), que teve como “justificativa imediata”, descrita pelos EUA, a detenção de armas de destruição em massa pelo Iraque (o que até hoje não foi comprovado), que se arrasta até a atualidade.

Segundo Alexandre Martins Vianna (2004), a relação entre fundamentalismo quase sempre esteve ligado ao medo do terrorismo de massas, chamado por muitos de hiperterrorismo ou novo terrorismo. De fato, como visto anteriormente, esse fez sua aparição no cenário internacional após o fim da Guerra Fria, em 1991, quando da primeira tentativa de destruição do World Trade Center (1993). Percebeu-se de forma clara, então, a nova associação entre fundamentalismo e terrorismo, em substituição da base ideológica de esquerda (caso do terrorismo anarquista ou

socialista) e nacionalista (como no caso do IRA e ETA) por uma base religiosa com atos de terror de massa ao final do século XX. Foi este o momento que fez com que a aliança do Ocidente com o fundamentalismo sunita (EUA, através da CIA/FBI e de grandes grupos econômicos voltados para a exploração de petróleo) fosse percebida como de extremo risco e que, finalizada a fase principal de luta contra os russos (primeiro no Afeganistão e, depois, na Chechênia), a ira do fundamentalismo islâmico, de tipo sunita, se voltasse contra o Ocidente.

Até então, o Ocidente via no fundamentalismo apenas um lado exótico, brutal e estranho, baseado no fundamentalismo xiita iraniano e no episódio do seqüestro dos funcionários americanos da embaixada de Teerã. Por outro lado, era, também, um instrumento útil para manter soviéticos (e depois, russos) ocupados e atarefados na Ásia Central e no Cáucaso. O xiismo, por sua vez, não conseguira exportar sua revolução, agindo, principalmente, no âmbito do Oriente Médio, diretamente contra Israel. Embora fosse inconveniente, o fundamentalismo não representava um risco para o Ocidente. Mesmo depois do atentado de 1993, em Nova York, e dos evidentes sinais de mudança após os atos terroristas da GIA em Paris, os EUA continuaram a manter estreito relacionamento com o fundamentalismo sunita, inclusive aproveitando-se de sua implantação na Bósnia e Kosovo para deslocar a Sérvia e, no caso do Caucáso e do Mar Cáspio, visando assumir o controle das reservas de petróleo locais. As últimas investigações independentes realizadas nos EUA mostraram que o próprio governo Bush não considerava a *Al-Qaeda* um risco iminente (VIANNA, 2004).

Contudo, a brutalidade e a eficácia dos atentados de 2001 mudaram radicalmente tal situação, dando origem à Guerra Contra o Terrorismo. Mesmo nesta ocasião, quando o Presidente Bush se dirigiu à nação traumatizada, apresentou uma explicação por demais insuficiente para as razões do ódio fundamentalista aos Estados Unidos e ao Ocidente. Para Bush e sua administração, os EUA tornaram-se alvos do terrorismo por serem uma terra de liberdade e democracia, sendo esta a razão do ódio e da inveja fundamentalistas – um discurso pregado principalmente pelo seu respectivo Presidente.

A guerra contra o terrorismo findou por se tornar o discurso principal alguns dias após o ataque de 11 de setembro de 2001. Segundo Silva (2004), esse discurso se tornou a:

[...] tarja elucidativa nos principais programas noticiários da TV norte-americana. Vinha substituir a primeira tarja, inaugurada pela CNN, a América sob Ataque, e visava claramente mostrar ao povo dos EUA que seu país possuía um governo e estava em ação. Após os primeiros dias de perplexidade e dor, o governo começava a se movimentar. Com as primeiras informações apontando para a organização Al-Qaeda – a mesma que já havia atacado o World Trade Center em fevereiro de 1993, além de inúmeros outros atos terroristas –, as atenções dos órgãos de segurança voltaram-se para o Afeganistão, enquanto o Departamento de Estado começou a construção de uma ampla frente diplomática – a expressão aliança seria forte demais – para enfrentar o terrorismo islâmico. Coube à Grã-Bretanha de Tony Blair tomar a iniciativa na frente internacional, substituindo de certa forma o próprio Presidente norte-americano George W. Bush. Com rapidez, a Rússia e a China alinharam-se com os norte-americanos. De sua parte, a Europa invocou pela primeira vez os artigos de defesa militar da OTAN, enquanto o Brasil convocou os membros ao Tratado do Rio de Janeiro, declarando o TIAR/Tratado interamericano de Assistência Recíproca em vigor. O apoio aos EUA também foi proclamado no mundo islâmico, com declarações de solidariedade da Turquia, Egito, Jordânia etc (SILVA, 2004, p.394).

No entanto, segundo esse autor, a formulação mais evidente da Guerra contra o Terrorismo foi feita com o discurso do Presidente Bush, na noite de 20 de setembro de 2001, quando lançou a *Partnership of Nations*. Nesse discurso (que será analisado no capítulo seguinte), nem todos os pontos abordados tiveram como princípios a sabedoria, conforme se esperaria do administrador da maior potência do planeta.

Nessa direção, a importância desse discurso é fundamental para entender as formas como esse Presidente tentou conduzir sua luta contra o terrorismo, que se consubstanciou em uma guerra que rendeu até hoje uma centena de mortos à nação estadunidense, além de um déficit de guerra enorme e, ao Presidente, um grande acúmulo de impopularidade.

Mediante tudo que foi elucidado nesse capítulo, podemos afirmar com clareza as principais peculiaridades da formação da nação estadunidense. Em detalhes, verificamos a construção de uma sociedade que, nos dias atuais, apresenta-se como a nação mais poderosa do planeta.

Para tanto, se voltarmos ao século XVIII, treze colônias inglesas revoltavam-se e emancipavam-se de sua “mãe-pátria”, formando uma nova sociedade que, segundo o discurso de seus fundadores, acreditavam que seria diferente de todas as existentes até então. Até certo ponto, os “criadores” dos EUA estavam certos, pois o

país tornou-se a primeira nação com um sistema de organização baseado em ideais republicanos e democráticos. No entanto, ao contrário do que por vezes tenta-se demonstrar, os EUA não foram os criadores destes ideais, pois os mesmos já estavam sendo discutidos na Europa antes da Revolução Americana.

Ademais, no que tange aos discursos acerca de seus valores, esses foram inventados pelos norte-americanos a fim de promover o nascimento do sentimento de nação, necessário para o estabelecimento e crescimento do novo país. E por que esses valores tiveram que ser inventados? Como os primeiros habitantes do novo país eram provenientes de várias partes da Inglaterra, precisava-se fazê-los entender que agora todos pertenciam a um mesmo país, os Estados Unidos. Diante disso, foi criado um mito de que os norte-americanos eram o povo eleito, aqueles que iriam construir um mundo diferente e servir de modelo para todas as nações. Pode-se perceber aqui a adoção de idéias bíblicas para enaltecer a história de fundação dos EUA, comparando os *Pais Fundadores* a Moisés.

A criação desse mito deu margem para a ascensão do discurso de que os valores dos EUA, tais como sua “democracia”, são universais e devem ser seguidos pelas demais sociedades. No entanto, a criação desse mito demonstra que, na história dos Estados Unidos, os conflitos e contradições de sua sociedade sempre foram disfarçados, pois, desde o início, as diferenças culturais entre os povos que habitavam as treze colônias eram deixadas de lado, esquecidas, para ceder lugar a novos costumes e valores, criados por aqueles que desejavam esquecer o passado, independentemente do que essa atitude pudesse provocar.

Torna-se um exercício interessante pensar na forma do discurso do nascimento do sentimento nacionalista norte-americano. Esse sentimento foi *forjado*, o que nos leva a pensar que o nacionalismo estadunidense pode ser uma farsa. Afinal, uma parte do passado dos Pais Fundadores foi deixada de lado, a parte que diz respeito às diferenças entre as várias populações que compunham as treze colônias. Isso pode parecer um argumento simplista em um primeiro momento, mas se os norte-americanos tivessem adotado uma postura diferente em relação à essa questão, talvez os problemas decorridos da intolerância – que persistem até os nossos dias e que, por vezes, culminam em guerras, – pudessem ser evitados, levando o mundo a ter uma visão diferente dos EUA hoje em dia, livre de ódio e desprezo.

Nesse contexto, faz-se necessário analisar também o discurso americano acerca do conceito de democracia, visto que o país sempre se posicionou como defensor de tal conceito. Na busca pela criação de uma nação onde a liberdade deveria ser o alicerce básico, os norte-americanos adotaram o regime republicano e criaram uma Constituição, passando a impressão de que a tão sonhada liberdade existiria. Essa liberdade de fato existiu, mas apenas para uma parte da sociedade, os homens brancos e livres. Para os demais, os que tinham convicções religiosas diferentes da religião entendida como oficial (como os escravos e os negros), essa liberdade e a obtenção dos direitos civis previstos na Constituição não existiriam, fato que marcaria para sempre a civilização norte-americana.

Essa exclusão de uma parte da sociedade dos EUA do direito à liberdade e também de poder demonstrar suas opiniões e convicções políticas, influenciando no andamento da sociedade, transformando o país em uma nação onde a intolerância e o racismo encontram espaço para criar inúmeros conflitos internos e externos.

Essa postura arrogante dos EUA permeia todos os momentos da história de seu desenvolvimento, influenciando tanto nas questões externas quanto internas. Diante disso, como não entendermos que o desenvolvimento da sociedade norte-americana sempre esteve baseado em uma falsa democracia, que é utilizada para disfarçar as verdadeiras intenções dos EUA em relação ao mundo, qual seja, a de se tornar, cada vez mais, uma nação superior que tem as cartas nas mãos e que, por isso, conduz o andamento do resto do mundo de acordo com seus interesses, sem preocupar-se com as necessidades dos demais países.

### **CAPÍTULO III A ANÁLISE DO DISCURSO DE GEORGE BUSH SOBRE A GUERRA CONTRA O IRAQUE**

Nesse capítulo, serão analisados dois artigos que foram primeiramente difundidos em rede nacional nos EUA, e, depois, anexado no site da Casa Branca. Esses artigos têm os seguintes títulos<sup>11</sup>: 1) *“Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano” (Address to a Joint Session of Congress and the American People)*; 2) *“Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas” (President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours)*.

O primeiro artigo foi exposto em rede nacional e internacional em 20 de setembro de 2001 (nove dias após os ataques), e o segundo artigo data de 17 de março de 2003, três dias antes do início da invasão ao Iraque. O primeiro artigo introduziu o conceito de Guerra ao Terror, expondo a ânsia da administração Bush pela vingança, mas tendo, como efeito de sentido, a busca de justiça e segurança. O segundo marcou a tentativa final de justificar o ataque ao Iraque, que ocorreria dia 20 de março do mesmo ano.

Destarte, como foi dito no capítulo anterior, o ataque ao World Trade Center, em setembro de 2001, deflagrou uma série de interrogações quanto à segurança que configura a identidade do povo americano. Justificável ou não pelos responsáveis, o episódio ficou conhecido como o ataque terrorista “mais letal e devastador da história” (MONTEIRO, 2008, p.85).

Desse modo, Ianni (2003) expõe que:

Quando desabam as torres gêmeas, e um dos ângulos do Pentágono, em Washington, a opinião pública mundial defronta-se com um acontecimento excepcional, altamente revelador, propriamente heurístico. Com ele, abrem-se possibilidades insuspeitadas anteriormente para a interpretação de relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica, em escala nacional e mundial. Vários nexos sociais, políticos, econômicos e culturais, de permeio a jogos de forças sociais e operações geopolíticas, logo se tornam mais evidentes, visíveis, transparentes, em escala nacional e mundial. Em um instante, no centro da maior potência mundial, dois de seus mais notáveis símbolos são agredidos e desmoronam arruinados. Em um instante, o poder econômico e o poder

---

<sup>11</sup> Optamos por traduzir o material coletado em língua inglesa, uma vez que o trabalho ora apresentado foi todo elaborado em língua portuguesa. Todas as versões originais encontram-se em anexo no final desse trabalho.

militar, compreendendo o monopólio da exploração e o monopólio da violência, são postos em causa, deixando de ser intocáveis. São as duas principais alavancas da supremacia das elites governantes e classes dominantes norte-americanas no mundo. Simbolizam as teias, redes ou sistemas com os quais essas elites e classes se associam com elites governantes e classes dominantes da maioria das nações do mundo. Nesse sentido é que o mundo assiste atônito e assustado, surpreendido e fascinado, o desabar de dois pilares do neoliberalismo e do ocidentalismo, isto é, do capitalismo (p.18).

Para esse autor, em pouco tempo, no mundo todo, muitas pessoas passaram a perceber que as coisas começavam a sair do lugar, pois o que se mostrava em equilíbrio, estabelecido, revelou-se desconhecido. Subitamente, instala-se a descontinuidade, inconstância, agonia, temor, pânico. Logo, o que parecia, à primeira vista, um acidente de engenharia, arquitetura ou urbanismo, logo se revelou como um acontecimento histórico, com “implicações econômicas, políticas, sociais e culturais. Abala-se o mapa do mundo, movendo-se territórios e fronteiras, expectativas e horizontes, ideais e convicções, glórias e ilusões” (IANNI, 2003, p.19).

Os atentados ocorridos em 11 de Setembro de 2001 aceleraram os tempos diplomáticos, estimularam a adoção de medidas severas em resposta às novas ameaças e fortaleceram a legitimidade do regime antiterrorista, promovendo sua consolidação. Após o ocorrido, as palavras *terror* e *terrorismo* ganharam novas conotações, possibilitaram novos efeitos de sentido. Mas o que elas significam exatamente e a repercussão do seu uso, largamente difundido em todas as mídias, ainda não é evidente.

De acordo com Borradori (2003):

Não está claro [...] em que base o terrorismo pode reivindicar para si um conteúdo político e assim se separar da atividade criminosa comum. Trata-se também de uma questão aberta saber se pode existir terrorismo de Estado, se o terrorismo pode ser claramente distinguido da guerra e, finalmente, se um Estado, ou uma coalizão de estados, pode declarar guerra a algo que não seja uma entidade política. Essa fugacidade é com muita frequência ignorada pela mídia ocidental e pelo Departamento de Estado norte-americano, que usam a palavra terrorismo como conceito auto-evidente.” (p.10)

A utilização do termo terrorismo é bastante controversa. Caleb Carr (2002) remonta a história do terror ao longo do tempo e afirma que o seu surgimento data do período romano, mas com a designação de “guerra destrutiva” (CARR, 2002,

p.29). Segundo o autor, o que motivava as atitudes violentas dos romanos era o desejo de impressionar os povos dominados, Outrossim, havia a necessidade de permitir que as famosas legiões romanas, muito mal remuneradas, saqueassem e estuprassem como recompensa ao comportamento nas batalhas. Segundo esse autor, muitos outros atos de extrema violência se seguiram aos ocorridos no período romano; os que receberam a mesma denominação cumpriram alguns requisitos, como utilização de estratégias de destruição indiscriminada de propriedades, assassinatos à bomba e outras formas de violência por parte dos movimentos revolucionários.

Nos últimos anos, no entanto, cristalizou-se a percepção de que o terrorismo internacional alcançou grau inusitado de organização e virulência, e que não mais afligiria apenas regiões vulneráveis. A crescente sofisticação e o escopo global do terror resultariam dos vínculos cada vez mais estreitos de grupos terroristas com redes criminosas atuantes, além do uso dos meios de destruição disponibilizados pela tecnologia. Essas ameaças podem manifestar-se em qualquer parte do mundo, em circunstâncias difíceis de antecipar.

Apesar de diversas ações ocorridas no passado poderem ser classificadas como atos terroristas, se analisadas segundo os padrões atuais, o terrorismo enquadra-se melhor no referencial conceitual da modernidade, como fruto do desenvolvimento tecnológico e produto das contradições de nosso tempo.

Tendo em vista a complexidade e a diversidade do fenômeno, há grande dificuldade em se alcançar uma definição consensual sobre terrorismo. Há vários anos, os especialistas sobre o assunto buscam uma definição de terrorismo que seja precisa, a ponto de constituir um instrumento analítico útil, e, ao mesmo tempo, suficientemente geral para abarcar todas as suas diversas manifestações e angariar o apoio da comunidade de especialistas.

Diante da impossibilidade de se definir os termos, o presente trabalho buscou analisar os atores envolvidos nos processos que resultam em ações consideradas terroristas. Para nós, tornou-se fundamental um estudo sobre as posições enunciativas dos sujeitos dessas ações, tanto dos que a praticam quanto dos que são vítimas delas.

### 3.1 A DISCURSIVIDADE DO PRESIDENTE GEORGES W. BUSH SOBRE A GUERRA DO IRAQUE

As seqüências discursivas selecionadas para análise foram retiradas do site oficial da Casa Branca <<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html>>, responsável por divulgar notícias relativas a vários assuntos ligados à presidência dos EUA, principalmente política e economia.

Dessa forma, a importância deste estudo se revela na necessidade de compreensão dos discursos sobre violência que circulam nos diferentes meios de comunicação, sempre tendo em mente que há um limite tênue a separar o violento do não violento, ou melhor, que define quem pode e quem não pode utilizar a violência de forma “legítima”.

Destarte, a guerra contra o terror, deflagrada pelo Presidente George W. Bush, contradiz-se no interior da própria expressão. O que não fica claro é em que base esse terrorismo é definido, ou seja, quais são os limites e as regras que o norteia. Sobre isso, Borradori (2003) diz:

Eu acrescentaria que a batalha contra o terrorismo e o terror também não é uma partida de xadrez. Não existem regras pré-estabelecidas: em princípio, não há distinção alguma entre lances legítimos e ilegítimos, nem qualquer base para conhecer que lance pode ser decisivo (p.13).

Nessa perspectiva, as análises serão conduzidas considerando-se a justificativa criada pelo Presidente George W. Bush para cunhar a idéia de Guerra ao Terrorismo e para dar início a Guerra do Iraque em 20 de março de 2003. Tudo isso, com base nos artigos selecionados.

#### 3.1.1 Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano (20 set. 2001)

Realizando uma análise mais geral desse discurso realizado dias após o ataque às torres gêmeas, a primeira idéia que aparece é a criação da “Guerra contra

o terrorismo”. Segundo Silva (2004), essa expressão surgiu alguns dias após o ataque de 11 de setembro de 2001, como tarja ilustrativa nos principais programas de TV nos EUA. Essa tarja substituíu a primeira, introduzida pela CNN, “América sob Ataque”, e tinha em vista apontar a nação dos EUA que seu país tinha um governo forte e atuante.

Dessa forma, após os primeiros dias de dor e perplexidade, o governo dava os primeiros passos na sua luta contra o terrorismo. Nessa direção, investigou acerca dos promotores dos ataques, tendo assim, informações que apontavam para a organização Al-Qaeda, que já havia atacado o World Trade Center em fevereiro de 1993, além de ter realizado outras inúmeras ações terroristas. Com isso, as investigações e atenções dos órgãos de segurança dirigiram-se ao Afeganistão, como podemos abaixo:

*Os americanos têm muitas perguntas hoje à noite. Americanos estão perguntando: Quem atacou o nosso país? Temos reunidas as provas que apontam para organizações terroristas conhecidas como Al Qaeda. Eles são os mesmos assassinos indiciados pelo bombardeamento de embaixadas americanas na Tanzânia e no Quênia, bem como pelo bombardeamento do USS Cole. Al-Qaeda é para o terror o que a máfia é para a criminalidade. Mas o seu objetivo não é ganhar dinheiro; seu objetivo é ação de refazer o mundo, impondo suas crenças profundas sobre as pessoas em toda parte. Os terroristas praticam uma forma de extremismo islâmico que foi rejeitada pelos estudiosos muçulmanos e pela grande maioria dos clérigos muçulmanos – uma rede que perverte o movimento pacífico ensinamentos do Islã. Os terroristas direcionam suas ações para matar cristãos, judeus, sobretudo os americanos, e não fazem distinção entre militares e civis, incluindo mulheres e crianças. Este grupo e seu líder – uma pessoa chamada Osama bin Laden – estão associadas a muitas outras organizações em diferentes países, incluindo a Jihad Islâmica egípcia e o Movimento Islâmico do Uzbequistão. Existem milhares destes terroristas em mais de 60 países. Eles são recrutados a partir de suas próprias nações, e levados para acampamentos em locais como o Afeganistão, onde são formados nas táticas de terror. Eles são enviados de volta a suas casas ou para países ao redor do mundo, onde tramam o mal e a destruição. A liderança da Al-Qaeda tem grande influência no Afeganistão e apóia o regime talibã no controle da maior parte desse país. No Afeganistão, temos a visão da Al-Qaeda para o mundo. O povo do Afeganistão tem sido brutalizado – muitos passam fome e muitos fugiram. As mulheres não têm permissão para freqüentar a escola. Você pode ser preso por possuir uma televisão. A religião pode ser praticada apenas como ditam os seus líderes. Um homem pode ser preso no Afeganistão se sua barba não for suficiente. (BUSH, 2001).*

Percebemos então que, nesse discurso, há tanto a identificação do agressor como a formulação mais evidente do propósito da Guerra contra o Terrorismo. Segundo Silva (2004), lamentavelmente, nesse discurso como um todo:

(...) nem todos os pontos abordados primaram pela sabedoria, conforme se esperaria do dirigente da maior potência do planeta. Entre poucos acertos — como a distinção óbvia entre terrorismo e Islamismo —, o Presidente alinhou uma série de lugares-comuns e alguns equívocos que, desde então, marcaram a sua administração, além de muitos preconceitos típicos da direita republicana. O grave em todo o procedimento residiu no fato de que o principal efeito — tanto em plano doméstico quanto internacional — foi que o atentado de 11 de setembro — cruel e burro — estreitou todo o espaço de crítica e dissentimento com os procedimentos da administração Bush. O discurso foi peremptório, recusou os diversos fóruns internacionais em favor de um alinhamento automático de todos os países do mundo com os EUA, bem expresso na frase de Bush: "[...] cada país tem uma decisão a tomar: ou você está do nosso lado ou do lado dos terroristas". Assim, o espaço da negociação internacional, da busca de acordos, encolheu face à ameaça generalizada de confundir discordância (de métodos, alvos, oportunidades etc) com apoio ao terrorismo (p.395).

Além disso, percebe-se no discurso a idéia de homogeneização das opiniões, como:

*Vamos juntos utilizar as ferramentas adicionais de aplicação da lei para seguir o rastro de terror. Vamos juntos reforçar nossa capacidade de saber os planos dos terroristas antes que eles atuem, e encontrá-los antes que eles ajam (BUSH, 2001).*

Se fizermos um contraponto entre esse discurso que busca homogeneizar opiniões com os 76% da impopularidade que esse Presidente conseguiu acumular na atualidade (tendo como fator principal a rejeição popular à Guerra do Iraque), sendo concebido como o Presidente mais impopular da história dos EUA, questionamos até que ponto o discurso dominante tende a tentar convencer o receptor da mensagem a absorver sua ideologia, dando respaldo a seus objetivos.

Nessa direção, é lúcido que o discurso é marcado pela dualidade de comunicar e não-comunicar, sendo, ao mesmo tempo, um objeto simbólico e

político. Simbólico por não ser um adesivo que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexistem à significação, e político no sentido de que é uma luta pelo poder, à medida que é “afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto, que se possui. Ele se exerce, se disputa. Além disso, nem tudo que o discurso prega é absorvido, ou seja, há resistências que dão forma a sentidos distintos daqueles que o sujeito aplicou.

Também é possível perceber um discurso que, comparado à história dos EUA, se contradiz, àquele discurso que diz respeitar as diferenças raciais e religiosas em seu meio.

Também quero falar hoje à noite diretamente para os muçulmanos em todo o mundo. Nós respeitamos sua fé. Ela é praticada livremente por muitos milhões de americanos, e por milhões a mais nos países em que conta como amigos a América. Seus ensinamentos são bons e pacíficos, e aqueles que cometem o mal em nome de Alá blasfemam o nome de Deus. Os terroristas são traidores de sua própria fé, tentando, com efeito, a adulteração do Islão em si. O inimigo da América não são os nossos muitos amigos muçulmanos, nem são nossos muitos árabes amigos. Nosso inimigo é uma rede de terroristas radicais e todos os governos que o apóiam (BUSH, 2001).

Conforme visto no segundo capítulo, a história dos EUA é marcada pela discriminação racial e religiosa (puritanos, escolhidos por Deus; as demais religiões são subalternas) – uma realidade que bate de frente com os discursos ideológicos proferidos por Bush (2001), que tem como objetivo conseguir o respaldo até mesmo da nação muçulmana para o início da Guerra contra o Terrorismo – uma tentativa de assegurar com mais facilidade sua hegemonia e de buscar manter o controle da situação.

No discurso desse Presidente, é possível identificarmos ainda a tentativa de ocultar todas as ações intervencionistas dos EUA no mundo ao longo de sua história, conforme cria um discurso equivocado dos motivos que levaram ao ataque. Um equívoco que não deixa de estar ligado à sua história de “democracia” e “liberdades”, principalmente quando ele profere as seguintes palavras:

Os americanos estão perguntando: “Por que eles nos odeiam?” Eles odeiam o que vemos aqui mesmo, nesta sala – um governo democraticamente eleito. Os seus líderes são auto-nomeados. Eles odeiam nossas liberdades – a nossa liberdade de religião, nossa liberdade de expressão, a nossa liberdade de voto e de discordar uns dos outros. Eles querem derrubar os governos existentes em muitos países muçulmanos, como o Egito, Arábia Saudita e Jordânia. Eles querem conduzir Israel para fora do Oriente Médio. Querem unir cristãos e judeus fora de vastas regiões da Ásia e África (BUSH, 2001).

Mediante tal excerto, Silva (2004) contribui substancialmente esclarecendo que:

Bush equivocou-se também quando afirmou ao povo norte-americano a razão do atentado. De forma ambivalente, referiu-se retoricamente a dois motivos: por um lado, seriam atos de pessoas amorais e doentes, relegando as razões para o plano do irracional, do inexplicável; por outro lado, insistiu que a América foi atacada por suas virtudes, ou seja, a liberdade e a democracia. Ora, nenhum grupo terrorista está interessado na forma com que os EUA elegeram seus governantes, ou se a eleição de Bush foi mais ou menos produto de uma oligarquia partidária manipuladora ao voto popular; pelo contrário, o ataque se deve ao fato de ser uma hiperpotência com interesses e objetivos em todo o mundo. Tais interesses levaram os sucessivos governos norte-americanos a intervir, apoiar, derrubar, armar e punir regimes, partidos e líderes em todos os continentes (p.396).

Ainda de acordo com esse autor, os EUA perderam a chance de meditar sobre seu passado, e fazer com que seu povo compreendesse que “não é mais possível impor sua vontade ao planeta de forma impune e autoritária, que tal política possui um preço elevado demais para ser pago, principalmente por inocentes” (SILVA, 2004, p.396). Além de tudo isso, o Presidente Bush ainda mais uma vez se equivocou ao ampliar a outros países a razão do ataque, afirmando que o terrorismo luta contra os governos livres da Arábia Saudita ou Egito: na verdade, tais aliados dos EUA em nada se aproximavam de regimes da “democracia e da liberdade”, constituindo-se em ditaduras arcaicas, exploradoras do povo e dos recursos naturais dos seus países e que serviam para manter uma opulenta elite familiar (SILVA, 2004).

No intuito de convencer a população tanto dos EUA quanto a população muçulmana, dentre outras nações, a respeito da importância em unir forças contra o terrorismo, as imagens ilustraram os artigos e estiveram em maior quantidade nos vídeos, buscando passar uma visão de nacionalidade.



Imagem 01



Imagem 02

**Quadro 02** – Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano

**Fonte:** < <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html> >

Na imagem 01, o Presidente está posicionado em primeiro plano. A bandeira dos EUA, em segundo plano. Notemos que a imagem do Presidente é pequena perante a grandeza como está disposta a bandeira. Conjecturamos que tal imagem nos passa a idéia de que todos os objetivos e sentidos do discurso proferido por esse é em nome da soberania nacional, da nação, ligado ao espírito de nacionalidade – uma manipulação capaz de gerar no inconsciente coletivo a aproximação entre seu discurso e a nacionalidade (que é extremamente forte nesse país), facilitando a aquisição do apoio popular.

Na imagem 02, a idéia de conquistar o apoio popular também está presente, quando é observável o aplauso de alguns líderes de importantes países (a exemplo de Tony Blair, da Inglaterra – primeiro a apoiar George Bush).

Em suma, em tais discursos (textuais e imagéticos), foi possível observar vários equívocos que o Presidente Bush cometeu, seja uniformizando conceitos e opiniões, seja criando a idéia de combate ao terrorismo, fazendo deste o foco de quase toda sua política externa.

### 3.1.2 Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas (17 Mar. 2003)

As seqüências discursivas a seguir foram retiradas do discurso proferido por Bush no dia anterior à invasão ao Iraque (17 de março de 2003), na Casa Branca. Esse discurso foi televisionado e transmitido para os americanos, como também a toda a população iraquiana, com tradução simultânea.



**Iraque – Decepção e Negação**

**Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas**  
 Palavras do Presidente em palestra à Nação

8:01 PM EST

O PRESIDENTE: Meus caros concidadãos, os eventos no Iraque chegaram agora ao dia da decisão final. Por mais de uma década, os Estados Unidos e outras nações pacientes pretenderam, por meio de esforços honrosos, desarmar o regime iraquiano sem guerra. Esse regime comprometeu-se a revelar e destruir todas as suas armas de destruição em massa como uma condição para pôr fim à Guerra do Golfo Persa, em 1991.

Desde então, o mundo se empenhou em 12 anos de diplomacia. Já passou mais de uma dezena de resoluções do Conselho de Segurança das Nações. Temos enviado centenas de inspetores a fim de supervisionar o desarmamento do Iraque. A nossa boa-fé não obteve retorno.

O regime iraquiano tem usado a diplomacia como um truque para ganhar tempo e vantagens. Trata-se de uma maneira de desafiar as resoluções do Conselho de Segurança, exigindo completo desarmamento. Ao longo dos anos, os inspetores da ONU foram ameaçados por funcionários iraquianos, sob escuta eletrônica, e foram sistematicamente enganados. Esforços pacíficos para desarmar o regime



iraquiano falharam uma e outra vez – estávamos tratando esses homens de forma pacífica.

Informação recolhida por este e outros governos não deixa dúvidas de que o regime iraquiano continua a possuir e esconder algumas das armas tão letais como jamais concebido. Este regime já utilizou armas de destruição em massa contra os vizinhos do Iraque e contra o povo do Iraque.

O regime tem um histórico de agressão imprudente no Oriente Médio. Tem um profundo ódio da América e de nossos amigos. E ele tem ajudado, treinado e protegido terroristas, incluindo os operários da Al-Qaeda.

O perigo é claro: usando armas químicas, biológicas ou, um dia, as armas nucleares, obtidas com a ajuda do Iraque, os terroristas poderiam cumprir as suas ambições declaradas e matar milhares ou centenas de milhares de pessoas inocentes em nosso país, ou de qualquer outro

Os Estados Unidos e outras nações não fazem nada para merecer ou atrair esta ameaça. Mas vamos fazer de tudo para derrotá-la. Em vez de ficar esperando a tragédia, vamos traçar um rumo em direção à segurança. Antes que o dia do horror possa chegar, antes que seja tarde demais para agir, esse perigo será removido.

Os Estados Unidos da América têm a autoridade soberana de usar a força para garantir sua própria segurança nacional. Esse dever recai para mim, como Comandante-Chefe, pelo juramento que tenho que manter.

Reconhecendo a ameaça ao nosso país, o Congresso dos Estados Unidos votou esmagadoramente no ano passado para apoiar o uso da força contra o Iraque. A América tentou trabalhar com as Nações Unidas para enfrentar esta ameaça, porque queríamos resolver a questão pacificamente. Acreditamos na missão das Nações Unidas, razão pela qual a ONU foi fundada após a segunda guerra mundial, para o confronto agressivo de ditadores, de forma ativa e precocemente, antes que eles possam atacar os inocentes e destruir a paz.

No caso do Iraque, o Conselho de Segurança agiu, nos idos de 1990. De acordo com as Resoluções 678 e 687 – ambas ainda em vigor – os Estados Unidos e nossos aliados estão autorizados a usar força para livrar o Iraque de armas de destruição em massa. Isto não é uma questão de autoridade, isto é uma questão de vontade.

Em setembro passado, fui para a Assembléia Geral da ONU, e exortei as nações do mundo para se unirem e porem um fim a esse perigo. Em 8 de novembro, o Conselho de Segurança passou por unanimidade a resolução 1441, encontrando Iraque, em violação de suas obrigações, e luta conseqüências graves se o Iraque não se desarmar completamente e



imediatamente.

Hoje, nenhuma nação pode eventualmente alegar que o Iraque esteja desarmado. E não vai desarmar Saddam Hussein, desde que esse detém o poder. Pelos últimos meses, os Estados Unidos e nossos aliados têm trabalhado no seio do Conselho de Segurança para fazer valer o que o Conselho de longa data exige. No entanto, alguns membros permanentes do Conselho de Segurança têm anunciado publicamente que irão vetar qualquer resolução que obrigue o desarmamento do Iraque. Estes governos partilham a nossa avaliação do perigo, mas não os nossos anseios por resolver isso. Muitas nações, no entanto, não reagem contras as ameaças, apenas para fazer cumprir as demandas do mundo. Se o Conselho de Segurança das Nações Unidas não arca com as suas responsabilidades, vamos aumentar a nossa.

Nos últimos dias, alguns governos do Oriente Médio fizeram sua parte. Eles têm emitido mensagens públicas e privadas incitando o ditador a deixar o Iraque, a fim de que possa decorrer pacificamente o desarmamento. Ele, até agora, recusou. Todas as décadas de enganos e crueldade chegaram, agora, a um fim. Saddam Hussein e seus filhos devem deixar Iraque em 48 horas. Sua recusa em fazê-lo resultará em conflito militar, iniciado em um momento de nossa escolha. Para sua própria segurança, todos os estrangeiros – incluindo jornalistas e inspetores – deveriam deixar o Iraque imediatamente.

Muitos iraquianos podem me ouvir hoje à noite, em uma tradução de radiodifusão, e eu tenho uma mensagem para eles. Se temos de começar uma campanha militar, será dirigida contra os homens sem lei que comandam o seu país, e não contra você. Como a nossa coligação tira seu poder, iremos entregar os alimentos e medicamentos de que necessita. Nós vamos derrubar o aparelho de terror e nós o ajudaremos a construir um novo Iraque que seja próspero e livre. Em um Iraque livre, não haverá mais guerras contra vossos vizinhos, nem fábricas de veneno, nem execuções de dissidentes, nem mais câmaras de tortura e quartos de estupro. O tirano em breve ter-se-á ido. O dia de vossa libertação está próximo.

É tarde demais para Saddam Hussein permanecer no poder. Não é demasiado tarde para que os militares iraquianos ajam com honra e protejam seu país, permitindo a entrada pacífica das forças da coligação para eliminar as armas de destruição maciça. Nossas forças darão, às unidades militares dos iraquianos, instruções claras sobre as ações que podem tomar para evitar serem atacadas e destruídas. Exorto todos os membros das forças militares iraquianas e serviços de inteligência: se a guerra vier, não lutem por um regime moribundo que não vale a sua própria vida.

E todos os iraquianos, civis e militares, devem prestar a devida atenção a este aviso. Em qualquer conflito, seu destino final dependerá de sua ação. Não destruam poços de petróleo, uma fonte de riqueza que pertence ao povo iraquiano. Não obedeçam a nenhum comando para usar armas de destruição em massa contra ninguém, incluindo o povo iraquiano. Na guerra, serão punidos. Na guerra, criminosos serão punidos. E não será uma defesa dizer "eu estava só seguindo ordens".

Saddam Hussein escolheu o confronto. O povo americano sabe que foi tomada qualquer medida para evitar a guerra, e todas as medidas serão tomadas para

ganhá-la. Americanos precisam compreender os custos do conflito, porque temos pagado por eles no passado. Guerra não tem certeza, exceto a certeza do sacrifício.

No entanto, a única forma de reduzir o dano e a duração da guerra é a aplicar toda a força e o poder dos nossos militares, e estamos dispostos a fazê-lo. Se Saddam Hussein tenta agarrar-se ao poder, ele continuará a ser um inimigo mortal, até ao fim. Em desespero, ele e os grupos terroristas podem tentar conduzir operações terroristas contra o povo americano e nossos amigos. Estes ataques não são inevitáveis. No entanto, elas são possíveis. E este fato ressalta a própria razão pela qual não podemos viver sob a ameaça de chantagem. A ameaça terrorista para a América e o mundo será diminuída no momento em que Saddam Hussein for desarmado.

Nosso governo se agravou no tempo contra esses perigos. Assim, como nos preparamos para garantir a vitória no Iraque, estamos tomando novas medidas para proteger a nossa pátria. Nos últimos dias, as autoridades americanas expulsaram do país certos indivíduos com vínculos para os serviços secretos iraquianos. Entre outras medidas, tenho direcionado segurança aos aeroportos, e aumentei o patrulhamento da Guarda Costeira nos grandes portos marítimos. O Departamento de Segurança Interna está a trabalhar estreitamente com os governadores da nação para aumentar a segurança armada em instalações críticas em toda a América.

Inimigos que deveriam atacar nossos países, eles estariam tentando deslocar a nossa atenção com pânico e enfraquecer o nosso moral com medo. Neste, eles seria um fracasso. Nenhum ato deles pode alterar o curso ou agitar a solução deste país. Somos um povo pacífico – não somos um povo frágil, – e não vamos ser intimidados por criminosos e assassinos. Se os nossos inimigos se atrevem a atacar-nos, todos eles e quem eles têm auxiliado enfrentarão as temerosas conseqüências.

Estamos agora agindo porque os riscos da inércia seriam muito maiores. Em um ano, ou cinco anos, o poder do Iraque para infligir danos em todas as nações livres seria multiplicado várias vezes. Com estas capacidades, Saddam Hussein e seus aliados terroristas poderiam escolher o momento do conflito mortal quando eles estivessem mais fortes. Nós escolhemos responder a essa ameaça agora, quando ela surge, antes que ela possa aparecer de repente nos nossos céus e cidades.

A causa da paz requer todas as nações livres para reconhecer novas e inegáveis realidades. No século 20, alguns optaram por apaziguar ditadores assassinos, cujas ameaças eram autorizadas a crescer em genocídio e em guerra global. Neste século, enquanto homens maus, que possuem armas químicas, biológicas e nucleares, geram o terror, uma política de apaziguamento poderia trazer destruição de uma espécie nunca antes vista na terra.

Terroristas e o terror não revelam essas ameaças com aviso, em declarações formais – e respondendo a esses inimigos, apenas depois de terem atingido primeiro, não é auto-defesa, é suicídio. A segurança do mundo requer que se desarme Saddam Hussein.

À medida que vamos fazer cumprir as justas exigências do mundo, vamos também

homenagear os compromissos mais profundos de nosso país. Ao contrário de Saddam Hussein, acreditamos que o povo iraquiano é merecedor e capaz de liberdade humana. E quando o ditador se afastar, eles poderão servir de exemplo para todo o Oriente Médio como uma auto-regulação de nação vital e pacífica.

Os Estados Unidos, com outros países, vão trabalhar para o avanço da liberdade e da paz naquela região. Nossa meta não será alcançada durante a noite, mas ela pode vir ao longo do tempo. O poder e o apelo da liberdade humana são sentidos em toda a vida e em todos os lugares. E o maior poder da liberdade é o de superar o ódio e a violência, e transformar a criatividade de homens e mulheres para a busca da paz.

É este o futuro que escolhemos. Nações livres têm o dever de defender o nosso povo; por uni-los contra a violência. E esta noite, como já fizemos antes, a América e nossos aliados aceitam essa responsabilidade.

Boa noite! Deus abençoe a América!

FIM 8:15 pm EST

**Quadro 03** - Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas

Fonte: < <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html> >

Nesse artigo, podemos perceber o discurso e os sentidos que a nação estadunidense construiu sobre si mesmo. Ou seja, reportando-se sua ideologia religiosa, em que justificaria a sua existência pelo fato de que “é um povo escolhido por Deus”, em uma terra prometida, sendo incumbidos de salvar o mundo. Tal discursividade tem uma fundamentação mítica, que transfere para o campo do sobrenatural a justificativa de sua existência e seu destino, glorioso e “inquestionável”; logo, aqueles que são estranhos a essa nação, normalmente foram e são estigmatizados.

Tudo isso, afirmado acima, pode ser percebido à medida que o Presidente direciona seu discurso a nação Iraquiana:

Se temos de começar uma campanha militar, será dirigida contra os homens sem lei que comandam o seu país, e não contra você. Como a nossa coligação tira seu poder, iremos entregar os alimentos e medicamentos de que necessita. Nós vamos derrubar o aparelho de terror e

nós o ajudaremos a construir um novo Iraque que seja próspero e livre. Em um Iraque livre, não haverá mais guerras contra vossos vizinhos, nem fábricas de veneno, nem execuções de dissidentes, nem mais câmaras de tortura e quartos de estupro. O tirano em breve ter-se-á ido. O dia de vossa libertação está próximo (BUSH, 2003).

A produção desse discurso está totalmente fundamentada em uma formação ideológica que reporta a História da consolidação da nação estadunidense, e é intrínseca à constituição discursiva desse Presidente.

Ou seja, o sujeito (Presidente) se posiciona em rede nacional de TV, e direciona algumas vezes o seu discurso à nação iraquiana, a partir das suas posições enunciativas, constituindo um complexo de dizeres que desenvolvem a base de disseminação de suas formações ideológicas, que dão *sentido* à mensagem veiculada (“Os EUA são poderosos a ponto de levar a democracia a qualquer país”). Desse modo, o interdiscurso se confirma como essencial no processo de significação.

Há, então, a manipulação dessa mensagem, tendo como intuito final a não resistência da população iraquiana à chegada das tropas estadunidenses ao Iraque, como também de transmitir uma mensagem positiva dos EUA, objetivando disseminar a ideologia presente desde a consubstanciação dessa nação.

Destarte, é possível verificar que o discurso imperialista americano surge diante da população como um exemplo de neutralidade, em que as resoluções dos problemas não ocupam um lugar ideológico, nem atendem a interesses políticos, mas apenas, dizem respeito à justiça que se faz necessária e urgente, alcançando a todos os cidadãos na busca pelo silenciamento desses. Principalmente quando enfatiza que:

Nossas forças darão, às unidades militares dos iraquianos, instruções claras sobre as ações que podem tomar para evitar serem atacadas e destruídas. Exorto todos os membros das forças militares iraquianas e serviços de inteligência: se a guerra vier, não lutem por um regime moribundo que não vale a sua própria vida (BUSH, 2003).

A busca por esse silenciamento da nação iraquiana produz, inicialmente, não só a ilusão de um poder político capaz de resolver todos os problemas e, portanto, “neutro”, como também a idéia de que essa nação não é capaz de solucionar seus conflitos internos. Dessa forma, ele estabelece um discurso com base em relações de poder dele sobre os demais (tanto os seus concidadãos como a nação iraquiana), na busca por assegurar sua posição ideológica e manter sua hegemonia política e econômica.

Mas não somente isso, como é possível verificar abaixo:

No caso do Iraque, o Conselho de Segurança agiu, nos idos de 1990. De acordo com as Resoluções 678 e 687 – ambas ainda em vigor – os Estados Unidos e nossos aliados estão autorizados a usar força para livrar o Iraque de armas de destruição em massa. Isto não é uma questão de autoridade, isto é uma questão de vontade (BUSH, 2003).

A expressão ideológica dessa linguagem nos fornece a noção de que a ação dos americanos remete à legalidade que os acoberta. O mesmo discurso imperialista que aparece apagando qualquer interesse recôndito faz com que eles tenham segurança para tomar suas decisões em operações bélicas como a “Guerra contra o Terror”.

De acordo o trecho supracitado, é evidente a permissão legal para as ações americanas; contudo, a supressão discursiva só pode ser observada caso um leitor mais atento resolva pesquisar as Resoluções utilizadas por Bush como justificativa. Pois não podemos nos esquecer de que Bush iniciou a Guerra do Iraque à revelia da ONU. Assim, mesmo não os apoiando na guerra, as Nações Unidas (NU) criaram uma lei, durante a guerra do Golfo em 1991, que permitia a utilização da força – segundo palavras do próprio Presidente – contra o Iraque para livrá-los das armas de destruição em massa (armas que até hoje não foram encontradas).

Ao analisarmos tais Resoluções, é possível verificar a criação de vários sentidos e interpretações contraditórias.

Por exemplo, a lei 678, mencionada por Bush, refere-se à necessidade de aplicabilidade da resolução 660. Ela é intitulada “A situação entre Iraque e Kuwait”.

De acordo com esta lei, criada no período de guerra entre os países mencionados no título, era necessária uma negociação urgente selando a paz entre as nações; além disso, nenhum país deveria importar ou exportar produtos para esses países durante a guerra, exceto gêneros alimentícios e materiais hospitalares. A utilização dessa lei no discurso Presidencial justifica-se somente quando é mencionado que não se pode importar ou exportar quaisquer tipos de material para o Iraque, para evitar que o país fabrique armas de destruição em massa.

A resolução 687 afirma que o Iraque havia assinado uma convenção, concordando com a proibição de desenvolvimento, produção e armazenamento de armas Bacteriológicas (Biológicas) e Tóxicas em 10 de Abril de 1972. A resolução abre um precedente, então, para que o Presidente afirme que resolverá um problema de longa data. Além disso, ele se valerá da lei para afirmar que pode se utilizar da força para conseguir tal façanha.

Além disso, é importante mencionar também um discurso implícito ligado à “questão de vontade”, que pode se referir tanto ao desejo de fazer justiça quanto às buscas por armas de destruição em massa realizadas pelas ONU. A falta de “vontade” é um ataque a todos que tentaram abolir a produção dessas armas anteriormente. Logo, nesse artigo fica claro que os países que não dão respaldo a Guerra fraquejam, “frente à fortaleza que é os EUA”

Além disso, o discurso em torno da aceitação do ataque ao Iraque é pregado a todo o momento como uma idéia unânime entre todos os países, por exemplo, “a segurança do mundo requer o desarmamento de Saddam Hussein” (BUSH, 2003). Além disso, “Hoje, nenhuma nação pode eventualmente alegar que o Iraque esteja desarmado. E não vai desarmar Saddam Hussein, desde que esse detém o poder”. Acrescentando que, antes das invasões e ataques aéreos, inspetores da ONU e do próprio EUA provaram a não existência dessas armas.

Tal afirmação de que o Iraque possui de fato armas de poder de destruição em massa finda por se tornar a estratégia de convencimento e o discurso-chave dessa fala de George W. Bush, como podemos verificar:

Informação recolhida por este e outros governos não deixa dúvidas de que o regime iraquiano continua a possuir e esconder algumas das armas tão letais como jamais concebido. Este regime já utilizou armas de destruição

em massa contra os vizinhos do Iraque e contra o povo do Iraque. [...] O perigo é claro: usando armas químicas, biológicas ou, um dia, as armas nucleares, obtidas com a ajuda do Iraque, os terroristas poderiam cumprir as suas ambições declaradas e matar milhares ou centenas de milhares de pessoas inocentes em nosso país, ou de qualquer outro (BUSH, 2003).

Essa contradição tem como pano de fundo a idéia de que, quando este indivíduo (Presidente) cria e junta determinadas formações discursivas e ideológicas, as condições de produção e de realização do discurso pelo sujeito materializam-se, ou seja, tornam-se mais compreensíveis para esse mesmo sujeito, podendo fazer de uma falsa realidade, uma verdade simbólica (uma inverdade aceita), isso porque, nas palavras de Orlandi (1999, p. 62), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

Por fim, uma frase grande de impacto, dirigida à nação iraquiana, revela um dos principais interesses desse Presidente por tal país, como “não destruam poços de petróleo, uma fonte de riqueza que pertence ao povo iraquiano. Não obedçam a nenhum comando para usar armas de destruição em massa contra ninguém, incluindo o povo iraquiano” (BUSH, 2003).

Nesse excerto, há também um objetivo de silenciar. Em meio a várias ameaças explícitas, deixa instruções claras do que o povo iraquiano não deve fazer durante a invasão americana. Mediante essa posição, basta que se imagine que o petróleo ganhou uma independência extraordinária no modo de vida da civilização atual para identificar o implícito. Seu preço é definido politicamente e ele representa a relação momentânea de forças hegemônicas. Há ainda que se mencionar que 65,3% dos barris já localizados no mundo estão no Oriente Médio, e que apenas 2,8% estão presentes nos Estados Unidos. É a verdadeira guerra do petróleo.

A frase “não destruam poços de petróleo” já previa a atuação de muitos cidadãos iraquianos, que, revoltados com a invasão de seu país pelos “infiéis”, ateariam fogo a inúmeros poços de petróleo como meio de reagir à pressão dos EUA, em um crescente desequilíbrio de relações de poder de ambos os lados.

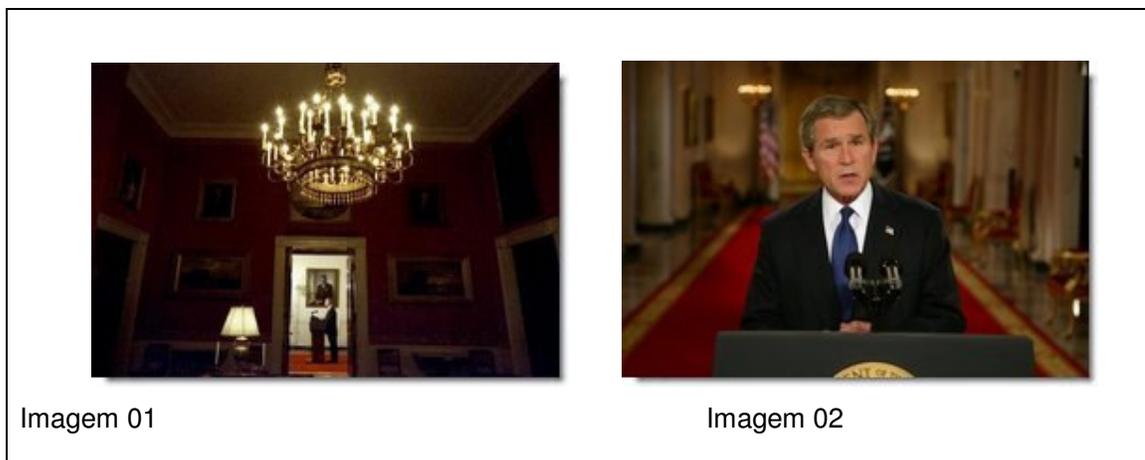
Além disso, o olhar de cobiça dos EUA sobre a região iraquiana vem de longa data, porque esse país possui a segunda maior reserva de petróleo do mundo.

Agiganta-se, portanto, a noção de que os EUA invadiram Iraque não em razão das armas de destruição em massa, mas, sim, movidos pelos seus interesses econômicos – o que se tornou um debate comum no meio acadêmico.

Outro aspecto que chama a atenção no discurso é a retomada dos sentidos de união. Ao utilizar expressões como *together* (juntos), dentre outras de sentido semelhante, Bush filia-se a uma discursividade que remete ao nascimento dos Estados Unidos como nação, conforme já discutido.

Com isso, os sentidos de união podem ser identificados, ainda, no uso dos pronomes nós e nosso. Ao utilizar a terceira pessoa do plural, Bush parece ocupar a posição de cidadão norte-americano, preocupado com o futuro da nação e compartilhando com os demais cidadãos (até mesmo os iraquianos) as mesmas dúvidas e inquietações.

Torna-se importante considerar, também, as imagens que acompanham tal discurso:



**Quadro 04** – Imagens da Casa Branca

**Fonte:** < <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html> >

Na imagem 01, é possível verificar que um lustre ocupa, antes de qualquer outra imagem, o lugar central da imagem. Ao fundo podemos ver o Presidente. Logo, nessa imagem, podemos conjecturar que o lustre adquire um significado de claridade, de beleza, de suntuosidade, que tem como função principal iluminar o local onde se encontra. A imagem 02 fecha seu foco no Presidente, que na imagem anterior estava no plano de fundo. Na relação entre as duas imagens, é possível

levantarmos a seguinte questão: a disposição dessas imagens – Lustre (com sua função de iluminar) e o Presidente (ao fundo e, depois, em primeiro plano) – poderia estar transmitindo uma mensagem, por meio da linguagem imagética, de que as idéias do Presidente seriam a luz, ou mesmo, a saída para o problema do “terrorismo”? Compreendemos que a soma da discursividade textual com a imagética é responsável por transmitir uma mensagem de justificativa e convencimento aos telespectadores, na busca por angariar seu respectivo respaldo a essa Guerra.

Dessa forma, é possível verificar no discurso presidencial a certeza da autoridade e do poder constituído. Em sua fala, no dia 17 de março de 2003, Bush dá um ultimato a Saddam Hussein e seus filhos para que deixem o Iraque em 48 horas:

Saddam Hussein e seus filhos devem deixar Iraque em 48 horas. Sua recusa em fazê-lo resultará em conflito militar, iniciado em um momento de nossa escolha. Para sua própria segurança, todos os estrangeiros – incluindo jornalistas e inspetores – deveriam deixar o Iraque imediatamente (BUSH, 2003).

No trecho acima, Bush toma para si a responsabilidade pela segurança do país, reafirmando a autoridade que constitui a posição de Presidente, que ocupa. Concluimos, assim, que a forma-sujeito Presidente dos Estados Unidos permite a todo aquele que ocupa essa posição certa flexibilidade, de modo a ora igualar-se ao povo, ora impor a autoridade inerente a tal posição.

A nosso ver, quando Bush fala na primeira pessoa do singular, como em “eu tenho uma mensagem para eles”, cria-se uma assimetria entre o sujeito que fala e seu ouvinte. Por outro lado, esse desnivelamento é mascarado à medida que Bush utiliza a terceira pessoa do plural, criando um efeito de aproximação do ouvinte e, conseqüentemente, a ilusão de reversibilidade necessária à obtenção do apoio da opinião pública em relação à invasão do Iraque.

Se a liberdade é um bem supremo do homem, seus limites devem ser demarcados a todo momento. Considerando que toda lei é um ato de cerceamento da liberdade, delinear os limites da liberdade implica garantir a segurança, o bem-estar, a igualdade e todos os demais direitos do ser humano.

A liberdade foi tema de debate em outro momento. A prisão de Abu Ghraib, em Bagdá, que antes era conhecida como o local onde Saddam Hussein torturava seus prisioneiros, mudou sua referência em maio de 2004, quando foram divulgadas fotos de militares americanos torturando prisioneiros iraquianos naquele local. Os discursos gerados pelo acontecimento resultaram em efeitos de sentido que revelam muito da natureza e do pensamento da superpotência.

A relação dos americanos com o terrorismo tornou-se intensa após o ataque ao WTC, e o sentimento de vingança e desprezo pela vida do “inimigo” passaram a ser notórios. Vale salientar que mesmo após a declaração da guerra, Bush foi reeleito. A questão que se põe aqui diz respeito ao que pode e deve ser dito. A maioria dos americanos considera justa a tortura sofrida pelos presos em Abu Ghraib e não vêem grandes problemas em resolver com violência a questão do terrorismo. A situação chamou atenção porque as fotos foram divulgadas e as práticas de tortura eram similares às utilizadas pelo ex-ditador com seus prisioneiros de guerra.

A partir de então, a imprensa começa a fazer circular estas imagens e divulgar o acontecimento. Comentários de políticos, pesquisas de opinião, charges e as mais diversas formas de trabalhar o tema aparecem nas páginas dos jornais e revistas de circulação mundial. O acontecimento é trabalhado a fim de revelar o contexto em que ocorreu. A este espaço da atualidade – a tortura de prisioneiros iraquianos por soldados americanos, na prisão de Abu Ghraib – vem juntar-se o espaço de memória, que pode trazer sentimentos dicotômicos, na medida em que remonta situações antagônicas, produzindo efeitos diversos: a série de torturas praticadas por Saddam em seu próprio país, o terrorismo, a guerra contra o terror, a busca pela paz, etc. A comparação é inevitável. É difícil não encontrar semelhanças entre as práticas, mas é possível suavizá-las, tornando-as opacas, por vezes invisíveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como direcionamento de análise a busca em compreender o os discursivos que legitimaram a invasão e a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, em março de 2003. Para tanto, foi necessário compreender como o discurso fundador dos Estados Unidos instaurou efeitos de sentidos que circulam na discursividade norte-americana até hoje, sendo constantemente retomados pelo Presidente George W. Bush para justificar suas intenções de invadir o Iraque e, assim, confirmar a hegemonia política, econômica e militar dos Estados Unidos.

Verificamos que, ao longo da colonização inglesa na América, os relatos dos primeiros colonizadores construíram todo um imaginário em torno do Novo Mundo. Quando os imigrantes chegaram pela primeira vez na América, desembarcaram num lugar onde parecia haver recursos naturais ilimitados e imensas oportunidades de sucesso, diferente do que acontecia na Europa, onde havia pouca mobilidade social.

Assim, o Novo Mundo configurou-se como *A Terra das Oportunidades*. Com isso, a combinação de crenças e valores de realização individual, aliada à oferta abundante de recursos e oportunidades, deram origem a um novo conjunto de valores culturais e criaram, para o sujeito norte-americano, a ideologia da imagem de um indivíduo corajoso e determinado.

Esses valores originaram um sistema de crenças, dentre os quais destacamos o individualismo, o patriotismo, a confiança nas autoridades e nas instituições e a valorização da religião, os quais constituem a ideologia nacional ou, como se costuma chamar, o *American Way of Life* – além da crescente idéia de sua “superioridade”, à medida que o país se desenvolvia e enriquecia.

Nessa perspectiva, as propostas da Doutrina Bush ganharam maior efeito de sentido na proporção que as produções discursivas dos pronunciamentos do Presidente Bush atuaram sobre a memória discursiva de seus interlocutores, fazendo circular formações discursivas anteriormente enunciadas. Mas se isso foi possível no início da Guerra, por meio dos principais pronunciamentos estudados por nós (“Palestra em uma sessão conjunta ao Congresso e o povo americano” – *Address to a Joint Session of Congress and the American People*; “Presidente diz que Saddam Hussein deve deixar Iraque em 48 horas” – *President Says Saddam*

*Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours*), o desenrolar da Guerra mostrou uma outra face.

Com o desenvolvimento da Guerra, a aversão a essa passou, cada vez mais, a ser retratada na mídia e em revistas e jornais tanto dentro da própria nação, como fora desta. Isso pode provar que nem sempre os discursos conseguem surtir o efeito almejado sobre a memória discursiva dos interlocutores.

Assim, entendemos que a noção de memória discursiva tendeu, a princípio, a determinar o que deveria e poderia ser retomado e atualizado no contexto dos pronunciamentos de Bush, de modo a recuperar e, simultaneamente, apagar o que deveria emergir do passado, para então produzir novos efeitos de sentido.

Considerando que, nos artigos analisados, as formações discursivas constituem a discursividade de um povo, tornando-se bem-comum desse povo, entendemos que as formulações constitutivas da discursividade estadunidense estão sempre sujeitas a serem retomadas e re-significadas, principalmente quando pensamos na ideologia patriótica e na missão “sobrenatural” (religiosa) de levar a liberdade e democracia ao mundo.

Lembremos as premissas da Doutrina Bush: (1) proteger a nação contra os inimigos; (2) lançar ataques preventivos contra países ou grupos terroristas antes que eles ataquem os Estados Unidos ou seus aliados; e (3) proteger o mundo civilizado de grupos terroristas e de armas de destruição em massa, levando liberdade e democracia a todos.

Bush disse que, em defesa da segurança da nação, iria invadir e bombardear o Iraque e, ao mesmo tempo, livrar o povo iraquiano do regime ditatorial de Saddam Hussein, levando-lhe liberdade e democracia. A idéia, a princípio absurda, teve a adesão de vários países, da OTAN, do Congresso norte-americano e da opinião pública. Ao inscrever-se numa formação discursiva filiada a sentidos centrados na defesa da vida, da segurança e da paz, entendemos que Bush aumenta a probabilidade de adesão à sua proposta, até porque refutá-la implicaria posicionar-se como contrário ao bem da humanidade e, conseqüentemente, pertencente ao eixo do Mal.

O não-dito, no entanto, revela que o Presidente Bush viu nesse episódio a oportunidade de reorganizar o mercado mundial de energia, o qual tem o petróleo

como produto principal. Considerando que os maiores produtores de petróleo do mundo estavam sob a égide de uma política contrária aos Estados Unidos, Bush não tinha alternativa que não fosse assumir uma postura bélica, mascarada num *ethos* democrático.

Sob um aspecto geral, os artigos selecionados para a análise puderam nos mostrar o quando permanece vivo e forte a discursividade gerada na consolidação da nação estadunidense. A “imponente” ideologia dos EUA como redentora do mundo, funcionando no campo das relações internacionais como uma máscara que tende a escamotear os verdadeiros interesses político-econômicos dos EUA. Tal ideologia finda por dificultar o processo de aprendizagem dessa nação, à medida que caem as Torres Gêmeas e que os motivos que levaram a tal acontecimento são direcionados para o outro, para o “bárbaro” (história marcada pela aversão a negros, índios e imigrantes).

Não queremos aqui nos posicionar a favor dos grupos extremistas, responsáveis por tal atrocidade, mas, fundamentalmente, apontar que essa discursividade ideológica da nação trabalha intensamente na memória discursiva dos indivíduos, dificultando que esses aprendam com seus erros. Não nos esquecendo (como abordado no capítulo segundo) que os EUA foram os primeiros a intervirem na Arábia Saudita e desrespeitarem a vontade dos “guerreiros da paz”, da não instalação de bases militares estadunidenses em território saudita. Logo, quem falhou primeiro? Se ambos os discursos analisados tivessem sido, no período, substituídos por temáticas que giravam em torno de tal questão, talvez hoje não víssemos em noticiários, revistas e jornais tanto sangue derramado.

**FONTES**

BUSH, Georges W. **Address to a Joint Session of Congress and the American People.** Disponível em:  
<<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html> >. Acesso em:  
20 Out. 2008.

BUSH, Georges W. **President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours.** Disponível em:  
<http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html> . Acesso em 22  
Out.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Walter Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- AMARAL, Maria Virgínia Borges. Análise do Discurso: língua, história e ideologia. In: **Leitura: Análise do Discurso. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística** – CHLA. n.23. Maceió: Imprensa Universitária. UFAL, 1999.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidades enunciativas. In: **Cadernos de estudos lingüísticos**. Campinas: jul/dez, 1990.
- AUTHUER-REVUZ, J. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8a ed. São Paulo: Hucitec, 1997
- BERGER, Jolin. **Modos de ver**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1997.
- BLAKE, Nelson Manfred. **A History of America Life and Thought**, New York: McGraw-Hill Book Company, 1972.
- BLANCHOT, M. **Foucault como o imagino**. Trad. Miguel S. Pereira e Ana L. Faria. Lisboa: Relógio D'água Editora, s/d.
- BORRADORI, Giovana. **Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2004.
- BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos chave**. São Paulo: contexto, 2005.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: UNICAMP, 1993.
- BRIGHTMAN, Carol. **Insegurança total: o mito da onipotência americana**. Trad. Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- CAMARA Jr. Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. trad. Marca do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CAMBESES JR, Manuel. **A Política do "Big Stick"** . Informações disponíveis em: <[http://www.pampalivre.info/a\\_politica\\_do\\_big\\_stick.htm](http://www.pampalivre.info/a_politica_do_big_stick.htm)> . Acesso em 16 Out. 2008.
- CARR, Caleb. **A Assustadora História do Terrorismo**. São Paulo: Ediouro, 2002.
- CARVALHO, Eugênio Rezende de. **A Doutrina Monroe**. 27, set. 2002. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/diario/2002/0927/eugenio\\_0927.asp](http://www.vermelho.org.br/diario/2002/0927/eugenio_0927.asp)> . Acesso em: 16 Out. 2008.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar (org.). **As malhas de discursos (re)veladoras**. Maceió: EDUFAL, 2005.

\_\_\_\_\_. **O sujeito responsivo/ativo em Bakhtin e Lukács**. UFAL, 2006.

CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação. In. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 11, n. 5, 1991

CHOMSKY. **11 de Setembro**; trad. Luiz Antônio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

\_\_\_\_\_. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**; trad. Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, Civilização Brasileira, 1992.

COURTINE, J. J. O discurso inatingível: marxismo e lingüística (1965 – 1985). In. CONRADO, V. L. A. (Org). **Cadernos de tradução**, n. 6. Trad. Heloisa M. do Rosário. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, abr-jun, 1999, p. 5-18.

COURTINE, Jean Jacques. **Langages: análisis del discurso político**. França: Junho, 1991.

DEGLER, Carl Neuman. **Out of the Past, the Forces that Shaped Modern America**, edição revisada. New York: Harper Row, 1970.

DOSSE, F. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. Trad. Ivone C. Beneditti. São Paulo: Editora da UNBESP, 2001.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. 4. ed. Campinas: Papius, 2000.

DUGAICH, Cibele Mara. **O Marketing Político Americano da Guerra Fria: Discurso, Mistificação e Mídia** ( Tese de doutorado). 2001. Universidade de Campinas, Campinas.

EISENBERG, Peter L. **Guerra Civil Americana**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes; Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Trad. Adalberto de O. Souza. Série Apontamentos n. 29. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 1995.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado, 13. Ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado, 12. Ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa: elementos estruturais de Sociologia da Arte**. São Paulo: Perspectiva/USP, 1973.

FUENTES, Carlos. **Contra Bush**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

GARCIA, Eliana. **Língua e Linguagem**. São Paulo: Saraiva, 1998.

GODOY, Roberto. **Reagan e a Guerra nas Estrelas**. Disponível em : <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/historia/guerrafria/guerra3/corridaarmamentista3.htm> >. Acesso em 18 Out. 2008.

GREGOLIN, M. R. V. **O enunciado e o arquivo (en)trevista com Foucault**. Mimeo, 2002.

GUILHAUMAU, J.; MALDIDIER, D. Da enunciação ao acontecimento discursivo em análise de discurso. In: **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.

GUIMARÃES, Eduardo. “A questão do sujeito como novo objeto na análise do discurso”. In: GUIMARÃES, Eduardo. **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Para uma história dos estudos sobre a linguagem, língua e instrumentos lingüísticos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HALLIDAY, M. A. K. **Language structure and language function**. In J. Lyons, *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth, Penguin, 1970.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, H. **Coeson in english**. London: Longman, 1976.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios (1875-1914)**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

\_\_\_\_\_. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOROWITZ, David (org.), **Revolução e repressão**. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

HUYGHE, René. **O poder da Imagem**. Lisboa: ed. 70, 1986.

IANNI, Octavio. Sociologia do terrorismo. In. DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; ANTAS, Ricardo Mendes (Orgs.). **Estados Unidos: a supremacia contestada**. São Paulo, 2003.

JACOBS, Harriet A. **Vida de uma escrava**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.

JUNQUEIRA, Mary A. **Estados Unidos: a consolidação da nação**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a Formação da Nação**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Estados Unidos: da colônia à independência**. São Paulo: Contexto, 1990.

\_\_\_\_\_. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. Simon and Schuster. Nova York, 1994

KRISTEVA, Julia. **História da Linguagem**. São Paulo: Edições 70, 1969.

LECHTE, J. **50 pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade**. Trad. Fábio Fernandes, 2. Ed. , Rio de Janeiro: Difel, 2002.

LEITE: Nina. **Psicanálise e Análise do Discurso: O Acontecimento na Estrutura**. São Paulo: editora Campo Matêmico, 1994.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

MAGALHÃES, Belmira. **O Sujeito do Discurso: um diálogo possível**. IN: *Diálogo em Discurso*. Vol 3, Número especial, 2003. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/05.htm>. Acesso em: 15 Out. 2008.

MAGNOLI, Demétrio. **Política Internacional**. Brasília: FUNAG, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências e análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.

MARIANI, Bethania. **Subjetividade e Imaginário Lingüístico**. IN: *Diálogo em Discurso*. Vol 3, Número especial, 2003. Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0303/06.htm>

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MONTEIRO, Karla. **Os 10 Maiores Terroristas**. São Paulo: Abril, 2008.

MOURA, Gerson. **Estados Unidos e América Latina**. São Paulo: Contexto, 1990.

MUNHOZ, Sidnei J. Guerra Fria. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Enciclopédia de Guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 417-419.

OLÍMPIO, Marise Magalhães. **Estados Unidos e o Destino Manifesto. 2003. Disponível em: < <http://www.meuartigo.brasilecola.com/historia-geral/estados-unidosdestino-manifesto.htm> >**. Acesso em 25 Out. 2008.

ORLANDI, E. P. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2. Ed. , Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**, Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: EDUCAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. **O que é lingüística**. São Paulo: brasiliense, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança? Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição. Petrópolis, Vozes,

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pucunelli Orlandi (ET AL.), 2 ed., Campinas: Ed. Da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2. Ed., Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990b.

\_\_\_\_\_. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Orlandi. Campinas: EDUCAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Edunicamp, 1990a.

\_\_\_\_\_ e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani et. al. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1990, p. 163-252.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pucunelli Orlandi (ET AL.), 2 ed., Campinas: Ed. Da Unicamp, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Discurso; estrutura ou acontecimento**. Campinas, Pontes, 1990.

POSSENTI, S. Rindo de descobrimento do Brasil. In: BARROS, D. L. P. de (Org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1988, p. 251-266.

\_\_\_\_\_. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda (org.). **Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos**, vol 3. São Paulo: Cortez, 2004.

ROJAS, C. A. A. **Os annales e a historiografia francesa**: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault. Trad. Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2000.

ROUANET, S. P. (Org.) **O homem e o discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHILLING, Voltaire. **América: histórias e contradições no império**. Porto Alegre: L & PM, 2004.

SCHLESINGER, Arthur M., Jr. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Guerra contra o terrorismo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Enciclopédia de Guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 394-396.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Trad. Grupo de estudos sobre ideologia, comunicação e Representações Sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. Petrópolis – RJ: Vozes, 1995.

VIANNA, Alexandre Martins. Fundamentalismo. In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Enciclopédia de Guerras e revoluções do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 340-343 p.

VILCHES, Lorenzo. **Teoría de la imagen periodística**. Barcelona: Paidós, 1993.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na História**. São Paulo: Ática, 1997.

WEINBERG, Albert. **Destino Manifesto**: El expansionismo nacionalista em La Historia Norteamericana. Buenos Aires: Paidós, 1968.

WESSON, Robert G. **A Nova Política Externa dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

**ANEXOS:****ANEXO 01: Address to a Joint Session of Congress and the American People****Address to a Joint Session of Congress and the American People**

United States Capitol  
Washington, D.C.

9:00 P.M. EDT  
Release

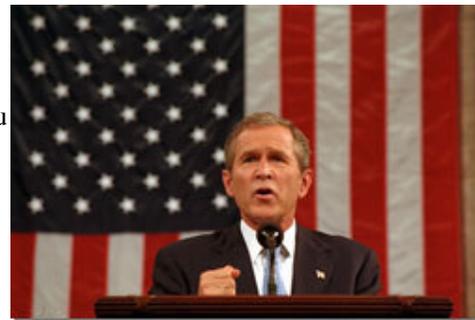
For Immediate

Office of the Press Secretary  
September 20, 2001

**THE PRESIDENT:** Mr. Speaker, Mr. President Pro Tempore, members of Congress, and fellow Americans:

In the normal course of events, Presidents come to this chamber to report on the state of the Union. Tonight, no such report is needed. It has already been delivered by the American people.

We have seen it in the courage of passengers, who rushed terrorists to save others on the ground -- passengers like an exceptional man named Todd Beamer. And would you please help me to welcome his wife, Lisa Beamer, here tonight. (Applause.)



We have seen the state of our Union in the endurance of rescuers, working past exhaustion. We have seen the unfurling of flags, the lighting of candles, the giving of blood, the saying of prayers -- in English, Hebrew, and Arabic. We have seen the decency of a loving and giving people who have made the grief of strangers their own.

My fellow citizens, for the last nine days, the entire world has seen for itself the state of our Union -- and it is strong. (Applause.)

Tonight we are a country awakened to danger and called to defend freedom. Our grief has turned to anger, and anger to resolution. Whether we bring our enemies to justice, or bring justice to our enemies, justice will be done. (Applause.)

I thank the Congress for its leadership at such an important time. All of America was touched on the evening of the tragedy to see Republicans and Democrats joined together on the steps of this Capitol, singing "God Bless America." And you did more than sing; you acted, by delivering \$40 billion to rebuild our communities and meet the needs of our military.

Speaker Hastert, Minority Leader Gephardt, Majority Leader Daschle and Senator Lott, I thank you for your friendship, for your leadership and for your service to our country. (Applause.)

And on behalf of the American people, I thank the world for its outpouring of support. America will never forget the sounds of our National Anthem playing at Buckingham Palace, on the streets of Paris, and at Berlin's Brandenburg Gate.

We will not forget South Korean children gathering to pray outside our embassy in Seoul, or the prayers of sympathy offered at a mosque in Cairo. We will not forget moments of silence and days of mourning in Australia and Africa and Latin America.

Nor will we forget the citizens of 80 other nations who died with our own: dozens of Pakistanis; more than 130 Israelis; more than 250 citizens of India; men and women from El Salvador, Iran, Mexico and Japan; and hundreds of British citizens. America has no truer friend than Great Britain. (Applause.) Once again, we are joined together in a great cause -- so honored the British Prime Minister has crossed an ocean to show his unity of purpose with America. Thank you for coming, friend. (Applause.)



On September the 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country. Americans have known wars -- but for the past 136 years, they have been wars on foreign soil, except for one Sunday in 1941. Americans have known the casualties of war -- but not at the center of a great city on a peaceful morning. Americans have known surprise attacks -- but never before on thousands of civilians. All of this was brought upon us in a single day -- and night fell on a different world, a world where freedom itself is under attack.

Americans have many questions tonight. Americans are asking: Who attacked our country? The evidence we have gathered all points to a collection of loosely affiliated terrorist organizations known as al Qaeda. They are the same murderers indicted for bombing American embassies in Tanzania and Kenya, and responsible for bombing the USS Cole.

Al Qaeda is to terror what the mafia is to crime. But its goal is not making money; its goal is remaking the world -- and imposing its radical beliefs on people everywhere.

The terrorists practice a fringe form of Islamic extremism that has been rejected by Muslim scholars and the vast majority of Muslim clerics -- a fringe movement that perverts the peaceful teachings of Islam. The terrorists' directive commands them to kill Christians and Jews, to kill all Americans, and make no distinction among military and civilians, including women and children.

This group and its leader -- a person named Osama bin Laden -- are linked to many other organizations in different countries, including the Egyptian Islamic Jihad and the Islamic Movement of Uzbekistan. There are thousands of these terrorists in more than 60 countries. They are recruited from their own nations and neighborhoods and brought to camps in places like Afghanistan, where they are trained in the tactics of terror. They are sent back to their homes or sent to hide in countries around the world to plot evil and destruction.

The leadership of al Qaeda has great influence in Afghanistan and supports the Taliban regime in controlling most of that country. In Afghanistan, we see al Qaeda's vision for the world.

Afghanistan's people have been brutalized -- many are starving and many have fled. Women are not allowed to attend school. You can be jailed for owning a television. Religion can be practiced only as their leaders dictate. A man can be jailed in Afghanistan if his beard is not long enough.

The United States respects the people of Afghanistan -- after all, we are currently its largest source of humanitarian aid -- but we condemn the Taliban regime. (Applause.) It is not only repressing its own people, it is threatening people everywhere by sponsoring and sheltering and supplying terrorists. By aiding and abetting murder, the Taliban regime is committing murder.

And tonight, the United States of America makes the following demands on the Taliban: Deliver to

United States authorities all the leaders of al Qaeda who hide in your land. (Applause.) Release all foreign nationals, including American citizens, you have unjustly imprisoned. Protect foreign journalists, diplomats and aid workers in your country. Close immediately and permanently every terrorist training camp in Afghanistan, and hand over every terrorist, and every person in their support structure, to appropriate authorities. (Applause.) Give the United States full access to terrorist training camps, so we can make sure they are no longer operating.

These demands are not open to negotiation or discussion. (Applause.) The Taliban must act, and act immediately. They will hand over the terrorists, or they will share in their fate.

I also want to speak tonight directly to Muslims throughout the world. We respect your faith. It's practiced freely by many millions of Americans, and by millions more in countries that America counts as friends. Its teachings are good and peaceful, and those who commit evil in the name of Allah blaspheme the name of Allah. (Applause.) The terrorists are traitors to their own faith, trying, in effect, to hijack Islam itself. The enemy of America is not our many Muslim friends; it is not our many Arab friends. Our enemy is a radical network of terrorists, and every government that supports them. (Applause.)

Our war on terror begins with al Qaeda, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped and defeated. (Applause.)

Americans are asking, why do they hate us? They hate what we see right here in this chamber -- a democratically elected government. Their leaders are self-appointed. They hate our freedoms -- our freedom of religion, our freedom of speech, our freedom to vote and assemble and disagree with each other.

They want to overthrow existing governments in many Muslim countries, such as Egypt, Saudi Arabia, and Jordan. They want to drive Israel out of the Middle East. They want to drive Christians and Jews out of vast regions of Asia and Africa.

These terrorists kill not merely to end lives, but to disrupt and end a way of life. With every atrocity, they hope that America grows fearful, retreating from the world and forsaking our friends. They stand against us, because we stand in their way.

We are not deceived by their pretenses to piety. We have seen their kind before. They are the heirs of all the murderous ideologies of the 20th century. By sacrificing human life to serve their radical visions -- by abandoning every value except the will to power -- they follow in the path of fascism, and Nazism, and totalitarianism. And they will follow that path all the way, to where it ends: in history's unmarked grave of discarded lies. (Applause.)

Americans are asking: How will we fight and win this war? We will direct every resource at our command -- every means of diplomacy, every tool of intelligence, every instrument of law enforcement, every financial influence, and every necessary weapon of war -- to the disruption and to the defeat of the global terror network.

This war will not be like the war against Iraq a decade ago, with a decisive liberation of territory and a swift conclusion. It will not look like the air war above Kosovo two years ago, where no ground troops were used and not a single American was lost in combat.

Our response involves far more than instant retaliation and isolated strikes. Americans should not expect one battle, but a lengthy campaign, unlike any other we have ever seen. It may include dramatic strikes, visible on TV, and covert operations, secret even in success. We will starve terrorists of funding, turn them one against another, drive them from place to place, until there is no refuge or no rest. And we will pursue nations that provide aid or safe haven to terrorism. Every

nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists. (Applause.) From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.

Our nation has been put on notice: We are not immune from attack. We will take defensive measures against terrorism to protect Americans. Today, dozens of federal departments and agencies, as well as state and local governments, have responsibilities affecting homeland security. These efforts must be coordinated at the highest level. So tonight I announce the creation of a Cabinet-level position reporting directly to me -- the Office of Homeland Security.

And tonight I also announce a distinguished American to lead this effort, to strengthen American security: a military veteran, an effective governor, a true patriot, a trusted friend -- Pennsylvania's Tom Ridge. (Applause.) He will lead, oversee and coordinate a comprehensive national strategy to safeguard our country against terrorism, and respond to any attacks that may come.

These measures are essential. But the only way to defeat terrorism as a threat to our way of life is to stop it, eliminate it, and destroy it where it grows. (Applause.)

Many will be involved in this effort, from FBI agents to intelligence operatives to the reservists we have called to active duty. All deserve our thanks, and all have our prayers. And tonight, a few miles from the damaged Pentagon, I have a message for our military: Be ready. I've called the Armed Forces to alert, and there is a reason. The hour is coming when America will act, and you will make us proud. (Applause.)

This is not, however, just America's fight. And what is at stake is not just America's freedom. This is the world's fight. This is civilization's fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom.

We ask every nation to join us. We will ask, and we will need, the help of police forces, intelligence services, and banking systems around the world. The United States is grateful that many nations and many international organizations have already responded -- with sympathy and with support. Nations from Latin America, to Asia, to Africa, to Europe, to the Islamic world. Perhaps the NATO Charter reflects best the attitude of the world: An attack on one is an attack on all.

The civilized world is rallying to America's side. They understand that if this terror goes unpunished, their own cities, their own citizens may be next. Terror, unanswered, can not only bring down buildings, it can threaten the stability of legitimate governments. And you know what -- we're not going to allow it. (Applause.)

Americans are asking: What is expected of us? I ask you to live your lives, and hug your children. I know many citizens have fears tonight, and I ask you to be calm and resolute, even in the face of a continuing threat.

I ask you to uphold the values of America, and remember why so many have come here. We are in a fight for our principles, and our first responsibility is to live by them. No one should be singled out for unfair treatment or unkind words because of their ethnic background or religious faith. (Applause.)

I ask you to continue to support the victims of this tragedy with your contributions. Those who want to give can go to a central source of information, [libertyunites.org](http://libertyunites.org), to find the names of groups providing direct help in New York, Pennsylvania, and Virginia.

The thousands of FBI agents who are now at work in this investigation may need your cooperation, and I ask you to give it.

I ask for your patience, with the delays and inconveniences that may accompany tighter security; and for your patience in what will be a long struggle.

I ask your continued participation and confidence in the American economy. Terrorists attacked a symbol of American prosperity. They did not touch its source. America is successful because of the hard work, and creativity, and enterprise of our people. These were the true strengths of our economy before September 11th, and they are our strengths today. (Applause.)

And, finally, please continue praying for the victims of terror and their families, for those in uniform, and for our great country. Prayer has comforted us in sorrow, and will help strengthen us for the journey ahead.

Tonight I thank my fellow Americans for what you have already done and for what you will do. And ladies and gentlemen of the Congress, I thank you, their representatives, for what you have already done and for what we will do together.

Tonight, we face new and sudden national challenges. We will come together to improve air safety, to dramatically expand the number of air marshals on domestic flights, and take new measures to prevent hijacking. We will come together to promote stability and keep our airlines flying, with direct assistance during this emergency. (Applause.)

We will come together to give law enforcement the additional tools it needs to track down terror here at home. (Applause.) We will come together to strengthen our intelligence capabilities to know the plans of terrorists before they act, and find them before they strike. (Applause.)

We will come together to take active steps that strengthen America's economy, and put our people back to work.

Tonight we welcome two leaders who embody the extraordinary spirit of all New Yorkers: Governor George Pataki, and Mayor Rudolph Giuliani. (Applause.) As a symbol of America's resolve, my administration will work with Congress, and these two leaders, to show the world that we will rebuild New York City. (Applause.)

After all that has just passed -- all the lives taken, and all the possibilities and hopes that died with them -- it is natural to wonder if America's future is one of fear. Some speak of an age of terror. I know there are struggles ahead, and dangers to face. But this country will define our times, not be defined by them. As long as the United States of America is determined and strong, this will not be an age of terror; this will be an age of liberty, here and across the world. (Applause.)

Great harm has been done to us. We have suffered great loss. And in our grief and anger we have found our mission and our moment. Freedom and fear are at war. The advance of human freedom -- the great achievement of our time, and the great hope of every time -- now depends on us. Our nation -- this generation -- will lift a dark threat of violence from our people and our future. We will rally the world to this cause by our efforts, by our courage. We will not tire, we will not falter, and we will not fail. (Applause.)

It is my hope that in the months and years ahead, life will return almost to normal. We'll go back to our lives and routines, and that is good. Even grief recedes with time and grace. But our resolve must not pass. Each of us will remember what happened that day, and to whom it happened. We'll remember the moment the news came -- where we were and what we were doing. Some will remember an image of a fire, or a story of rescue. Some will carry memories of a face and a voice gone forever.

And I will carry this: It is the police shield of a man named George Howard, who died at the World

Trade Center trying to save others. It was given to me by his mom, Arlene, as a proud memorial to her son. This is my reminder of lives that ended, and a task that does not end. (Applause.)

I will not forget this wound to our country or those who inflicted it. I will not yield; I will not rest; I will not relent in waging this struggle for freedom and security for the American people.

The course of this conflict is not known, yet its outcome is certain. Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them. (Applause.)

Fellow citizens, we'll meet violence with patient justice -- assured of the rightness of our cause, and confident of the victories to come. In all that lies before us, may God grant us wisdom, and may He watch over the United States of America.

Thank you. (Applause.)

END      9:41 P.M. EDT

## ANEXO 02: President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours



# DENIAL AND DECEPTION

For Immediate Release  
Office of the Press Secretary  
March 17, 2003

**President Says Saddam Hussein Must Leave Iraq Within 48 Hours**  
Remarks by the President in Address to the Nation  
The Cross Hall

8:01 P.M. EST

THE PRESIDENT: My fellow citizens, events in Iraq have now reached the final days of decision. For more than a decade, the United States and other nations have pursued patient and honorable efforts to disarm the Iraqi regime without war. That regime pledged to reveal and destroy all its weapons of mass destruction as a condition for ending the Persian Gulf War in 1991.

Since then, the world has engaged in 12 years of diplomacy. We have passed more than a dozen resolutions in the United Nations Security Council. We have sent hundreds of weapons inspectors to oversee the disarmament of Iraq. Our good faith has not been returned.

The Iraqi regime has used diplomacy as a ploy to gain time and advantage. It has uniformly defied Security Council resolutions demanding full disarmament. Over the years, U.N. weapon inspectors have been threatened by Iraqi officials, electronically bugged, and systematically deceived. Peaceful efforts to disarm the Iraqi regime have failed again and again -- because we are not dealing with peaceful men.



Intelligence gathered by this and other governments leaves no doubt that the Iraq regime continues to possess and conceal some of the most lethal weapons ever devised. This regime has already used weapons of mass destruction against Iraq's neighbors and against Iraq's people.

The regime has a history of reckless aggression in the Middle East. It has a deep hatred of America and our friends. And it has aided, trained and harbored terrorists, including operatives of al Qaeda.

The danger is clear: using chemical, biological or, one day, nuclear weapons, obtained with the help of Iraq, the terrorists could fulfill their stated ambitions and kill thousands or hundreds of thousands of innocent people in our country, or any other.

The United States and other nations did nothing to deserve or invite this threat. But we will do everything to defeat it. Instead of drifting along toward tragedy, we will set a course toward safety. Before the day of horror can come, before it is too late to act, this danger will be removed.

The United States of America has the sovereign authority to use force in assuring its own national security. That duty falls to me, as Commander-in-Chief, by the oath I have sworn, by the oath I will keep.

Recognizing the threat to our country, the United States Congress voted overwhelmingly last year to support the use of force against Iraq. America tried to work with the United Nations to address this threat because we wanted to resolve the issue peacefully. We believe in the mission of the United Nations. One reason the U.N. was founded after the second world war was to confront aggressive dictators, actively and early, before they can attack the innocent and destroy the peace.

In the case of Iraq, the Security Council did act, in the early 1990s. Under Resolutions 678 and 687 -- both still in effect -- the United States and our allies are authorized to use force in ridding Iraq of weapons of mass destruction. This is not a question of authority, it is a question of will.

Last September, I went to the U.N. General Assembly and urged the nations of the world to unite and bring an end to this danger. On November 8th, the Security Council unanimously passed Resolution 1441, finding Iraq in material breach of its obligations, and vowing serious consequences if Iraq did not fully and immediately disarm.



Today, no nation can possibly claim that Iraq has disarmed. And it will not disarm so long as Saddam Hussein holds power. For the last four-and-a-half months, the United States and our allies have worked within the Security Council to enforce that Council's long-standing demands. Yet, some permanent members of the Security Council have publicly announced they will veto any resolution that compels the disarmament of Iraq. These governments share our assessment of the danger, but not our resolve to meet it. Many nations, however, do have the resolve and fortitude to act against this threat to peace, and a broad coalition is now gathering to enforce the just demands of the world. The United Nations Security Council has not lived up to its responsibilities, so we will rise to ours.

In recent days, some governments in the Middle East have been doing their part. They have delivered public and private messages urging the dictator to leave Iraq, so that disarmament can proceed peacefully. He has thus far refused. All the decades of deceit and cruelty have now reached an end. Saddam Hussein and his sons must leave Iraq within 48 hours. Their refusal to do so will result in military conflict, commenced at a time of our choosing. For their own safety, all foreign nationals -- including journalists and inspectors -- should leave Iraq immediately.

Many Iraqis can hear me tonight in a translated radio broadcast, and I have a message for them. If we must begin a military campaign, it will be directed against the lawless men who rule your country and not against you. As our coalition takes away their power, we will deliver the food and medicine you need. We will tear down the apparatus of terror and we will help you to build a new Iraq that is prosperous and free. In a free Iraq, there will be no more wars of aggression against your neighbors, no more poison factories, no more executions of dissidents, no more torture chambers and rape rooms. The tyrant will soon be gone. The day of your liberation is near.

It is too late for Saddam Hussein to remain in power. It is not too late for the Iraqi military to act with honor and protect your country by permitting the peaceful entry of coalition forces to eliminate weapons of mass destruction. Our forces will give Iraqi military units clear instructions on actions they can take to avoid being attacked and destroyed. I urge every member of the Iraqi military and intelligence services, if war comes, do not fight for a dying regime that is not worth your own life.

And all Iraqi military and civilian personnel should listen carefully to this warning. In any conflict,

your fate will depend on your action. Do not destroy oil wells, a source of wealth that belongs to the Iraqi people. Do not obey any command to use weapons of mass destruction against anyone, including the Iraqi people. War crimes will be prosecuted. War criminals will be punished. And it will be no defense to say, "I was just following orders."

Should Saddam Hussein choose confrontation, the American people can know that every measure has been taken to avoid war, and every measure will be taken to win it. Americans understand the costs of conflict because we have paid them in the past. War has no certainty, except the certainty of sacrifice.

Yet, the only way to reduce the harm and duration of war is to apply the full force and might of our military, and we are prepared to do so. If Saddam Hussein attempts to cling to power, he will remain a deadly foe until the end. In desperation, he and terrorists groups might try to conduct terrorist operations against the American people and our friends. These attacks are not inevitable. They are, however, possible. And this very fact underscores the reason we cannot live under the threat of blackmail. The terrorist threat to America and the world will be diminished the moment that Saddam Hussein is disarmed.

Our government is on heightened watch against these dangers. Just as we are preparing to ensure victory in Iraq, we are taking further actions to protect our homeland. In recent days, American authorities have expelled from the country certain individuals with ties to Iraqi intelligence services. Among other measures, I have directed additional security of our airports, and increased Coast Guard patrols of major seaports. The Department of Homeland Security is working closely with the nation's governors to increase armed security at critical facilities across America.

Should enemies strike our country, they would be attempting to shift our attention with panic and weaken our morale with fear. In this, they would fail. No act of theirs can alter the course or shake the resolve of this country. We are a peaceful people -- yet we're not a fragile people, and we will not be intimidated by thugs and killers. If our enemies dare to strike us, they and all who have aided them, will face fearful consequences.

We are now acting because the risks of inaction would be far greater. In one year, or five years, the power of Iraq to inflict harm on all free nations would be multiplied many times over. With these capabilities, Saddam Hussein and his terrorist allies could choose the moment of deadly conflict when they are strongest. We choose to meet that threat now, where it arises, before it can appear suddenly in our skies and cities.

The cause of peace requires all free nations to recognize new and undeniable realities. In the 20th century, some chose to appease murderous dictators, whose threats were allowed to grow into genocide and global war. In this century, when evil men plot chemical, biological and nuclear terror, a policy of appeasement could bring destruction of a kind never before seen on this earth.

Terrorists and terror states do not reveal these threats with fair notice, in formal declarations -- and responding to such enemies only after they have struck first is not self-defense, it is suicide. The security of the world requires disarming Saddam Hussein now.

As we enforce the just demands of the world, we will also honor the deepest commitments of our country. Unlike Saddam Hussein, we believe the Iraqi people are deserving and capable of human liberty. And when the dictator has departed, they can set an example to all the Middle East of a vital and peaceful and self-governing nation.

The United States, with other countries, will work to advance liberty and peace in that region. Our goal will not be achieved overnight, but it can come over time. The power and appeal of human liberty is felt in every life and every land. And the greatest power of freedom is to overcome hatred and violence, and turn the creative gifts of men and women to the pursuits of peace.

That is the future we choose. Free nations have a duty to defend our people by uniting against the violent. And tonight, as we have done before, America and our allies accept that responsibility.

Good night, and may God continue to bless America.

END 8:15 P.M. EST